

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

Arqueologia Botânica dos Jardins de Burle Marx
A Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha, Recife/PE

JOELMIR MARQUES DA SILVA

Recife
Pernambuco-Brasil
Fevereiro - 2012

JOELMIR MARQUES DA SILVA

Arqueologia Botânica dos Jardins de Burle Marx
A Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha, Recife/PE

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (Linha de pesquisa em Conservação Integrada) da Universidade Federal de Pernambuco em cumprimento as exigências curriculares para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Rita Sá Carneiro

Recife
Pernambuco-Brasil
Fevereiro - 2012

Catálogo na fonte
Bibliotecária Gláucia Cândida da Silva, CRB4-1662

S586a Silva, Joelmir Marques da
Arqueologia botânica dos jardins de Burle Marx: a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha, Recife/PE / Joelmir Marques da Silva. – Recife: O autor, 2012.
123 p. : il.

Orientador: Ana Rita Sá Carneiro.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Arquitetura, 2011.
Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento urbano. 2. Jardins. 3. Marx, Roberto Burle, 1909-1994. 4. Arquitetura paisagística. I. Carneiro, Ana Rita Sá (Orientador). II. Título.

711.4 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2011-108)



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de dissertação em Desenvolvimento Urbano do mestrando Joelmir Marques da Silva.

Às 10.00 horas do dia 13 de fevereiro de 2012 reuniu-se na Sala de Aula do Programa, a Comissão Examinadora de dissertação, composta pelos seguintes professores: Ana Rita Sá Carneiro (orientadora), Marccus Vinicius da Silva Alves e Guilherme Onofre Mazza Dourado (examinadores externos), Maria de Jesus de Britto Leite (examinadora interna), para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "**Arqueologia Botânica dos Jardins de Burle Marx .A Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha, Recife/Pe.**", requisito final para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Ana Rita Sá Carneiro, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, o candidato foi considerado APROVADO. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Rebeca Júlia Melo Tavares, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 13 de fevereiro de 2012.

- Indicação da Banca para publicação (X)

/ Ana Rita Sá Carneiro
Orientadora

Marccus Vinicius da Silva Alves
Examinador Externo/UFPE/Botânica

/ Guilherme Onofre Mazza Dourado
Examinador Externo

Maria de Jesus de Britto Leite
Examinadora Interna/PPG/MDU

Rebeca Júlia Melo Tavares
Secretaria/MDU

Joelmir Marques da Silva
Candidato

Velhas árvores

Olavo Bilac

*Olha estas velhas árvores, - mais belas,
Do que as árvores mais moças, mais amigas
Tanto mais belas quanto mais antigas,
Vencedoras da idade e das procelas...*

*O homem, a fera e o inseto à sombra delas
Vivem livres de fomes e fadigas;
E em seus galhos abrigam-se as catingas
E alegria das aves tagarelas...*

*Não choremos jamais a mocidade!
Envelheçamos rindo! Envelheçamos
Como as árvores fortes envelhecem,*

*Na glória da alegria e da bondade
Agasalhando os pássaros nos ramos,
Dando sombra e consolo aos que pedem!*

A Deus

A meus pais Lucia Milet e Jaime Marques e minhas irmãs Luciene e Lucilaine Milet

Dedico

Agradecer é um gesto simbólico de reconhecimento às pessoas que direta e indiretamente marcaram presença em nossa vida. As pessoas aqui lembradas são dignas desses agradecimentos, algumas pela amizade, outras, por sua história de vida e luta, outras ainda pelo afeto e pela cumplicidade.

Dessa forma agradeço

Ao **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano** pela oportunidade de desenvolver este estudo.

A **Coordenação de Pessoal de Nível Superior [CAPES]** pela concessão de bolsa de estudo.

E de forma especial

À **Profa. Ana Rita Sá Carneiro**, que me mostrou a beleza, a grandeza e a complexidade de um jardim. Sou grato pela parceria, amizade, incentivo, apoio, ensinamentos e responsabilidade com que se dedicou à tarefa árdua e ao mesmo tempo prazerosa na orientação deste trabalho. Um exemplo de pessoa e profissional, que sempre busca o melhor para seus orientandos e que por muitas vezes transformou o nada em tudo! E por fim, minha admiração pela sua luta na conservação dos Jardins do Recife.

À **Lúcia Veras**, com quem tanto aprendi e estou aprendendo. Poder ouvi-la é extremamente gratificante, em cada palavra um aprendizado, um novo mundo e uma nova forma de ver e tratar a paisagem. Minha admiração pela linda pessoa e grande profissional.

À **Aline Figueirôa**, pela pessoa que é, e pelas nossas longas conversas que tanto me ajudaram ao longo de minha pesquisa.

À Profa. **Vera Mayrink**, pelos momentos de construção de conhecimento e pela doçura de ser humano que é. Registro aqui minha grande admiração.

À **Liana Mesquita** pelos ensinamentos e pela luta de anos em defesa de nossos jardins e por uma cidade mais 'ecológica'.

À Profa. **Maria de Jesus Britto Leite**, por sempre ter dado credibilidade a minha pesquisa desde a fase de seleção para ingresso no MDU, passando pela defesa do projeto e culminando com a defesa da dissertação.

Ao Prof. **José Tabacow**, da Universidade do Sul de Santa Catarina pela atenção e contribuição durante o desenvolvimento da dissertação.

À Profa. **Nanuza Menezes**, do Instituto de Biociências/USP, por todas nossas conversas e que mesmo distante fez questão de sempre ajudar.

À **Marlene Carvalho Barbosa** curadora do Herbário Geraldo Mariz/UFPE/CCB pela grande contribuição na identificação taxonômica e pelas longas conversas.

Ao Prof. **Marcus Vinicius Alves**, do Centro de Ciências Biológicas/Departamento de Botânica/UFPE, pelas contribuições desde a elaboração do projeto até a defesa da dissertação.

Ao Dr. **Guilherme Mazza Dourado**, pela disponibilidade em participar da defesa da dissertação e pelas valiosas considerações.

À **Rebeca Tavares**, secretária do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, por toda atenção, dedicação e competência no que faz.

À **Renata Cavalcanti**, por todo apoio quando da minha chegada no MDU e por muitas palavras...que sempre vieram nas horas certas...

À **Elida Bani** agradeço toda força e apoio...a etiqueta foi tirada....mas como você mesma falou “ano que vem ela volta” é ...voltou!

À **Janina Ribeiro**, pelas conversas, sugestões e com quem aprendi a importância da pedagogia em nossa vida e pelo enorme apoio...

À **Patrícia Menezes**, por toda ajuda quando na minha chegada ao Laboratório da Paisagem e com quem aprendi e devo muito.

À **Edemilda Lopes**, pelo carinho...orações...exemplo de profissional que me ajudou a ser o que hoje sou.

À **Ana Beatriz e Jéssica Yale** [dupla dinâmica] pelos momentos prazerosos no Laboratório da Paisagem durante nossas pesquisas e pela grande ajuda no desenvolvimento deste trabalho, expresso aqui minha admiração pela competência que a pesar de jovens já são grandes pesquisadoras.

À **Michele Santana**, quantas conversas...quantos vai-e-vem...mas chegamos, de tudo resta-nos uma sólida e bela amizade que é o fundamental.

À **Juliana Melo**, inesquecível, pela irreverência constante, seriedade e competência no que faz.

À **Barbara Tenório**, pela parceria, por sua luta pela vida da Lagoa Olho D'água e por ter se dedicado a elaboração da arte da capa deste trabalho.

À **Alda Lemos**, pela companhia nas nossas jornadas nos arquivos públicos e pelos momentos divertidos...

À **Elena Florissi**, uma pessoa admirável que me permitiu fazer parte de sua vida... das conversas, risos, muitos, e dos pensamentos sempre algo em comum.

À **Sandra Nunes**, que muito admiro...por sua competência e por sempre estar à disposição e da qual sempre tive o maior apoio ao logo do mestrado.

À **Eliude Mello**, por nossa longa e sólida amizade... e pela grande ajuda nas pesquisas no arquivo público e nas sugestões textuais.

À **Maria Lucena**, um presente de Deus, que me apoiou desde o início e por suas constantes orações.

À **Fátima Mafra**, por suas sugestões ao longo do desenvolvimento da dissertação.

A **Demétrius Ferreira**, pela parceria...por nossas conversas...e pelo amor a *Licania tomentosa*...

À **Fernanda Herbster**, uma amizade que surgiu em uma sala de espera...em um momento de incerteza...que até hoje fortifica-se a cada dia.

Aos colegas do Mestrado **Dirceu Cadena, Gisele Gerson, Claudia Paes Barreto** por nossas longas e sempre hilárias conversas.

09	INTRODUÇÃO
18	1 Natureza apropriada: os jardins
16	Jardim, locus do poder, da espiritualidade, da ciência, da economia e da sociabilidade
28	Os primeiros jardins públicos de Roberto Burle Marx, a experiência no Recife
33	Roberto Burle Marx, a relação com a botânica e a aproximação com os botânicos
42	2 O espetáculo da natureza, a natureza como espetáculo: os jardins da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha
42	A Praça de Casa Forte
55	A Praça Euclides da Cunha
66	3 Arqueologia Botânica da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha
69	O verde histórico da Praça de Casa Forte
90	O verde histórico da Praça Euclides da Cunha
105	4 A conservação do jardim histórico
105	Jardim, uma criação dinâmica e complexa
108	A conservação da vegetação do jardim histórico, garantia da permanência do valor botânico e da autenticidade
117	REFERÊNCIAS

Resumo

O jardim moderno foi criado na cidade do Recife por Roberto Burle Marx na década de 1930. Para o paisagista o desenho de um jardim é uma reintegração estética dos elementos da paisagem envolvente onde a vegetação é o elemento principal. Com essa intenção Burle Marx projetou um conjunto de treze jardins públicos, entre 1935 a 1937, que faziam parte de um plano de aformoseamento do Recife e, dentre eles, destacam-se a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha por serem seus primeiros projetos. Por incluir seres vivos na sua concepção, a conservação de um jardim agrega a complexidade e a dinâmica do ciclo da vida, e sendo perecível e renovável como especifica a Carta de Florença [1981], a falta de conservação do jardim provoca degradação que somente é revertida com a restauração. Neste sentido, a conservação da vegetação de um jardim histórico tem sua particularidade por se tratar de um verde histórico, que caracteriza o conhecimento da composição florística do projeto original e a atual configurando desta forma um estudo da arqueologia botânica. Diante disto, o problema que caracteriza o presente estudo estabeleceu-se em torno da ausência de um maior entendimento do verde histórico da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha. Para tanto, objetivou-se identificar a composição florística do projeto original e a atual dessas praças bem como compará-las com vistas a garantir ações de conservação que concorrerá para a autenticidade. Nesta perspectiva, observou-se que apesar das intervenções ocorridas com relação à vegetação indicada nos projetos originais, a ideia do paisagista permanece.

Palavras-chave: Desenvolvimento urbano; jardim; arquitetura paisagística; Recife.

Abstract

In the 1930s, the modern garden was created in Recife by Roberto Burle Marx. For him the garden design is a reintegration of the aesthetic components of the landscape in which vegetation is the main element. Taking it in account, from 1935 to 1937, Burle Marx designed a set of thirteen public gardens as part a plan for Recife embellishment including Casa Forte Square and Euclides da Cunha Square as his first landscape garden designs. For it works with living beings, a garden maintenance adds to the complexity and dynamic life cycle, and as it is perishable and renewable, as specified in the Charter of Florence [1981], the lack of a garden maintenance causes degradation which is only reversed with garden restoration. In this sense, the conservation of the vegetation of a historic garden has its own features because it is historic vegetation which means the knowledge of the original and actual floristic composition, in other words, an archaeology botanic study. Given this, the problem of this study established around of the lack of an understanding of historic vegetation of Casa Forte Square and Euclides da Cunha Square. This study aims to identify the original and current floristic composition of these squares and compare them to ensure conservation actions in order to achieve garden authenticity. It was observed that despite of the interventions related with the vegetation of the original projects, the idea of the landscape designer has remained.

Key words: Urban development; garden; landscape architecture; Recife.

Introdução

Através do jardim, da planta brasileira, experimento construir um espaço da respiração e da reflexão, procuro uma forma de identificar-me com aqueles que buscam, na vida, maiores possibilidades de equilíbrio ou, pelo menos, disposição na perseguição desse objetivo. O jardim ordenado, nos espaços urbanos de hoje, é um convite ao convívio, à recuperação do tempo real da natureza das coisas, em oposição à velocidade ilusória das regras da sociedade de consumo. O jardim pode e deve ser um meio de conscientização de uma existência na medida verdadeira do homem, do que significa estar vivo. Ele é um exemplo da coexistência pacífica das várias espécies, lugar de respeito pela natureza e pelo OUTRO, pelo diferente: jardim é, em suma, um instrumento de prazer e um meio de educação¹.

A cidade do Recife foi o berço da criação dos primeiros jardins públicos brasileiros de caráter moderno com a atuação do paisagista Roberto Burle Marx no período de 1935-1937. Até então vigorava a tradição de jardins europeus com predomínio do uso de espécies vegetais desassociadas da paisagem urbana.

A frente do Setor de Parques e Jardins da então Diretoria de Arquitetura e Urbanismo do governo do estado de Pernambuco, Burle Marx elaborou um plano de aformoseamento, contemplando desde projetos completos a pequenas intervenções, que abrangeu treze jardins públicos. Desse conjunto de jardins, a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha foram escolhidas como objeto empírico do presente estudo por configurarem projetos completos, executados e mantidos, bem como, serem os primeiros jardins públicos da carreira de Burle Marx.

¹ Roberto Burle Marx, 1987: 75.

Para a Praça de Casa Forte, Burle Marx concebe um jardim composto por três partes onde cada uma representa um grupo isolado de plantas de acordo com a província geográfica. A primeira e segunda parte foram dedicadas à vegetação de ampla distribuição geográfica brasileira, sendo que a segunda parte abriga espécies típicas da região amazônica. Para a terceira parte o motivo foi a vegetação de outros continentes, ou seja, plantas exóticas. O objetivo do paisagista era proporcionar à população meios para que pudessem distinguir a flora nativa da exótica e com isso despertar o amor pela natureza e desta forma confere à praça uma função educativa.

Inspirado na paisagem do sertão, Burle Marx projeta a Praça Euclides da Cunha, que abriga espécies da caatinga pernambucana, dando a praça, e como ele mesmo especificou, um caráter ecológico, primeiro por representar um recorte do ecossistema da caatinga e segundo por ter respeitado as condições ecofisiológicas de cada espécie. Com a criação da praça o paisagista objetivou semear a alma brasileira, ou seja, um jardim essencialmente brasileiro e que até hoje se configura como o único espaço público com tais características.

Para Burle Marx a planta tem a conotação de ser o elemento principal do jardim, que por sua vez, caracteriza a função artística, higiênica e educativa e, foi com esses princípios que os jardins do Recife foram projetados.

Ao considerar a planta como elemento principal, Burle Marx cria seus jardins no mesmo princípio da Carta de Florença, a carta dos jardins históricos, publicada em 1981, que considera um jardim histórico como sendo “uma composição arquitetônica cujos constituintes são principalmente vegetais e, portanto, vivos, o que significa que eles são perecíveis e renováveis” [Art. 2]. O fato de ser perecível e renovável significa dizer que a fisionomia do jardim está em constante transformação quer seja pelo movimento cíclico da natureza – criando formas, volumes e cores -, ou pela substituição periódica da vegetação.

Ainda na carta supracitada, mas precisamente em seu Art. 1º, “um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado monumento”. Essa condição de monumentalidade se adéqua perfeitamente aos jardins de Burle Marx no Recife diante dos princípios artísticos, ecológicos e educativos que o paisagista adotou.

Na cidade do Recife, entre os anos 2003 e 2008, foram efetuadas ações de conservação dos jardins de Burle Marx tendo em vista a restauração de três jardins pela Prefeitura da Cidade do Recife com a consultoria do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco. Em 2008 este laboratório solicitou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o tombamento de seis jardins mais representativos realizados por Burle Marx que incluiu a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha, o que só foi possível mediante a elaboração do Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife.

Como jardins de interesse público e caracterizados como monumentos vivos segundo a Carta de Florença, há a preocupação de sua conservação visando à garantia de sua autenticidade e integridade diante de sua plasticidade.

A autenticidade e integridade são premissas que devem ser atendidas para que um jardim possa ser configurado como histórico e a esse respeito, afirma o arquiteto Carlos Fernando de Moura Delphim, membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e estudioso dos jardins históricos, em entrevista concedida à engenheira florestal e estudiosa dos jardins de Burle Marx Ana Rosa de Oliveira, em 2002:

“[...] A integridade diz respeito à relação entre diferentes elementos de um sistema. Diz-se que um bem é íntegro se houver equilíbrio entre esses elementos, se houver uma relação equilibrada e harmoniosa. Quanto à autenticidade, tem a ver com o grau de originalidade dos elementos. Sobretudo em um jardim, onde sucessivas alterações vão se processando ao longo de sua história, é necessário primeiro verificar quão íntegro ele se encontra e, em seguida, quão autêntico. Essas são condições importantes para justificar a tomada de medidas para preservação de todo bem cultural inclusive os jardins históricos e constituem a premissa de qualquer trabalho, inclusive de tombamento” [Delphim in Oliveira, 2007: 134-135].

O fato de o jardim ser perecível e renovável obriga-nos a termos um entendimento mais profundo do componente florístico, não só do atual, mas também da vegetação dos anos que passaram, configurando um estudo da arqueologia botânica – o verde histórico dos jardins - como bem especificou o arquiteto mexicano Saúl Alcántara Onofre em seu livro *‘Diseño, planificación y conservación de paisajes y jardines’* onde diz: “No hay ninguna duda de que siempre hay que tomar en cuenta la dinámica de la vida de las plantas, que es una de las

características más notables que diferencian al jardín de otros ejemplos de bienes culturales” [2002: 25 e 27].

Mesmo tendo ciência da importância do componente florístico dos jardins, a literatura especializada sobre jardins históricos, principalmente no Brasil, tem um caráter mais historiográfico e artístico. No entanto, essa realidade passa a mudar a partir de 1999 com as pesquisas para a elaboração do Manual de Intervenções em Jardins Históricos de autoria de Carlos Fernando de Moura Delphim e que só foi publicado em 2005; com os estudos para a restauração da Praça Euclides da Cunha, Praça do Derby, Praça Faria Neves e Jardim do Palácio do Campo das Princesas elaborados pelo Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco a pedido da Prefeitura da Cidade do Recife e do Governo do Estado de Pernambuco entre 2001 e 2011; e com a restauração do Passeio Público do Rio de Janeiro pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em parceria com a empresa Ópera Prima Arquitetura e Restauração entre 2001 e 2004.

Podemos também destacar os trabalhos publicados nos anais do *‘Encontro Regional Paisagem na História: Jardins e Burle Marx no Norte e Nordeste’* promovido em 2007 pelo Laboratório da Paisagem e da publicação do livro *Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos* em 2009, pelas profas. Ana Rita Sá Carneiro e Ramona Pérez Bertruy uma parceria da Universidade Federal de Pernambuco com a *Universidad Nacional Autónoma de México*.

Nos estudos sobre jardins ainda há pouca assimilação com relação à compreensão do verde histórico, ou seja, um estudo detalhado da vegetação, que permitirá considerações diversas sobre o passado, o presente e o futuro do jardim. Diante disto, o problema que caracteriza o presente estudo estabeleceu-se em torno da ausência de um maior entendimento do verde histórico da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha bem como suas sucessivas alterações visando à conservação. Para tanto, objetivou-se identificar a composição florística inicial e atual dessas praças bem como compará-las o que possibilitará ações de conservação que garantirá a autenticidade da substância vegetal.

Como caminho metodológico, considera-se a pesquisa de caráter histórico, descritivo e bibliográfico. Desta forma, foi possível entender o processo de criação do jardim, o período entre a fase de criação e o momento atual.

Conforme Best [1972, p. 12-13], a “pesquisa histórica descreve o que era”. O processo enfoca quatro aspectos: i] investigação; ii] registro; iii] análise e iv] interpretação de fatos ocorridos no passado. Já a pesquisa descritiva delinea o que é. Aborda também quatro aspectos: i] descrição; ii] registro; iii] análise e iv] interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, refere-se a fontes secundárias, abrangendo toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, no entanto, de acordo com Trujillo [1974] não se configura como sendo uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre o assunto.

Quanto a pesquisa histórica, a técnica utilizada foi a documentação indireta, em que a coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias as quais englobam: i] jornais de circulação diária, levando em consideração o recorte temporal e espacial da pesquisa; ii] periódicos e iii] iconografias.

A pesquisa em jornais abrangeu o recorte temporal de 1934 a 1937. A escolha desses anos justifica-se pelo fato de ter sido nessa época que ocorreu a maior produção paisagística de Burle Marx no Recife. Para tanto, foram consultados os jornais ‘*Diario da Manhã*’, ‘*Diario da Tarde*’, ‘*Jornal do Commercio*’ e ‘*Diario de Pernambuco*’ disponíveis no acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, na Fundação Joaquim Nabuco e na Biblioteca Nacional², no Rio de Janeiro. Com a consulta aos jornais teve-se acesso aos discursos de Burle Marx que expressam suas intenções sobre as praças, objeto de estudo.

No que se refere ao material iconográfico, foram consultados o acervo do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco [planta baixa do projeto original da Praça de Casa Forte e registros fotográficos das décadas de 1940 e 1950 da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha] e do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano [Desenhos de Burle Marx e registro fotográfico que constam nos jornais *Diario da Manhã* e *Diario da Tarde*].

Já para a pesquisa descritiva, fez-se uso da documentação direta como técnica, que constitui-se, no levantamento de dados no próprio local [área de estudo]. Esses dados podem ser obtidos de duas maneiras: i] no campo ou ii] no laboratório. Para atingir o objetivo da pesquisa foi realizado o estudo de campo, que conforme Tripodi et al., [1975, p. 42-71] “divide-

² Contribuição da Pesquisadora Alda Azevedo Lemos

se em três grandes grupos: i] quantitativo-descritivo; ii) exploratório e iii] experimental”. Mais uma vez, reportando ao objetivo apenas os dois primeiros grupos foram abordados.

O estudo quantitativo-descritivo referiu-se ao levantamento florístico das praças. Para tanto foi utilizado o método de censo, ou seja, foram inventariados todos os indivíduos existentes na área, fazendo uso do seguinte protocolo: localização e identificação, discriminando a data do levantamento, o quantitativo de indivíduo geral e por espécie, o nome vernáculo e científico.

A identificação taxonômica dos espécimes foi realizada *in loco* apenas para o caso de espécies muito bem conhecidas, para as demais, foram coletadas amostras de material botânico fértil e herborizados para posterior identificação por especialistas e comparações com exsicatas do Herbário UFP - Geraldo Mariz da UFPE bem como, comparação com as exsicatas do *Neotropical Herbarium Specimens*, do *Neotropical Live Plant Photos* e do TROPICOS®. Para caracterizar a vegetação foi elaborada uma lista florística segundo o sistema de classificação de Cronquist [1981] relacionando as famílias e as espécies. A confirmação dos nomes foi obtida consultando o índice de espécies pelo site do *Missouri Botanical Garden*, o que resultou no inventário atual das referidas praças.

Para a análise de campo de caráter exploratório, fez-se uso dos estudos exploratório-descritivos combinados que tem por objetivo descrever, na medida do possível, determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso para o qual serão realizadas análises empíricas e teóricas.

Para a pesquisa bibliográfica, e dentro das categorias que englobam, foi selecionada a ‘Publicação’ que abarcou livros, teses, dissertações, monografias, periódicos, publicações avulsas e pesquisas. Desta forma, foram consultados os acervo do Laboratório da Paisagem, da biblioteca do Centro de Artes e Comunicação [biblioteca Joaquim Cardozo] e da biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas [biblioteca de Filosofia e Ciências Humanas] pertencentes a Universidade Federal de Pernambuco e da Biblioteca Blanch Knopf e o Setor de Microfilmagem ambos da Fundação Joaquim Nabuco.

No caso dos periódicos, os acessos se deram pelo portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES] e pelo SciELO_{Brasil}. Os trabalhos incluídos neste levantamento foram publicados em revistas indexadas, reconhecidas

nacional e internacionalmente. As principais revistas foram: *Singapore Journal of Tropical Geography*, *Bulletin of Botanical Gardens*, *Renaissance Quarterly [Chicago Journals]*, *The Journal of Decorative And Propaganda Arts [USA]*, *Arquitextos*, *Revista Paisagem e Ambiente*, *Revista Seropédica*, *Estudos Históricos*, *Revista da SBHC* e *Revista Brasileira de Botânica*.

Contudo, de posse das informações obtidas pela aplicação do procedimento metodológico acima descrito, pôde-se confrontar os achados históricos com os atuais e desta forma entender as mudanças pelas quais passaram a Praça de Casa Forte e Praça Euclides da Cunha, mas precisamente na vegetação, bem como saber se a ideia do paisagista permanece o que concorrerá para direcionar ações de conservação em jardim histórico.

Com base no exposto acima, organizou-se o trabalho em quatro capítulos: o primeiro '*Natureza apropriada: os jardins*' versa sobre a história do jardim permeando pela criação dos jardins botânicos, internacional e nacional, pela criação dos primeiros jardins públicos brasileiros e, por fim, a produção paisagística de Roberto Burle Marx na cidade do Recife. O segundo '*O espetáculo da natureza, a natureza como espetáculo: os jardins da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha*' discorre sobre o processo de criação de tais jardins com ênfase no componente vegetal. O terceiro, intitulado '*Arqueologia botânica da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha*' enfoca o verde histórico das referidas praças, o inventário florístico atual, bem como a evolução pela qual passou a composição florística, ou seja, perdas e acréscimos. Por fim, o quarto capítulo '*A conservação dos jardins*' refere-se a questões centrais para a conservação dos jardins com vistas a garantir a autenticidade da substância vegetal tomando como referência a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha.

1

Natureza apropriada: os jardins

O jardim em todos os tempos, entre todos os povos, surgiu nos momentos máximos de suas respectivas civilizações. Não houve povo que evoluindo não se congregasse em cidade. Não houve cidade que evoluindo não contivesse jardins³.

Jardim, *locus* do poder, da espiritualidade, da ciência, da economia e da sociabilidade

Do Éden ofertado por Deus e perdido pelo homem ao violar o fruto proibido, às construções egípcias, persas, gregas, romanas e islâmicas, os jardins sempre representaram fartura e bonança [Prest, 1981]. Planejados para demonstração de poder, como teatros para celebração dos sentidos ou ainda como retiros para elevação espiritual, os jardins materializavam, dentro de um determinado perímetro a imagem de uma natureza profícua e generosa, recri-

³ Roberto Burle Marx, 1935: 1

ando assim, sob o controle do homem, um espaço mítico em que plantas, animais, rios e fontes estariam em perfeita harmonia com desígnios divinos de bem-estar [Sanjad, 2001].

Nos povos de cultura cristã, a origem dos jardins está associada a propósitos espirituais, sejam religiosos ou filosóficos. Símbolo da benevolência divina, da pureza e da virgindade, a imagem do jardim fechado, ordenado racionalmente em oposição ao mundo exterior selvagem, era frequentemente utilizado na Idade Média para a representação visual do paraíso [Prest, 1981].

A possibilidade de reproduzir a natureza, transplantando vegetais para um espaço privado, fascina, encanta e desperta a imaginação das pessoas com a multiplicidade de cores e formas que as plantas proporcionam. Os jardins influenciam tanto o imaginário popular onde está presente até o mito fundador da civilização ocidental [Rodrigues *et al.*, 2005]. Neste contexto, a historiadora mexicana Ramona Pérez Bertruy relata que “el jardín surgió como un documento que podía mostrar, siempre en aras del conocimiento, vestigios sobre los orígenes y el devenir del hombre, y que, por ende, forma parte de las raíces que dan identidad a los pueblos” [Bertruy, 2009: 323]. Isso significa que os jardins desde as antigas civilizações, são significativos testemunhos da arte, da história e da cultura de humanidade.

Foi no início do século 16, o momento em que o jardim assumiu nova configuração, requerendo para si a primeira e mais evidente representação do poder imperial e um marco disso foi a construção dos jardins da Corte Belvedere para a apresentação da coleção papal de escultura [Fig. 1]. O padrão instaurado no jardim do Éden, a exegese determinava a clausura, no novo jardim do poder, as portas deveriam estar abertas permitindo que as pessoas vissem e fossem vistas [Cunningham, 1996]. Assim como os grandiosos palácios principescos que se espalharam pelas Cortes italianas, francesas e inglesas, os jardins passaram a dizer algo sobre o poderio e a importância dos seus criadores [Sanjad, 2001].

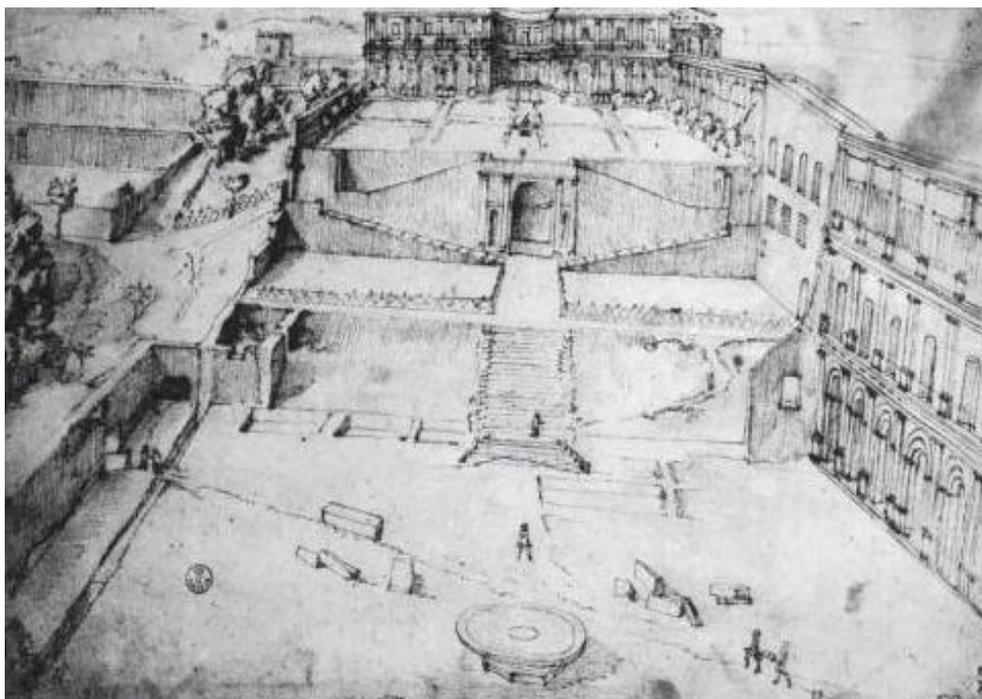


Fig. 1: Corte Belvedere no Palácio do Vaticano. Fonte: Cunningham, 1996.

O processo de renovação cultural que levou à construção de jardins a partir de um critério estético clássico também incentivou os que se dedicavam ao estudo da natureza e que desejavam comprovar as qualidades então atribuídas às plantas, identificar as espécies descritas pelas autoridades que foram referidas nos antigos tratados de botânica, numa tentativa de retomar um trabalho que se julgava ter sido interrompido na Idade Média [Pyenson e Sheets-Pyenson, 1999]. Esse trabalho passou a ser executado no jardim botânico, também denominado de jardim físico.

O jardim botânico, até então, era o mais importante dentre os jardins criados pelo ser humano por desempenhar funções científica, educacional, social, estética, histórica e ecológica. Foi na Mesopotâmia, no antigo Egito e na América pré-colombiana que os primeiros jardins botânicos foram criados. Na Mesopotâmia, imaginava-se que os jardins pertenciam a Nabucodonossor – os Jardins Suspensos da Babilônia, que ficaram conhecidos como uma das sete maravilhas do mundo antigo [Sousa, 1976; Rocha e Cavaleiro, 2001].

Estes primeiros jardins botânicos tinham como objetivo fundamental cultivar plantas medicinais que deveriam ser estudadas, além de configurar um espaço de convívio para a sociedade. Pode-se dizer também, que o surgimento dos jardins botânicos, provavelmente, está relacionado ao aparecimento da agricultura [Rocha, 1999; Lima, 2003].

O primeiro jardim botânico ocidental surgiu na cidade de Atenas, Grécia, junto ao Liceu, e foi criado por Teofrasto de Ereso, o pai da botânica, a cerca de 370-285 a.C., que de acordo com Bye [1994], foi criado para atender a demanda científica e educativa até mesmo porque, nele se mantinham plantas para as pesquisas dos estudiosos do Liceu.

Contudo, é só durante o Renascimento europeu que as referências aos jardins botânicos ocidentais se intensificam. Na Idade Moderna, a Europa foi pioneira na criação de jardins botânicos que tinham por objetivo principal o estudo da flora e da aclimatação bem como o cultivo de plantas úteis. Os primeiros jardins botânicos estão listados a seguir:

- *Jardim botânico de Pisa [Itália], 1543;*
- *Jardim botânico de Pádua [Itália], 1545;*
- *Jardim botânico de Florença [Itália], 1545;*
- *Jardim botânico de Zurich [Alemanha], 1560;*
- *Jardim botânico de Valencia [Itália], 1563;*
- *Jardim botânico de Heidelberg [Alemanha], 1593;*
- *Jardim botânico de Montpellier [França], 1593;*
- *Jardim botânico de Paris [França], 1597;*
- *Jardim botânico de Oxford [Inglaterra], 1621;*
- *Jardim botânico de Berlim [Alemanha], 1646;*
- *Jardim botânico de Upsala [Suécia], 1655.*

Até então, o jardim botânico não era considerado, a priori, um espaço de deleite, contemplação, a recriação do Éden monitorado pelos humanos. Compreendendo os séculos 16 e 17, tais jardins foram criados e tornaram-se locais de experimentação, ensino e estudo. Conforme Tomasi [1991], seus arranjos paisagísticos visavam, principalmente, a praticidade do ordenamento das plantas em gêneros e ou famílias botânicas, ou seja, seguindo a classificação filogenética bem como suas exigências de plantio, o que significou, em certa medida, não adotar a estética dos jardins renascentistas e barrocos.

Dentre os primeiros jardins botânicos, destacam-se o de Pisa que foi considerado o primeiro jardim botânico moderno e o que iniciou o uso de estufas de vidro para introdução de plantas exóticas e implantou um herbário para estudos; e o de Upsala pela atuação de Carl von Linneus, considerado o ‘pai da Taxonomia’, criador do sistema de classificação binária dos seres vivos. O jardim foi projetado para mostrar como as plantas se relacionavam entre si, através, por exemplo, de similaridades e diferenças físicas. Com a difusão dos estudos de Carl von Linneus outros jardins passaram a seguir o exemplo de Upsala.

De acordo com a historiadora mexicana Rebeca V. García Corzo “Estos jardines fueron evolucionando en su estructura y funcionamiento de manera paulatina, pues eran claros ejemplos de orden y de civilización, de dominio de la naturaleza y de convivencia con ella” [García Corzo, 2009: 466], e indicavam o nível cultural da sociedade.

Em colônia americana, o primeiro jardim botânico foi construído no Brasil, na administração do Conde Johann Moritz von Nassau-Siegn [Maurício de Nassau], o Jardim de Vrijburg [denomina-se também Parque de Vrijburg, Parque de Nassau e Horto Zoo-botânico] na ilha de Antonio Vaz, no século 17, durante a ocupação holandesa.

O jardim teve suas obras iniciadas em 1639 e concluídas em julho de 1642. A área fazia parte do plano urbanístico da cidade de Maurícia, edificada ao modo de uma cidade ideal. De acordo com Mesquita [2000] a área do jardim era banhada pelos rios Capibaribe e Beberibe em sua confluência, e situava-se estrategicamente permitindo descortinar belas paisagens. A memória do jardim manteve-se através de descrições textuais e iconográficas [Fig. 2] e, hoje, seu sítio constitui-se ainda em um espaço público, a Praça da República, e um espaço privado, o Jardim do Palácio do Campo das Princesas na cidade do Recife, em Pernambuco.



Fig. 2: Perspectiva a vôo de pássaro do Parque de Nassau [reconstituição livre por Liana Mesquita, 1989]. Fonte: Mesquita, 1998.

Nassau fez-se acompanhar de uma missão artística e científica que se incumbiu de investigar inúmeros aspectos da natureza e da sociedade dessa parte do Novo Mundo em função do projeto do jardim. Dedicando parte de seu tempo às atividades de construir e plantar, Nassau melhorou as condições do lugar, legislou sobre a agricultura de subsistência e sobre a proteção das matas e edificou sítios. Assim, o jardim incluiu-se dentro de várias ações urbanísticas, arquitetônicas, científicas e artísticas [Silva, 2009].

O fascínio dos holandeses pela diversidade florística local é evidenciado pela organização do *Herbarium vivum brasiliensis* por Georg Marcgrave, médico, botânico, engenheiro e astrônomo, autor da *Historia Naturalis Brasiliae*, quando da sua estada em Pernambuco. Junto com Marcgrave, Guilherme William Piso, naturalista nassoviano, médico particular de Maurício de Nassau, dedicou-se aos estudos das plantas medicinais e publicou seus achados em *De Medicina Brasiliensis*.

Contribuições importantes também foram dadas pelas pinturas de Frans Post, Albert Eckhout e Zacarias Wagener que tão bem retrataram as paisagens brasileiras e em especial pernambucanas. As pinturas nos trazem um verdadeiro entendimento de quão rica e diversificada são a nossa flora e fauna.

O jardim, também denominado de horto, possibilitou a observação minuciosa da fauna e da flora tornando-se um local de coleta de informações que, posteriormente, foram incorporados às coleções científicas na Europa. Nos escritos de Piso e de Marcgrave, encontram-se descrições de experimentos e dissecações de animais. Assim, o horto, seguindo o modelo do Anfiteatro de Anatomia e do Horto Botânico de Leyden, foi palco de experiências científicas [Gesteira, 2004].

Passados mais de um século do feito de Maurício de Nassau, é só no final do século 18 que a Coroa portuguesa emitiu instruções para a implantação de jardins botânicos no Brasil. A preocupação estava em fomentar o conhecimento das possibilidades econômicas da vegetação nativa e exótica.

No domínio português, a viagem filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783-1792, empreendida por Alexandre Rodrigues Ferreira, resultaram na remessa de exemplares da flora e fauna americana para Europa, principalmente

para os jardins botânicos de Madri, Lisboa, Viena, o Jardim des Plantes de Paris ou o Kew Gardens de Londres [Segawa, 1996].

Conforme Segawa [1996], o primeiro jardim botânico foi criado no Pará em cumprimento à Carta Régia de 04 de novembro de 1796, porém, só efetivado em 1798. Datam ainda do Brasil Colônia e do Império, entre os séculos 18 e 19 e, atendendo ao Aviso Régio de 19 de novembro de 1798, a criação dos jardins botânicos de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, além do jardim botânico do Rio de Janeiro, instalado em situação especial. A relação dos primeiros jardins botânicos do Brasil pode ser vista abaixo:

- *Jardim botânico do Grão Pará*, 1798;
- *Jardim botânico do Rio de Janeiro*, 1808;
- *Jardim botânico de Pernambuco* [também denominado de jardim de aclimação das plantas exóticas de Olinda ou Horto D'el Rey e hoje Sítio Manguinhos], 1811;
- *Jardim botânico de Ouro Preto*, 1825;
- *Jardim botânico de São Paulo* [ou Jardim Botânico Imperial], criado em 1799, sem ter funcionado efetivamente como estabelecimento botânico, sendo inaugurado em 1825, e logo mudado para jardim público de São Paulo em 1838 e hoje jardim da luz.

Na Bahia, em 1815, foi implantado um passeio público com intenções botânicas, assim como ocorreu em Belém em 1806 e em Curitiba em 1886. Mesmo sendo o jardim botânico do Pará o primeiro a ser criado, a história dos jardins botânicos do Brasil, de cunho científico, só teve início com a vinda da família real portuguesa em 1808 para o Rio de Janeiro, quando foi criado o jardim de aclimação, o jardim botânico do Rio de Janeiro [Almeida; Sá Carneiro e Alves, 1999]. O jardim foi destinado ao lazer, amenização e à pesquisa.

Nesse momento seminal do desenvolvimento da botânica no Brasil destacam-se as ações do naturalista Manuel Arruda da Câmara, por influenciar a coroa portuguesa na criação de jardins botânicos nas principais províncias do Brasil [Dean, 1991]. Arruda Câmara ocupava o cargo de naturalista viajante e era encarregado de cumprir as determinações da Coroa para o levantamento de recursos naturais do Brasil, particularmente do Nordeste, bem como tinha o comprometimento com a questão da aclimação de espécies exóticas [Prestes, 2000; Rodrigues *et al.*, 2005].

De modo a justificar a criação dos jardins botânicos no Brasil, Arruda Câmara enfatizou o potencial da flora brasileira e a grande fertilidade das terras do Brasil, o que consequentemente atenuou o preconceito europeu com a flora neotropical e além do mais, ressaltou a

importância da criação de tais jardins, nas principais capitais, como uma forma de promover o desenvolvimento econômico e a independência em relação aos mercantilistas que praticavam altos preços com a venda de plantas exóticas [Dean, 1991]. No entanto, tomando por base as intenções de Arruda Câmara, pode-se dizer que a criação dos jardins botânicos no Brasil girou em torno da economia, da política e da ciência.

Conforme Carlos Terra, o que se observa, nesse período, é o movimento contrário, ou seja, são as espécies das regiões tropicais que vão enriquecer os jardins exóticos dos estados europeus e fomentar o interesse científico. No entanto, só com a constituição das ciências naturais, como disciplina autônoma, se inicia o levantamento mais sistemático da flora brasileira realizado pelos primeiros botânicos europeus. Esse movimento, em paralelo ao discurso higienista nascente, levou à integração dos elementos da flora na própria composição da cidade, como reação e, ao mesmo tempo, solução ao problema do adensamento urbano [Terra, 2000].

Ínterim, a criação do jardim no Brasil está atrelada a um forte processo de transformação da paisagem, com a substituição da vegetação nativa por exótica em área de terra bastante reduzida ao se comparar àquelas originalmente ocupadas pelas nativas [Aragão, 2008], até mesmo porque, havia um grande desprezo pela vegetação nativa tanto pelos habitantes como pelos governantes.

Nas cidades tidas como coloniais, haviam poucos jardins situados nos quintais das residências e nas grandes propriedades religiosas, compostos por pomares, hortas, flores e ervas e normalmente alocados junto aos conventos [Marx, 1980].

Um dos marcos na arte paisagística de jardim ocorreu no século 18 com a criação do passeio público do Rio de Janeiro por Valentim da Fonseca e Silva [Mestre Valentim] no ano de 1783 [Figs. 3 e 4], idealizado pelo vice-rei D. Luiz de Vasconcelos. Na visão do de Carlos Terra era um jardim traçado nos moldes franceses, “um jardim de lazer, isto é, um jardim público para servir à população da cidade” [Terra, 2000: 42].



Fig. 3: Passeio Público do Rio de Janeiro, 1847; Alfredo Martinet. Fonte: Biblioteca Nacional [Brasil]; Icon. 211917_17.

Apesar da presença de elementos de culturas distintas da brasileira [i.e. cupidos e pirâmides], para os contemporâneos do Mestre Valentim ou para os que conheceram o projeto original, o jardim era uma verdadeira obra de arte [Aragão, 2008]. A admiração por um jardim que unia a vegetação autóctone e a exótica foi descrita por vários naturalistas estrangeiros, principalmente Johann Baptiste von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius que deixaram bem claro em sua obra *‘Viagem pelo Brasil: 1817-1820’*:

À beira-mar está o Passeio Público; é um jardim pequeno, cercado de muros e de cais de cantaria a prumo sobre o amor. As suas alamedas umbrosas de mangueiras, jaqueiras ou da árvore oriental do pão, do itu e do jambo-rosa, entre os quais se ostentam os magníficos buquês da poinciana são sem dúvida muito convidativas, à tarde, quando sopra a brisa do mar suavizando o calor. [p.65]

Do projeto de Mestre Valentim, restam descrições e imagens como a litografia aquarelada de Alfredo Martinet *‘O passeio público’* de 1847 [Fig. 3] e a fotografia de Revert Henrique Klumb de 1862 [Fig. 4].

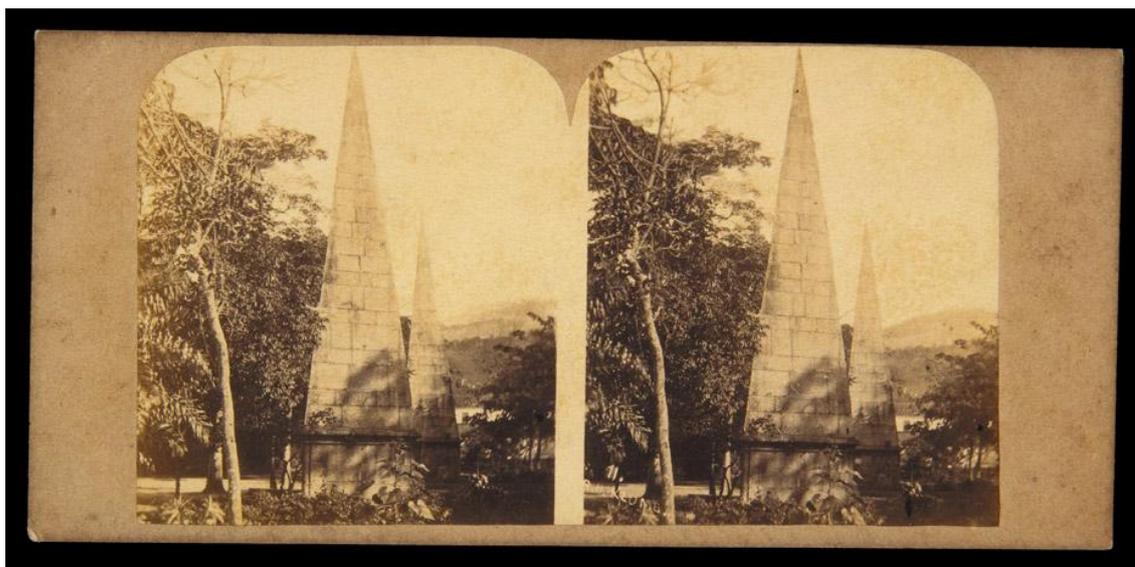


Fig. 4: Passeio Público do Rio de Janeiro, 1862; Revert Henrique Klumb. Fonte: Biblioteca Nacional [Brasil]; Icon. 575209.

Entrando no século 19, considerado por Machado de Assis [in Segawa, 1996: 11] como sendo “o século dos jardins”, e que de acordo com Aragão [2008] se prolongou até as primeiras décadas do século 20, a cidade de São Paulo e a do Rio de Janeiro, em particular, parecem ter competido no quesito ajardinamento nesse período. Mas, o Rio de Janeiro adiantou-se nesse processo, com a chegada da Corte e dos planos de embelezamento das áreas urbanizadas. Já na cidade de São Paulo, os jardins se espalharam em fins do século 19 que por sua vez, foi palco das grandes transformações da cidade, iniciando pela revolução industrial e depois com a reação do salubrismo, correlata a noção de higiene pública [Segawa, 1996]. Com a noção salubrista derivou o processo de ajardinamento diante do conhecimento dos benefícios das plantas na malha urbana, fato que no século 19 ainda estava obscuro.

Um dos grandes nomes defensores do salubrismo foi o sanitariano Francisco Saturnino Rodrigues de Brito que defendia amplamente o emprego da vegetação no meio urbano, em suas palavras: “o valor estético das florestas, ou melhor, das árvores, é relativo às situações em que se encontrem ou sejam plantadas para esse feito. O seu valor higiênico depende das circunstâncias em que possam prestar este serviço à sociedade” [Brito, 1943: 121]. Os principais planos de saneamento de Saturnino de Brito no Brasil conforme Burger [2008] abrangem as cidades de Vitória [1895-1896], Santos [1905-1910], Recife [1910-1917], João Pessoa [1913], Pelotas [1926-1929] e Natal [1935-1939].

No século 19, um grande nome na arte paisagística no Brasil foi o botânico-paisagista e também engenheiro hidráulico Auguste François Marie Glaziou, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II em 1858 e ocupou o cargo de Diretor Geral de Matas e Jardins. Glaziou projetou e remodelou vários jardins públicos e privados onde adotou, por diversas vezes, a vegetação autóctone na composição do espaço mesmo tendo o jardim o estilo inglês. Dentre vários projetos, os mais significativos são a reforma do Passeio Público do Rio de Janeiro; a Quinta da Boa Vista e o Campo de Sant’Ana.

Conforme Jacques Leenhardt, Glaziou parece ter compreendido o sentido da síntese entre a presença da forma e o direito da natureza à exuberância. “Enriquecido pelo ensinamento de Jean-Charles Adolphe Alphand, mestre de parques e jardins haussmannianos, aos quais deu um caráter como o ilustra o Parque dos Buttes-Chaumont, Glaziou traça para os jardins do Rio de Janeiro amplas avenidas que circundam maciços generosamente recortados” [Leenhardt, 2006: 14]. Foi pelas mãos desse grande paisagista que o jardim europeu do século 19, denominado paisagístico, chegou ao Brasil.

Além dos grandes feitos no campo do paisagismo, Glaziou muito contribuiu para a botânica. Viajando pelo território brasileiro teve a oportunidade de coletar e identificar espécies vegetais até então desconhecidas para a comunidade científica. Conforme Marchiori [2004], dentre as inúmeras viagens de Glaziou destaca-se a expedição comandada por Luís Cruls, com o objetivo de delimitar a região mais propícia do Planalto Central para a construção da nova capital do País.

Depois da época das vilas e palacetes ecléticos, com jardins ingleses e franceses de caráter romântico, surge o século 20 como o século de vanguardas, cujas propostas eram sempre a favor do novo, do inovador, e contrárias às tradições, às lições do passado. O modernismo inaugurava um novo tempo, uma nova arquitetura alheia às cópias e colagens, contra a ornamentação, os decorativismos e estilismos, e favorável à transparência dos elementos estruturais, à fluidez do espaço, à linha reta e simples, à ausência de ornatos [Sandeville Jr., 1994].

Com o olhar voltado para o Recife, pode-se afirmar que a cidade passou por vários períodos de produção paisagística, iniciando-se como já foi explicitado, com a construção do Jardim de Friburgo por Maurício de Nassau. Contudo, conforme Silva [2007] foi nos últimos

decênios do século 19 até o final da década de 1930 o grande momento da produção paisagística.

O início dessa produção remete-se ao ano de 1872, período posterior à criação do primeiro passeio público do Recife, hoje, Praça da República, com a prática de ajardinamento de antigos campos, pátios, largos e praças coloniais que continham elementos do jardim inglês. Na década de 1920, houve construção de diversos ‘parques’ na gestão do Prefeito Antônio de Góes [1922-1925] e do Governador Sérgio Loreto [1922-1926] mesclando influência dos jardins franceses e ingleses. E, finalmente, o mais expressivo refere-se à atuação do paisagista Roberto Burle Marx, entre 1934 e 1937 [Silva, 2007].

A engenheira florestal Ana Rosa de Oliveira, estudiosa dos jardins de Burle Marx, ao tratar da construção formal do jardim do paisagista relata que: “o jardim de Roberto Burle Marx é produto de uma experiência acumulativa e não de um total abandono de um período para entrar no outro” [Oliveira, 2000: 1], e conforme a arquiteta Maria Elena Merege Vieira, “Burle Marx soube extrair a essência dessa tradição e reelaborar um trabalho de cunho pessoal, utilizando-se das formas fantásticas e das cores da vegetação brasileira” [Vieira, 2008: 180].

Essa experiência acumulativa e o não abandono de um período para iniciar outro, fica evidente quando comparamos a produção paisagística de Burle Marx com a evolução pela qual passou o jardim. Aspectos como a convivência com a natureza; estudo da flora; cultivo de plantas; relação entre plantas; similaridades e diferenças físicas do vegetal; forma sistemática e exigências de plantios e um discurso higienista, artístico e educativo permearam a história formal da construção e evolução dos jardins, principalmente dos jardins botânicos, como foi mostrado nas páginas anteriores, e que se fazem presentes nos projetos paisagísticos de Burle Marx.

Essas características são evidenciadas quando Burle Marx, ao projetar seus primeiros jardins públicos, fato que ocorreu no Recife, enfatiza que os mesmos estão estruturados em três aspectos e/ou princípios: i] higiene [representando um pulmão coletivo nas cidades], ii] educação [propiciando meios para que os habitantes possam distinguir sua própria flora da exótica e, desta forma, desenvolver o respeito pela natureza] e iii] arte [obedecendo a uma ideia básica com perspectiva lógica e subordinado a uma determinada forma de conjunto] [Marx, 1935a].

Dentre os jardins botânicos, dois destacam-se na vida de Burle Marx, o de Berlim [Dahlem] e o Kew Gardens [Inglaterra]. No de Berlim, Burle Marx tornou-se frequentador assíduo onde as coleções de plantas segundo o paisagista foram “agrupadas segundo critérios geográficos⁴ eram, para mim, vivas lições de botânicas e ecologia. Foi aí que pude apreciar, de forma sistematizada muitos exemplares da flora típica do Brasil. Eram espécies belíssimas e quase nunca aqui utilizadas nos jardins” [Marx, 1987: 47], e no de Kew Gardens, pelas fotografias dos jardins de plantas aquáticas que a princípio inspirou o paisagista no projeto da Praça de Casa Forte.

No entanto, Duarte [2009] supõe que antes da iniciação européia, Burle Marx teria visitado os jardins do Rio de Janeiro e os de São Paulo que não dialogavam com a exuberância das florestas tropicais, mas tampouco eram inteiramente exógenos e desenraizados. Ressalta-se também que o paisagista antes de sua viagem à Alemanha fez um curso de ecologia no Jardim Botânico do Rio de Janeiro [Hamerman, 1995].

Os primeiros jardins públicos de Roberto Burle Marx, a experiência no Recife

Ao aceitar o convite do governador de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti, Roberto Burle Marx assume o cargo de Diretor do Setor de Parques e Jardins da então Diretoria de Arquitetura e Urbanismo em 1935, que tinha por diretor o arquiteto Luiz Nunes, e elabora um plano de aformoseamento para a cidade do Recife. De acordo com a arquiteta e urbanista Ana Rita Sá Carneiro, estudiosa dos jardins de Burle no Recife, o paisagista prestigiou diferentes paisagens confirmando a identidade dos lugares [Sá Carneiro, 2005].

Naquele momento, os jardins do Recife estavam em situação de abandono por parte do poder público e, diante de tal situação, reivindicações por melhorias nesses espaços públicos tornaram-se constantes. Em um artigo intitulado ‘*A vida na cidade: a reforma dos jardins*

⁴ Classificação realizada pelo botânico alemão Heinrich Gustav Adolf ENGLER [1844-1930].

publicos do Recife' publicado no *Diario da Tarde* de 22 de maio de 1935 e outro publicado pelo *Diario de Pernambuco* de 12 de maio de 1936 denominado a '*A vida na cidade: Praças e jardins*' retratam bem a situação que estavam alguns de nossos jardins:

“[...] a remodelação do parque Amorim, que irá perder aquelle monótono aspecto de floresta erma e resequida pelo sol. [...] varresse da nossa vista, [...], a feiúra da praça Coração de Jesus e o mattagal cerrado do parque do Entroncamento. Afora o aspecto urbanístico ha ainda a salientar o lado higienico dos jardins” [Diario da Tarde, 1935b; Grifo nosso].

“[...] reformular algumas de nossas velhas e tristes praças e mesmo de criar novas, com jardins que não semelhem capoeirões [Diario de Pernambuco, 1936; Grifo nosso]”.

Uma das grandes preocupações de Burle Marx ao projetar os jardins no Recife era dar à população um amplo serviço de ajardinamento público, onde, pelo menos houvesse ar puro e relativa liberdade para passeios e repouso nas tardes quentes, uma vez que, o Recife era uma cidade pobre e com a maioria da população morando em casinhas estreitas, sem ar, sem luz e sem conforto [Marx, 1987]. Desta forma, o paisagista conferiu aos seus jardins uma função social.

Com o objetivo de tornar o Recife uma cidade apta a figurar como um centro de civilização, mediante um novo aspecto urbanístico, Burle Marx elaborou um plano de aformoseamento que contemplou treze jardins públicos. A distribuição espacial desses jardins pode ser vista nas Figuras 5 e 6. Posteriormente, Burle Marx, na então gestão do prefeito Pelópidas Silveira, projetou mais dois jardins públicos, um em 1957, a Praça Ministro Salgado Filho, também chamada de Praça do Aeroporto; e outro em 1958, a Praça Faria Neves, conhecida como Praça de Dois Irmãos por estar próxima ao Horto Zoo-botânico de Dois irmãos totalizando quinze jardins públicos.

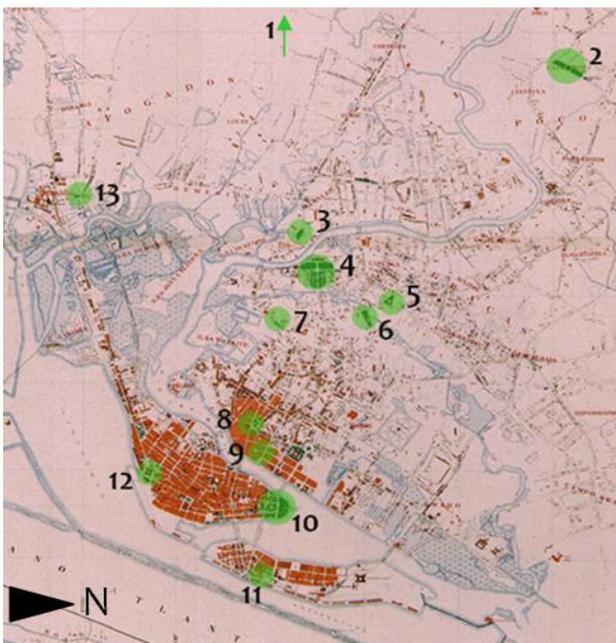


Fig. 5: Mapa de localização, de 1932, dos jardins que fizeram parte do plano de aformoseamento do Recife, na gestão do prefeito Antônio de Góes. Fonte: Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.

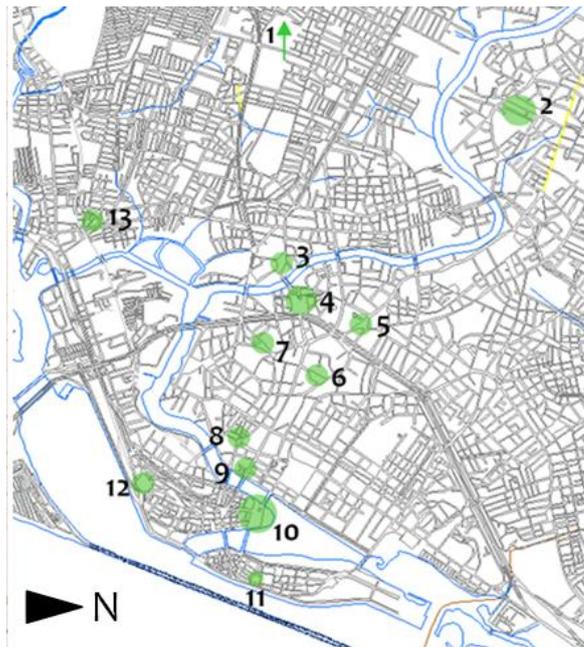


Fig. 6: Mapa atual de localização dos jardins que fizeram parte do plano de aformoseamento do Recife. Fonte: Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.

Legenda: 1: Praça Pinto Damaso; 2: Praça de Casa Forte; 3: Praça Euclides da Cunha; 4: Praça do Derby; 5: Praça do Entroncamento; 6: Praça do Parque Amorim; 7: Praça Coração de Jesus; 8: Praça Maciel Pinheiro; 9: Praça Dezesete; 10: Praça da República e Jardim do Palácio do Campo das Princesas; 11: Praça Artur Oscar; 12: Largo das Cinco Pontas e 13: Largo da Paz.

Com o projeto de ajardinamento, Burle Marx dá a fisionomia das praças, largos e parques do Recife um caráter autóctone, integrando-os a paisagem local, e nas palavras do paisagista no artigo *‘A vida na cidade: a reforma dos jardins públicos do Recife’* publicada em 22 de abril de 1935:

“O nosso paiz possui evidentemente uma flora riquíssima e, desse modo, não nos será difícil encontrarmos em qualquer cidade elementos que solucionem essa necessidade. Até então, não tem sido assim o que, entre nós se tem feito nesse sentido. As ruas arborizadas quase que exclusivamente com fícus benjaim, além de resolver mal os problemas de arborização urbana, deixam uma impressão de pobreza de nossa flora, o que não é verdadeiro [...] a variedade imensa de plantas que nos oferecem nossas matas magníficas [...] urge que se comece, desde já, a semear, nos nossos parques e jardins, a alma brasileira”.

No plano de aformoseamento a Praça de Casa Forte, a Praça Euclides da Cunha e a Praça Artur Oscar configuraram-se como projetos completos e foram executados; os demais,

com exceção da Praça Pinto Damaso e da Praça do Entroncamento que não tiveram os projetos executados, sofreram pequenas intervenções que, na maioria das vezes restringiu-se a introdução de novas espécies de plantas e de mobiliário [Silva, 2010]. Ao se referir as ações de Burle Marx, o poeta e engenheiro Joaquim Cardozo em nota ao *Diário da Tarde* de 14 de junho de 1937 relata:

“A paisagem pernambucana tem oferecido a Burle Marx elementos preciosos e que foram, até certo ponto, desprezados por seus antecessores. Agora, felizmente, verificou-se o aproveitamento total desses valores e o artista tem sabido empregalos com vantagem. Fazer jardins somente com os elementos de que dispomos á mão [...] seria fecharmo-nos num isolamento censurável, porque a beleza, sendo proporção e conhecimento, não deve ficar este ultimo limitado a regiões. O nosso povo, as nossas crenças, principalmente, precisam conhecer as mais bellas plantas da riquíssima flora amazonica, como ainda as de outras terras, as vitórias-regias brasileiras e os lótus do Nilo, os páus mulatos amazonenses [...] o sr. Burle Marx acabará dando ao jardins do Recife um caracter proprio e incomparavel, como certamente nunca tiveram anteriormente”

A diversidade de espécies vegetais usada por Burle Marx em seus projetos paisagísticos no Recife, é tratada por Odilon Ribeiro Coutinho no momento do Seminário de Tropicologia na Fundação Joaquim Nabuco, em 1985, como sendo “a forma de devolver o civilizado ao seu meio natural, às árvores, aos matos, de restaurar a virgindade primitiva no civilizado” [Coutinho *in* Miranda, 1985:84]. E, nessa perspectiva, a arquiteta Janete Costa, grande amiga de Burle Marx, relata que o paisagista ao projetar seus jardins “estabelece diálogos com a paisagem, criando um pano de fundo para os jardins como se dissesse: isto, aqui, eu estou fazendo, a natureza está ali. Mas o que ocorre é a ligação do jardim com a paisagem local” [Costa *in* Miranda, 1992: 73].

Referindo-se ao Recife, Burle Marx relata que a cada passo descobria o encontro de uma cidade ainda com características coloniais, onde a erudição arquitetônica sentia-se em cada esquina. “Cidade de contrastes, cheia de mocambos, mas com grandes casas que também me impressionavam profundamente, semeadas numa paisagem dominada pelas mangueiras e jaqueiras, entremeadas de coqueiros” [Marx *in* Miranda, 1989: 72].

Diante do exposto nos parágrafos anteriores é lícito afirmar que Burle Marx concebeu os projetos paisagísticos dos jardins nos mesmos princípios da Carta de Florença [1981], ou

seja, como monumentos vivos nos quais a vegetação é o principal elemento de uma composição artística, ecológica e educativa. Tais jardins delimitam:

“paisagens especiais de arquitetura vegetal e de uso da população que caracterizam uma paisagem cultural especial, unidades de paisagem, pois são núcleos de bairros como Casa Forte, Várzea e Dois Irmãos e trazem como pontos referenciais os corpos d’água e os ecossistemas locais, ou seja, a paisagem recifense” [Sá Carneiro, Silva e Menezes, 2010: 4].

Do conjunto de quinze jardins públicos, seis foram selecionados como mais representativos e foram inventariados pela equipe Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco e, solicitado o tombamento no ano de 2008 ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como patrimônio cultural nacional na categoria de jardim histórico, são eles: a Praça de Casa Forte, a Praça Euclides da Cunha, a Praça do Derby, a Praça da República e o Jardim do Palácio do Campo das Princesas, a Praça Salgado Filho e a Praça Faria Neves.

Em discurso no Seminário de Tropicologia, Burle Marx enfatiza a importância que a capital pernambucana teve na sua formação profissional.

“[...] minha experiência no Recife foi fundamental para o rumo que, posteriormente, tomou minha atividade profissional. Hoje, depois de 50 anos, sinto que essas experiências foram válidas e determinaram minha maneira de construir jardins. Sobre tudo elas ensinaram-me o valor de observar, de ver. [...] não tenho dúvidas que em Pernambuco começou tudo” [Marx in Miranda, 1992: 70-73].

O botânico-paisagista francês Arnaud Maurières ao tratar de Burle Marx inserido na história da paisagem moderna afirma: “o que é verdadeiramente importante na obra de Burle Marx, é que ele foi o único capaz de traduzir o movimento moderno artístico no campo da paisagem. Se devemos atualmente buscar uma referência de jardim moderno, é no Brasil que nos cumpre buscá-la” [in Leenhardt, 2006: 89 e 90].

Roberto Burle Marx, a relação com a botânica e a aproximação com os botânicos

Roberto Burle Marx chegou à botânica por instinto. A curiosidade o impeliu ainda jovem a interessar-se por hibridações, as primeiras experiências foram com um caládio que sua mãe cultivava no jardim ao gosto inglês, em Pernambuco. Nas folhas alongadas e reticuladas de nervuras da arácea, parecia-lhe que circulava um sangue cálido; começou a obter diferentes tons de um vermelho mais raro, imaginando-se um pintor que procura uma nova tonalidade [Bardi *in* Xavier, 2003].

Em entrevista concedida no ano de 1992 à engenheira florestal Ana Rosa de Oliveira, Burle Marx ressalta a importância que sua mãe teve por sempre lhe mostrar a magnitude das plantas, e relata:

“Eu tive uma mãe musicista, cantava muito bem, era ótima pianista e tinha uma sensibilidade diabólica, diabolique ou divina. Ela gostava de plantas. Quando eu comecei a trazer plantas do mato que eu gostava, ela nunca disse: “Ai Roberto, isso é mato!” Ela dizia: “Roberto que coisa bonita, eu nunca tinha visto, isso é uma espécie de manifestação divina”. Depois eu comecei a me preocupar com as plantas e a descoberta das plantas, sobretudo no Brasil é uma coisa fabulosa...” [Marx *in* Oliveira, 2007: 22].

Além desse convívio com sua mãe, o paisagista ainda ressalta a importância que teve a revista alemã *Gartenschoenheit* trazida pelo seu pai da Alemanha e diz: “Através da revista *Gartenschoenheit* comecei a ter idéia dos parques e jardins de outros países” [Marx *in* Miranda, 1992: 71]. Antes de ir para a Alemanha, em 1928 e aos 19 anos de idade, Burle Marx se aproxima de forma mais científica do mundo das plantas ao concluir o curso de ecologia com o botânico Dr. Silveira, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Seu período na Alemanha é marcado pelo encontro com as plantas nativas do Brasil, nas estufas do Jardim Botânico de Dahlen. A vegetação classificada conforme o modelo filogenético e fitogeográfico, organizada pelo botânico Heinrich Gustav Adolf Engler, impressionou profundamente Burle Marx e nas palavras do paisagista “ao regressar, dispus-me a defender, por todos os meios que encontrasse, a nossa flora” [Marx, 1975:115].

No período em que esteve em Pernambuco, 1935 a 1937, Burle Marx ressaltou a importância do conhecimento da obra do naturalista George Marcgrave pelas ricas informações contidas na *Historia Naturalis Brasiliae* [Figs. 7 e 8]; e das pinturas de Frans Post e Albert Eckhout por suas pinturas testemunharem o que existia na paisagem regional [Figs. 9 e 10]. As obras desses holandeses, diz Burle Marx “marcaram muito meu período em Pernambuco” [Marx in Miranda, 1992:72] e conta ter sido seu grande amigo Clarival Valadares, que o fez examinar, com lente de aumento, os detalhes documentais na pintura dos holandeses de Nassau [Marx, 1992].

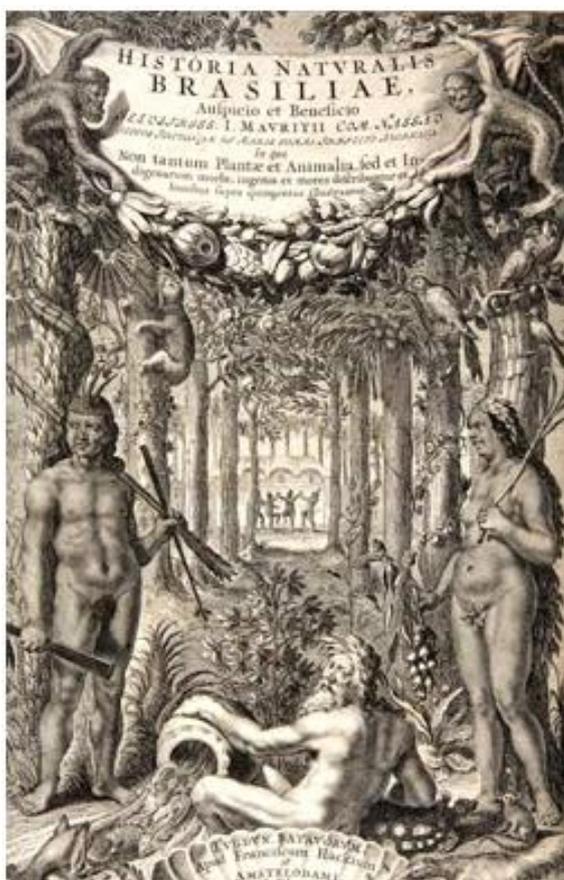


Fig. 7: Capa da *Historia Naturalis Brasiliae*. Fonte: Marcgrave e Piso, 1648.



Fig. 8: Descrição da aninga, planta amplamente usada por Burle Marx em seus projetos paisagísticos. Fonte: Marcgrave e Piso, 1648.



Fig. 9: Panorama brasileiro. Frans Post, 1652. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural.



Fig. 10: Cabaça, Frutas Cítricas e Cacto. Albert Eckhout, s.d. Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural.

Outro aspecto que marcou a formação de Burle Marx foram os projetos paisagísticos do botânico Glaziou, a propósito do que afirma o paisagista: “Se analisarmos bem, tiveram muita importância em minha carreira. Glaziou empregou muitas plantas brasileiras, possivelmente pela primeira vez. Mas também importou plantas exóticas que, pelo menos, tinham mérito de ir bem com a paisagem” [Marx in Tabacow, 2003: 297]. Destaque também é dado por Burle Marx às obras de Johann Baptiste von Spix, Carl Friedrich Philipp von Martius, Heinrich Wilhelm Schott, George Gardner, Peter Wilhelm Lund, o príncipe Wied-Neuwied, Auguste de Saint-Hilaire, Georg Heinrich von Langsdorffe, sejam livros, anotações, desenhos, gravuras que constituem hoje verdadeiros monumentos dedicados à paisagem brasileira [Marx, 1987].

Exemplos desses desenhos podem ser vistos nas Figuras 11 e 12, ilustrações de Martius, quando da elaboração da *Flora Brasiliensis* no período de 1840 a 1906 e que retratam paisagens de formações florestais, mas especificamente da caatinga e de uma parte do rio Itaípe ambas na província da Bahia. A finalidade das ilustrações, segundo Martius [1996], foi retratar a vegetação característica de cada formação florestal e suas associações ecológicas.

As associações ecológicas, constantemente estudadas por Burle Marx, desde sua experiência nas estufas do Jardim Botânico de Dahlen, apresentam-se agora nos relatos de Mar-

tius. Nas Figuras 11 e 12 vemos algumas das espécies amplamente empregadas pelo paisagista em seus projetos.

Na Figura 11, destacam-se na paisagem da caatinga um indivíduo de imburana (1) [*Bursera leptophloeos*] e dois indivíduos de barriguda (2) [*Cavanillesia tuberculata*] pelo porte e ramos espalhados; o uricurí (3) [*Syagrus coronata*]; o mandacaru (4) [*Cereus jamacaru*] que tem em sua base uma forração de palma (5) [*Opuntia brasiliensis*] e as macambiras (6) [*Bromelia laciniosa*] dividindo espaço com indivíduos de coroa-de-frade (7) [*Melocactus sp.*]. Resalta-se ainda na figura a escala humana.

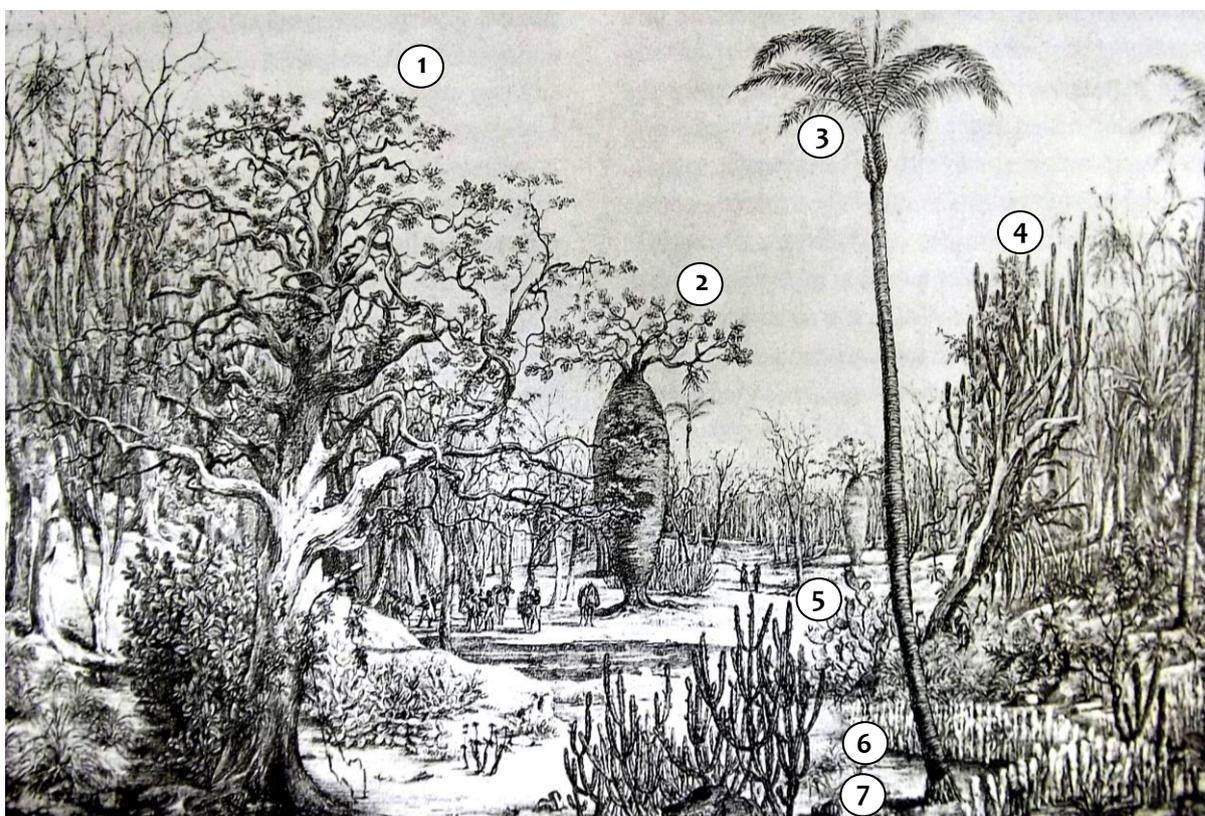


Fig. 11: A caatinga do Sul da província da Bahia. Fonte: Martius, 1996.

Na Figura 12, evidenciam-se dois indivíduos de açáí (1) [*Euterpe edulis*] e logo abaixo exemplares de urubá (2) [*Thalia dealbata*]; a aninga (3) [*Montrichardia sp.*] e a cana-brava (4) [*Gynerium parviflorum*] com suas longas hastes com crista terminal.



Fig. 12: Margens do rio Itaípe, distrito de Ilhéus na província da Bahia. Fonte: Martius, 1996.

Diante de uma grande mudança nas paisagens dos jardins do Recife [que apresentavam forte influência cultural européia onde plantas exóticas configuravam os jardins], Burle Marx realizou inúmeras expedições às florestas, principalmente ao projetar a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha, iniciando pela caatinga e tornou-se seu próprio fornecedor de plantas. Obviamente que o paisagista tinha uma equipe que o acompanhava nessas expedições, principalmente pessoas que conheciam as matas e que, possivelmente tinham ciência de sua diversidade florística.

Na literatura sobre o paisagista a temática ‘participação dos botânicos na vida de Burle Marx’ tornou-se recorrente, contudo, analisando esses depoimentos, relatos e literatura sobre o paisagista, dos nomes de botânicos citados, nenhum remota da época em que Burle Marx esteve em Recife no período de 1935 a 1937.

Em seus depoimentos e escritos Burle Marx sempre fez questão de externar a importância dos botânicos na construção de seu conhecimento sobre o componente vegetal e enfatiza a necessidade do convívio, principalmente dos que se dedicam ao paisagismo, com os botânicos.

“De minha experiência pessoal posso lembrar agora todo o aprendizado por meio do convívio com os botânicos cuja colaboração reputo indispensável àquele que queira se dedicar ao mister de fazer paisagismo consciente e aprofundado, aproveitando esse imenso patrimônio, tão mal compreendido pelos paisagistas e pelos amantes de jardins, que é a exuberante flora brasileira” [Marx, 1967:88].

“A condição inicial para que o paisagista possa utilizar a vegetação autóctone é, logicamente, que ele a conheça. E para que se conheça a vegetação, é fundamental o contato com os botânicos nos gabinetes e principalmente em campo [...] Posso afirmar que se aprende, em um dia de campo, muito mais que em um mês de pesquisas ou leituras” [Marx, 1981:166].

Ainda sobre a questão dos botânicos, mas precisamente no período em que Burle Marx esteve em Pernambuco, o arquiteto José Tabacow, diz desconhecer alguma referência e não se lembra de comentários do paisagista sobre a companhia de botânicos nas expedições no período em que esteve em Pernambuco. É sabido, diz Tabacow, que Burle Marx conheceu o botânico pernambucano Dárdano de Andrade-Lima, porém, em sua estada em Pernambuco, este estaria com 16 anos de idade, e deste modo não teria participado das expedições⁵.

As ações semelhantes às de Burle Marx em Pernambuco só podem ser comparadas as realizadas por Maurício de Nassau e sua comitiva no século 17 - porém, dentro das bases do Movimento Moderno que segundo Sá Carneiro [2005], visava consolidar as raízes brasileiras - e, as realizadas por Glaziou, no século 19, no Rio de Janeiro. De acordo com o botânico Luiz Emygdio de Mello Filho [1998], é lícito afirmar que, se na visão paisagística brasileira o século 19 foi o século de Glaziou, o século 20, foi indubitavelmente, o de Roberto Burle Marx.

Desta forma, “o jardim de Burle Marx não se subordina à natureza, à arquitetura, ao lugar, à tradição, mas sua identidade existe em equilíbrio com eles” [Oliveira, 2000] e nas palavras de Mário Pedrosa, “Burle Marx tende, antes a definir o espírito do lugar” [1981:287].

⁵ Informações obtidas por meio de conversas via e-mail. José Tabacow é considerado hoje como um dos mais sólidos pensadores brasileiros no que se refere à obra paisagística de Burle Marx. Trabalhou com o paisagista inicialmente como estagiário em 1965. Sucessivamente desenhista, colaborador, arquiteto-colaborador e arquiteto associado, permanecendo no escritório até 1982. Em 1985, ocupou o cargo de vice-diretor do Sítio Roberto Burle Marx.

Diante do que foi exposto, fica claro a capacidade autodidata de Burle Marx não somente no viés da taxonomia vegetal, recorrente na literatura sobre o paisagista, uma vez que ele descobriu inúmeras espécies, mas também no contexto da ecologia florestal, fisiologia vegetal e da biologia floral e da reprodução. No entanto, não podemos descartar toda a experiência vinda nas estufas do Jardim Botânico de Dahlen bem como, do curso de ecologia que fez no Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1928 antes de ir para Alemanha.

Em palestra proferida na Universidade de Harvard, em 1998, Luiz Hemygdio de Mello Filho relata que uma constante na vida de Burle Marx foi o trabalho conjunto com os botânicos e cita os nomes de Henrique Lahmeyer de Mello Barreto, Graziela Maciel Barroso, Aparício Pereira Duarte, Luiz Emygdio de Mello Filho, Luiz Mathis e Hermes Moreira de Souza entre os brasileiros e entre os estrangeiros, Walter Adolpho Ducke, Leandro Aristigueta, José Abalo e John J. Wurdack [Mello Filho, 1998]. Burle Marx ainda faz referência a Nanuza Menezes, João Semir, José Correia Gomes, João Geraldo Kuhlmann, Antonio Pacheco Leão e Frederico Carlos Hoehnne bem como aos horticultores Luis Longchamps, Dante Bianchi e Carlos Wendlinger [Marx, 1987].

Dentre os botânicos citados acima, os nomes de Henrique Lahmeyer de Mello Barreto, Walter Adolpho Ducke, Luiz Emygdio de Mello Filho, Nanuza Menezes e Graziela Maciel Barroso são os mais recorrentes na literatura quando se referem às excursões botânicas realizadas e/ou financiadas por Burle Marx.

Sobre Henrique Lahmeyer de Mello Barreto, estudioso das formações florestais do estado de Minas Gerais, Burle Marx ressalta: “ele me ensinou a observar que as plantas não vivem isoladas, mas em associações, que tem sua lógica própria e sua própria beleza. Aprendi que é importante conhecer seu hábitat natural, antes de querer utilizá-las em jardins [Marx, 1975:119], e afirma ainda “esse contato foi decisivo para minha compreensão” [Marx, 1981:166]. Burle Marx, conheceu Mello Barreto quando iniciou um projeto para um parque na cidade de Araxá, em Minas Gerais, em 1943 [Marx, 1983]. Por influência de Burle Marx, Mello Barreto deixa Belo Horizonte e vai morar no Rio de Janeiro onde torna-se Diretor do Jardim Zoológico, recentemente criado, para esse zoo, propõe o paisagista um projeto de caráter zoobotânico [Mello-Filho, 1998].

Walter Adolpho Ducke, cientista italiano, dedicou-se às pesquisas da flora da Amazônia onde viveu 50 anos e que segundo Burle Marx [1992 in Oliveira 2007] classificou mais de

500 espécies de leguminosas. No ano de 1950, Burle Marx realiza com Ducke sua primeira excursão à Amazônia e relata “só o fato de ter convivido com o Ducke, falando comigo sobre plantas, foi muito válido” [Marx, 1992 in Oliveira 2007:24].

O ano de 1950 marca o primeiro encontro de Burle Marx com Luiz Emygdio de Mello Filho, então chefe do Departamento de Botânica do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Na palestra proferida na Universidade de Harvard, Mello Filho afirma que iniciou os trabalhos com Burle Marx no ano de 1951 quando assumiu a diretoria do Departamento de Parques da Prefeitura do Rio de Janeiro e relata:

“É nessa fase que o sistema de áreas verdes do Rio passa a contar com os projetos de Burle Marx. O primeiro foi o park-way da praia de Bota Fogo, já iniciado e que fiz parar para acabá-lo sob um novo projeto de Burle Marx. Logo a seguir executamos o jardim da Praça Senador Salgado Filho, em frente ao Aeroporto Santos Dumont. Para esse jardim existia um projeto de Burle Marx, com a colaboração botânica de Mello Barreto. Contando já com a minha colaboração botânica para esse projeto, reformulado em suas linhas gerais, sobretudo quanto à questão dos plantios, houve uma atualização das proporções” [Mello Filho, 1998:2].

Foi com o projeto do aeroporto Santos Dumont que Burle Marx realizou sua primeira excursão com Mello Filho que ocorreu no norte do Espírito Santo, pesquisando e coletando plantas com a finalidade específica de usá-las no projeto. As excursões continuam por Cabo Frio, às Serras de Friburgo e Madalena e à Chapada dos Veadeiros.

No ano de 1974, a botânica Nanuza Luiza Menezes, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, quando então presidente da seção regional de São Paulo da Sociedade Botânica do Brasil pediu para que Graziela Barroso e a Dárdano de Andrade Lima a apresentasse a Burle Marx para que assim ela pudesse convidá-lo a ministrar uma palestra para biólogos e arquitetos paisagistas [Menezes, 2009]. Conforme Nanuza Menezes “a partir do momento em que Roberto começou a atender solicitações para realizar palestras, comecei a freqüentar o magnífico Sítio Santo Antônio da Bica. E foi então que conheci o Roberto Burle Marx botânico” [Menezes, 2009: 106].

Quando ia ao sítio, a botânica ensinava morfologia vegetal e biologia floral para os jardineiros e para os arquitetos. Ainda em 1974, ocorreu a primeira excursão de Burle Marx

com Nanuza Menezes, tendo como destino a Serra do Gão-Mogol em Minas Gerais, onde contou com a presença de Graziela Barroso. Também foram feitas excursões para a Serra do Cipó e para o Vale do rio Pancas.

Em entrevista cedida ao portal *Ciência Hoje* em 1997 a botânica Graziela Barroso, considerada a primeira dama da botânica do Brasil, ao referir-se a Burle Marx comenta: “As excursões que fiz foram graças ao Burle Marx, que pagava todas as despesas da viagem para mim e Dimitri, então viajamos por muitos lugares do Brasil. Realmente ele amava a natureza [...] minha amizade com o Roberto é uma amizade de mais de 40 anos, porque eu identificava plantas no sítio dele. Então eu ia lá identificar, conversava, trocava idéias com ele”.

A Figura 13 mostra a distribuição espacial de algumas das excursões de Burle Marx no território brasileiro em busca de plantas com potencial paisagístico.



Fig. 13: Distribuição espacial das excursões realizadas por Burle Marx no Brasil.

Diante do que foi exposto pode-se afirmar que os jardins de Burle Marx se caracterizam como um microcosmo da paisagem natural, onde a originalidade é marcada pelo imenso e intenso amor à natureza. Com um repertório botânico amplo, o paisagista permite, conforme a mudança das estações, que as flores ao se transformarem transmitam suas próprias mensagens.

2

O espetáculo da natureza, a natureza como espetáculo: os jardins da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha

Devemos fazer nossos filhos entrarem em contato com a natureza, compreenderem o patrimônio que possuem. Fazê-los plantar, compreender a importância das árvores, ensinar-lhes a não mutilá-las. Mostrar-lhes a importância das associações de plantas, da ecologia. Ensinar-lhes a coletar sementes, semear, plantar as pequenas mudas, ter amor por elas, para que possam medrar. Que passem a ver a planta como seres vivos, que têm o direito de crescer, florindo, frutificando, inculindo neles a importância da perpetuação, a maravilha da expectativa de uma formação de botões, desabrochando em floração. Ensinar-lhes a observar a riqueza do fenômeno da fecundação – às vezes feita por abelhas, outras por pássaros, pelo vento ou pela água. Passar a ver esse complexo, que é a natureza, onde as associações mais assombrosas despertam emoções estéticas, provocadas pela forma, pelos ritmos, pela exuberância de cores. Toda a riqueza está à nossa disposição. Mas é necessário que nos compenetremos da importância dos parques⁶.

A Praça de Casa Forte

O projeto do Parque da Casa Forte, hoje, Praça de Casa Forte, idealizado por Roberto Burle Marx foi executado no ano de 1935. Recuando na história, veremos que esse local, anteriormente denominado campina do antigo Engenho da Casa Forte, foi palco em 17 de agosto de 1645 da batalha de Casa Forte, travada entre portugueses e holandeses.

⁶ Roberto Burle Marx, 1983: 91

No ano de 1911, o engenho já desativado passará a condição de povoação, só em 1934, e atendendo ao pedido do jornalista Mário Carneiro do Rego Melo, secretário do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, o então prefeito Antônio de Góes decide dar a campina – que já era dividida em três partes e que correspondia a seu arruamento -, uma remodelação, transformando-a no Parque da Casa Forte [Fig. 14], e aproveitou o momento para erguer no meio do parque um monumento evocativo ao combate que ali se travara [Costa, 2001; Silva, 2010].

Em 1935, na gestão do prefeito João Pereira Borges, o monumento foi retirado a pedido de Burle Marx para a implementação de um novo projeto paisagístico. Ao se referir ao monumento Burle Marx relata: “[A praça] com desenho acadêmico, tinha em sua parte central, um horrível monumento aos heróis de Casa Forte, feito com cimento revestido em pó de pedra. Com total falta de tato político, mandei demolir o horror” [Marx in Miranda, 1992:71].

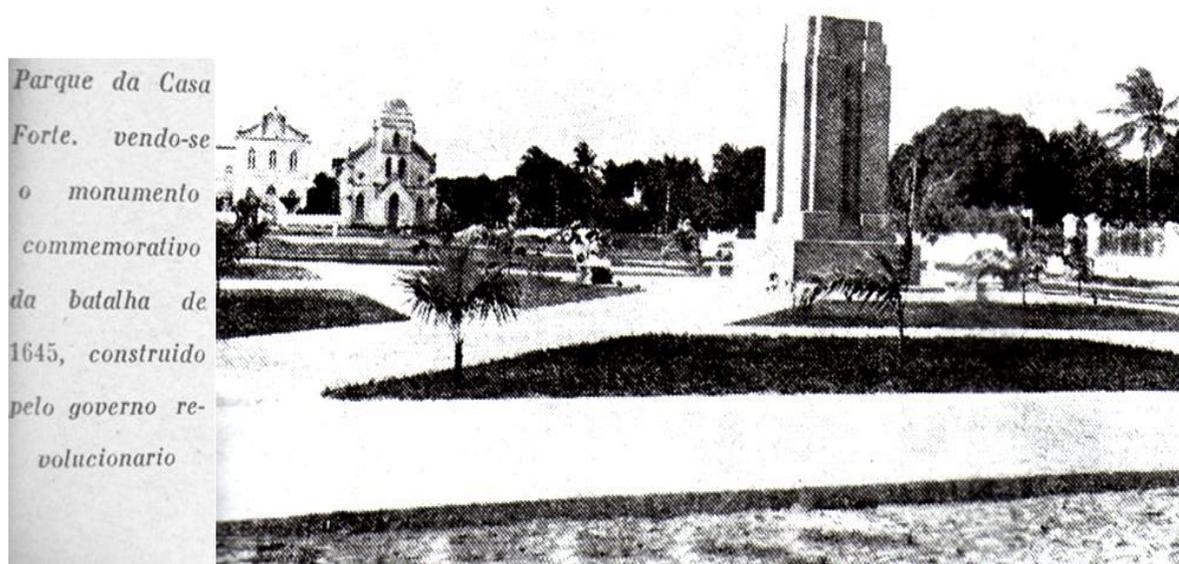


Fig. 14: Parque da Casa Forte. Em primeiro plano observa-se o monumento em alusão aos heróis da batalha de Casa Forte e, em segundo plano a capela de Nossa Senhora das Necessidades e o Colégio Sagrada Família. Fonte: *Anuario de Pernambuco*, 1935.

Confrontando a imagem acima com as Figuras 15 e 16 referente ao projeto de ajardinamento, percebe-se que a modificação não se deu só no traçado, ocorrendo também com a vegetação. No projeto, Burle Marx dedica a parte central à vegetação amazônica e estimula o plantio de palmeiras nos quatro ângulos dessa área, o que nos leva a considerar que a vegetação do projeto de 1934 foi desconsiderada e que um novo plantio foi realizado.



Fig. 15: Parque da Casa Forte. Em primeiro plano a parte dedicada à vegetação autóctone próxima à Av. Dezanete de agosto. Fonte: *Diário da Manhã* de 10 de maio de 1936.

Explicando a concepção do projeto de ajardinamento da Praça de Casa Forte Burle Marx afirmou: “visitando o parque de Dois Irmãos, foi que me veio a ideia de criar entre nós um jardim daqui” [Marx, 1935a: 2], contudo, suas fontes de inspiração iam mais além, pelas suas palavras proferidas durante o *Seminário de Tropicologia* de 1985⁷: “o trabalho foi grandemente inspirado numa fotografia de alguns dos jardins de Kew Gardens” [Marx in Miranda, 1992:71]. No entanto, anos mais tarde em visita a Kew Gardens, Burle Marx teve a surpresa de que os jardins eram bem diferentes aos da Praça de Casa Forte.

Com a preocupação de que o projeto fosse executado conforme tinha idealizado, Burle Marx sempre fez questão de externar suas ideias seja por meio de palavras ou pelos seus desenhos a bico de pena, o que ocorreu frequentemente nos jornais locais. Em seus desenhos o paisagista destacava a diversidade de espécies vegetais enfatizando as características morfológicas da maioria das plantas. Um exemplo disso é o artigo ‘*A vida na cidade: a reforma dos jardins públicos do Recife*’ de 1935, onde o paisagista fala sobre o projeto da Praça de Casa

⁷ O *Seminário de Tropicologia: homem, terra e trópico*, ocorrido em 28 de maio 1985 foi organizado pela Fundação Joaquim Nabuco. Burle Marx participou como conferencista no eixo temático “*Minha experiência em Pernambuco*” que foi presidida por Fernando de Mello Freyre, coordenado pelo sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre e tendo como comentadora a arquiteta Janete Ferreira da Costa.

Forte [Fig. 16] “o jardim será composto de tres lagos, obedecendo ás fôrmas geométricas de maior simplicidade. Como função educativa cada um delles representará um grupo isolado, pela proveniência geographica dos seus elementos, subordinados entretanto á idéa de conjunto” [Marx, 1935:2].

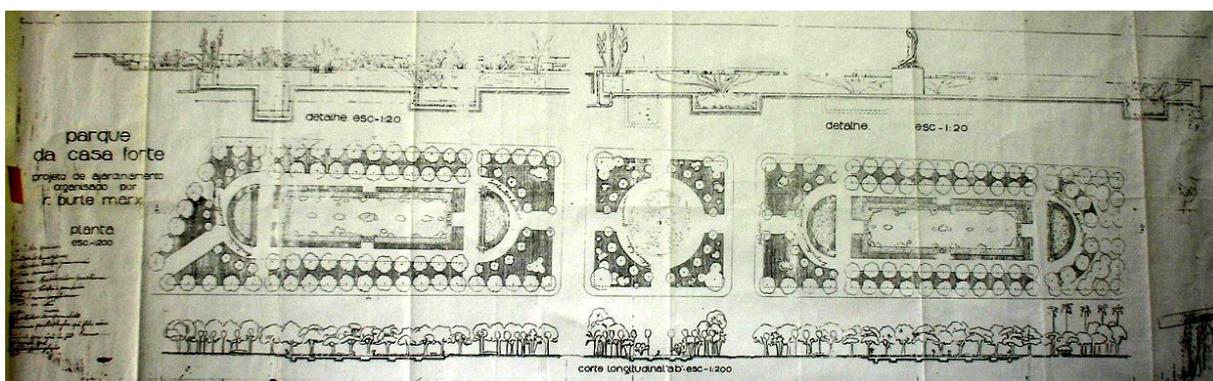


Fig. 16: Planta do Parque da Casa Forte organizado por Roberto Burle Marx, s/d, esc: 1:200. Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.

Desta forma Burle Marx propõe para o primeiro lago, na primeira parte do jardim [lado esquerdo da planta baixa] espécies, consideradas pelo paisagista como “americanas”⁸, principalmente as que ocorriam na paisagem natural local e relata:

“[...] achar-se-á toda a grande variedade de plantas aquáticas aos nossos rios e açudes. Ao redor do lago plantas marginaes como as aningas, da família das aráceas, os celebres Tajás do Amazonas com suas folhas de coloridos os mais diversos, alguns representantes da família das gramíneas, etc., fornecerão um aspecto de exuberancia tropical. Caminhando de dentro para fora, encontraremos um gramado e um passeio. Finalmente duas carreiras de arvores, taes como: Canna fistula, Ipê, Jatahyrama, Mulungu’, Munguba, etc.” [Marx, 1935a: 2].

O segundo lago, na segunda parte do jardim [centro da planta baixa] tem como motivo a região fitogeográfica amazônica.

⁸ Plantas americanas: Terminologia empregada até o início do século 20 para denominar as espécies brasileiras. Em palestra proferida no Seminário de Tropicologia de 1985, Burle Marx já se referia ao primeiro lago como “o dedicado à flora de diversas regiões brasileiras”.

“[...] Circundando o lago haverá uma fileira de Páos-Mulato, arvore interessante pelo seu feitio definido de troncos em columnata e copas symetricas, de grande effeito decorativo, para jardins architectonicos. Ao lado das entradas para o passeio que envolve o lago, serão vistos canteiros de tinhorões, que darão a nota colorida ao local. Nos quattros ângulos existirão blocos de palmeiras amazônicas, taes como: scheellias, assahys, mumbacas, bacabas, urucurys, jouarys, etc.”
[Marx, 1935a: 2].

Com a associação da vegetação claramente mostrada na Figura 17, Burle Marx reproduz um ambiente favorável para o estabelecimento do pau-mulato [*Calycophyllum spruceanum*]. Por ser uma espécie heliófila e higrófila, o paisagista distribuiu os paus-mulatos ao centro do jardim, de forma a não sofrer sombreamento permanente por outras espécies e introduz os blocos de palmeiras de modo a favorecer um ambiente úmido.

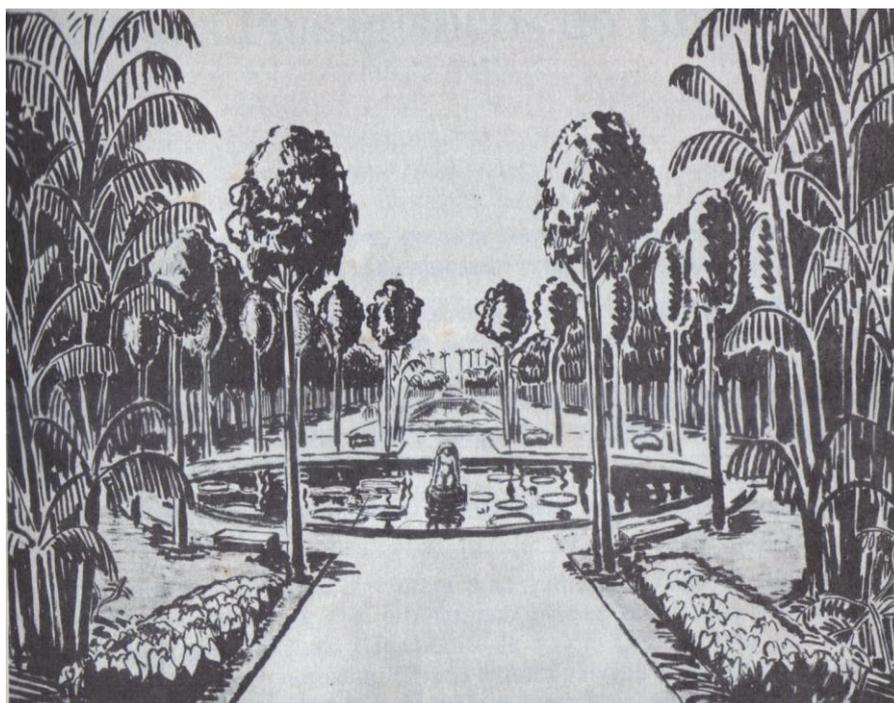


Fig. 17: Perspectiva para o lago central dedicado à flora amazônica, 1935. Fonte: Marx, 1987.

No centro do lago Burle Marx propõe a escultura de uma índia a se banhar. Além de uma questão artística de perfeita integração com o motivo do jardim – a região amazônica-, o significado da escultura vai mais além. Diante da cientificidade que empregava em seus jardins, mediante o manejo da vegetação, a questão cultural de cada região [o saber popular] também era forte ao projetar. No desenho do lago central [Fig. 17], o paisagista coloca a es-

cultura da Índia rodeada por vitória-régia [*Victoria amazonica*] o significado por trás desses elementos – Índia e a vitória-régia -, possivelmente está relacionado à lenda *tupi-guarani* sobre a guerreira Naiá.

Na lenda, a Lua [Jaci, para os índios] era uma deusa que beijava e enchia de luz o rosto da mais bela virgem da aldeia e levava para si transformando-a em estrela. Naiá, filha do chefe e princesa da tribo, querendo ser transformada em estrela perseguia a Lua. Em uma noite, prostrada na margem de um lago, - mesma posição que Burle Marx dispõe a Índia no espelho d'água -, Naiá vê a lua e imagina que teria vindo lhe buscar e atirou-se nas águas e nunca mais foi vista. A Lua em recompensa ao sacrifício da guerreira transformou-a na "estrela das águas", representada pela vitória-régia.

Para o terceiro lago, terceira parte do jardim [lado direito da planta baixa] o foco é a flora exótica, porém não seria qualquer espécie que poderia configurá-lo, conforme Burle Marx seriam espécies que teriam afinidade com a nossa flora e com isso enriqueceria nossos jardins [Marx, 1987]. Para tanto relata o paisagista:

“O lago exótico conterà a flora das regiões tropicais dos outros continentes. Nelles serão vistos os *lotus*, planta aquática oriunda do Nilo [...]. Serão vistos também os *Cyperus Papyrus*, gênero igualmente egípcio das *Cyperaceae* *Lymphaea Zamzibarica*, etc. Entre as plantas marginaes encontraremos espécimes de grande beleza como: a *Canna Indica*, a *Salla Aethiopica*, o *Crinum Powellii*, a *Strelitzia* e algumas *Musaceae* decorativas. Entre as árvores que ladeiam este lago, figuram: o *Pá-oteka*, os *Flamboyants* de floração rubra e amarela, *Acácias* diversas, etc. Obteremos assim um conjunto que muito nos dirá da riqueza vegetal dos trópicos, com árvores de grande porte, de folhagens exuberantes e de florações intensas, onde serão encontrados em associação, a sombra que nos é tão necessária e um meio educativo, subordinados a uma ideia geral de estética” [Marx, 1935a: 2].

As espécies arbóreas nativas e exóticas especificadas por Burle Marx na planta baixa, escritas a próprio punho [Fig. 18], retratam uma vegetação exuberante e são exemplares que, majestosamente, tão bem representam as florestas tropicais e porque não dizer, símbolos de cada região fitogeográfica. A lista da vegetação está transcrita na Tabela 1.

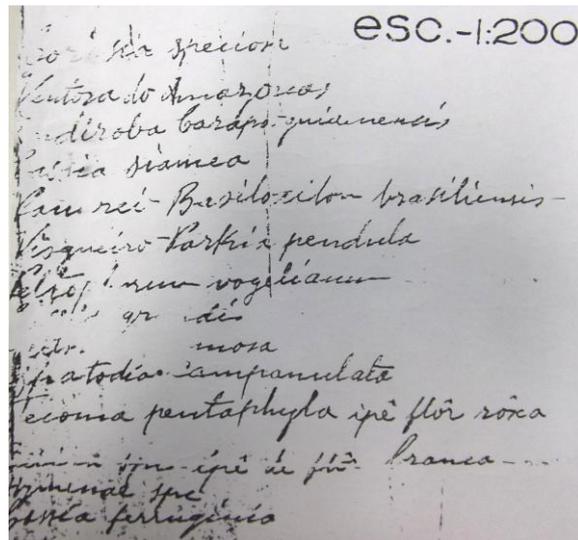


Fig. 18: Especificação da vegetação na planta baixa do projeto do Parque da Casa Forte, s/d.

Tabela 1: Transcrição da vegetação especificada por Burle Marx na planta baixa do Parque da Casa Forte.

Especificação manuscrita por Roberto Burle Marx	Nome científico atualizado [#]
<i>Corisia speciosa</i>	<i>Ceiba speciosa</i>
Ventosa do Amazonas	<i>Hernandia sonora</i>
Andiroba Carapa guianensis	*
Cassia siamea	<i>Senna siamea</i>
Pau rei - Basiloxyton brasiliensis	*
Visgueiro - Parkia pendula	*
Peltophorum vogelianum	<i>Peltophorum dubium</i>
Cassia grandis	*
Clitoria racemosa	<i>Clitoria fairchildiana</i>
Spatodea campanulata	*
Tecoma pentaphylla ipê da flôr rôxa	<i>Tabebuia heterophylla</i>
Zeyheria spc - ipê da flôr branca	<i>Zeyheria sp.</i>
Hymenae spc	<i>Hymenaea sp.</i>
Cassia ferruginea	*
Filicium decipiens	*
Schizolobium excelsum	<i>Schizolobium parahyba</i>
Lophanthera lactescens	*
Lagerstroemia indica	*
Calycophyllum spruceanum	*

[#] Conforme a classificação de Cronquist [1981] / * sem alteração da nomenclatura.

Com a especificação das espécies, tanto em planta baixa quanto nos discursos, e sejam elas herbáceas [terrestres ou aquáticas] ou arbóreas, temos uma noção da fitofisionomia

que Burle Marx quis nos transmitir em cada parte da praça. Para alcançar seus ideais projetuais, o paisagista inicia expedições às formações florestais em busca de espécies vegetais para compor os jardins e entender *in loco* como as plantas se associavam.

O jardim do lago central e o jardim próximo a Igreja são exceções. No primeiro, Burle Marx cria a paisagem amazônica, mesmo não tendo feito expedições até aquele momento para essa formação florestal. Algumas espécies, a exemplo do pau-mulato [*C. spruceanum*] que até hoje compõe essa parte da praça, foram proveniente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. E o segundo, dedicado às espécies exóticas, o paisagista reuniu um número diversificado de espécies que foram, em sua maioria, possivelmente importadas da Alemanha, até mesmo porque, a vegetação que ia compor a Praça de República e o Jardim do Palácio do Campo das Princesas, como por exemplo, a zínia, foi originária desse país⁹.

Isso só vem a reforçar que a criação da Praça de Casa Forte foi esforço de pesquisas e entendimento das leis que regem a natureza. Nas Figuras 19 e 20, temos uma paisagem típica da Amazônia, mas precisamente na estrada de Boa Vista para Bonfim em Roraima, onde destacam-se em primeiro plano, três espécies muito usadas por Burle Marx em seus projetos paisagísticos: a aninga [*Montrichardia arborescens*], a ninféia [*Nimphaea* sp.] e a vitória-régia [*Victoria amazonica*].



Fig. 19: Aningal em lago com ninféias. Fonte: Ab'Sáber e Marigo, 2006.

⁹ A reforma dos jardins do Recife. *Diário de Pernambuco* de 20 de maio de 1937.



Fig. 20: Em primeiro plano a vitória-régia e ao fundo a floresta densa beiradeira de várzea. Lago Bolsinha, Mamirauá, Amazonas. Fonte: Ab'Sáber e Marigo, 2006.

Conta Burle Marx que tanto para a Praça de Casa Forte quanto para a Praça Euclides da Cunha, procurou aplicar o que tinha aprendido nas observações que fazia no Jardim Botânico de Dahlem estudando pintura e na revista *Gartenschoenheit*, uma publicação alemã sobre jardins trazida pelo seu pai da Alemanha. A revista, segundo o paisagista, ainda ia muito além, trazia artigos interessantes sobre a flora epífita¹⁰ do Brasil e desvendava um mundo pouco conhecido [Marx, 1985; Marx in Hamerman, 1995].

Apesar de ter sido na Praça de Casa Forte que se plantou pela primeira vez em praça pública a vitória régia [*V. amazonica*], Burle Marx considerava, que o aspecto mais importante na praça era o uso de elementos vegetais que ocorriam na paisagem natural, e enfatizava o uso da aninga [*Montrichardia linifera*] da paquevira [*Heliconia psittacorum*] e da macaibeira [*Acrocomia intumescens*] “que com seu fuste ventricoso, tão bem caracterizava a paisagem de Olinda e Recife” [Marx in Miranda, 1992: 71]¹¹.

Joaquim Cardozo, ao lembrar-se dos feitos de seu grande amigo Burle Marx para a Praça de Casa Forte, reforçou a grande relevância que esse projeto foi para a época, onde diz ter sido ali que, pela primeira vez no Recife, plantou-se o pau-mulato [*C. spruceanum*], o pau-ferro [*Caesalpinia ferrea*] e o pau-rei [*B. brasiliensis*]. Além dessas árvores, a fitofisionomia da praça era composta de paineiras [*Ceiba* sp.], baronesas [*Eichornia crassipes*], vários tipos de tabicas de junco [*Juncus* sp.], clusias e nenúfares [Cardozo, 1973]¹².

¹⁰ Epífita: Organismo que cresce sobre outro, mas não é seu parasita.

¹¹ Os nomes científicos das espécies não constam no texto de Roberto Burle Marx.

¹² Os nomes científicos das espécies não constam no texto de Joaquim Cardozo.

Mesmo diante do vasto repertório florístico de espécies arbóreas e palmeiras, a vegetação herbácea, tanto aquática quanto terrestre, empregada nos lagos, canteiros e jardineiras, também merece destaque por sua diversidade e abrangência geográfica. Conforme Jacques Leenhardt “o domínio das superfícies aquáticas é, sem dúvida, um dos segredos de Burle Marx” [Leenhardt, 2006: 28]. Nos lagos dos jardins, Burle Marx usa as bordas para introduzir espécies herbáceas terrestres que, além de mostrar a riqueza florística, tem também segundo Leenhardt [2006] a função de quebrar a linearidade de suas margens.

Algumas espécies herbáceas terrestres e aquáticas que ornamentavam os lagos podem ser vistas na Figura 21. Em (1) temos a taioba [*Alocasia* sp.], (2) indivíduos de [*Nymphaea* sp.] e em (3) cana-da-índia [*Canna indica*].

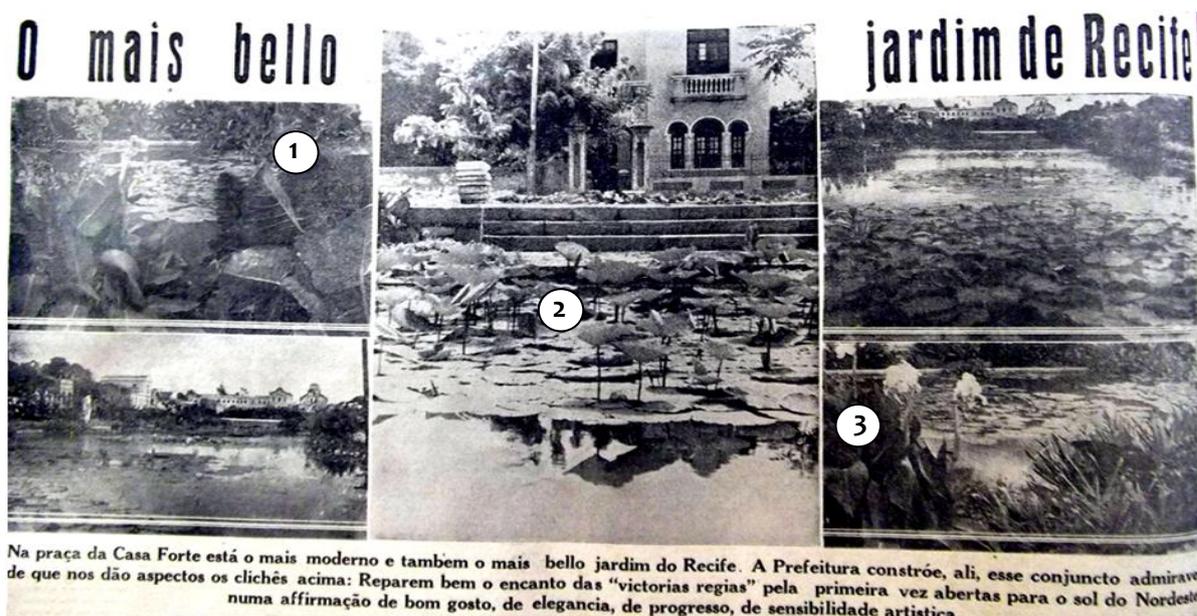


Fig. 21: Praça de Casa Forte, detalhes dos lagos. Fonte: *Diario da Manhã*, 26 de janeiro de 1936.

Contudo, chama-se a atenção, para a legenda da figura, que diz: “Na praça da Casa Forte está o mais moderno e também o mais bello jardim do Recife. A prefeitura constróe, ali, esse conjunto admirável de que nos dão aspectos os clichês acima: Reparem bem **o encanto das “victorias regias”** pela primeira vez abertas para o sol do Nordeste numa afirmação de bom gosto, de elegância, de progresso, de sensibilidade artistica” [grifo nosso]. No entanto, os indivíduos que foram considerados como **“victorias regias”** na realidade são exemplares de ninféias.

Mesmo sendo possuidor de vasto repertório botânico, Burle Marx decide, em seis áreas da Praça de Casa Forte optar pela valorização de agrupamentos de indivíduos de mesma espécie. À primeira vista, pode até nos parecer estranho, mas para o paisagista:

[...] as associações de plantas diversas criam ambientes harmônicos. Outras vezes a beleza se obtém pela repetição da mesma espécie, formando massas homogêneas. Às vezes o elemento floral se valoriza mais, ao ser percebido com todos os detalhes de sua estrutura [Marx, 1987: 52: grifo nosso].

As massas homogêneas – maciço arbóreo -, propostas por Burle Marx em planta baixa podem ser vistas na Figura 22, onde cada cor representa uma espécie. Na primeira parte da praça temos o pau-rei (1) [*B. brasiliensis*] e a lanterneira (2) [*L. lactescens*]; na segunda, o paulato (3) [*C. spruceanum*] e na terceira parte o guapuruvú (4) [*S. parahyba*], o rosedá (5) [*L. indica*] e o felício (6) [*F. decipiens*].

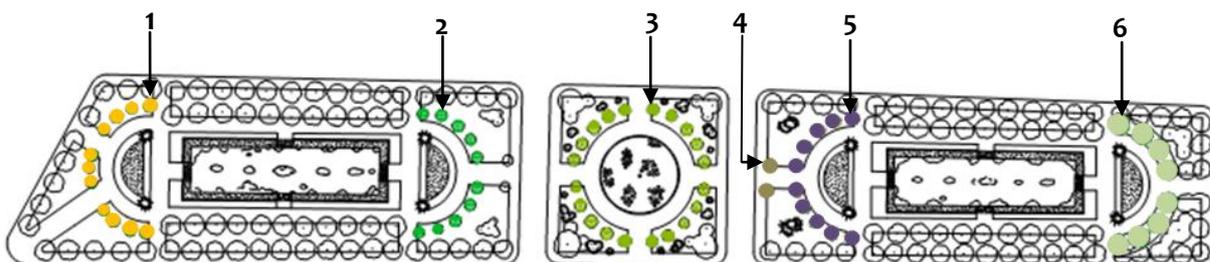


Fig. 22: Planta da Praça de Casa Forte digitalizada e editada.

Os indivíduos dessas espécies, com exceção do guapuruvú [*S. parahyba*], possuem uma arquitetura de copa do tipo globosa e proporcionam ao local uma área de sombra permanente, o que é reforçado pelas duplas fileiras de espécies arbóreas ao redor dos lagos retangulares e pelos blocos de palmeiras amazônicas no lago circular [Fig. 23].

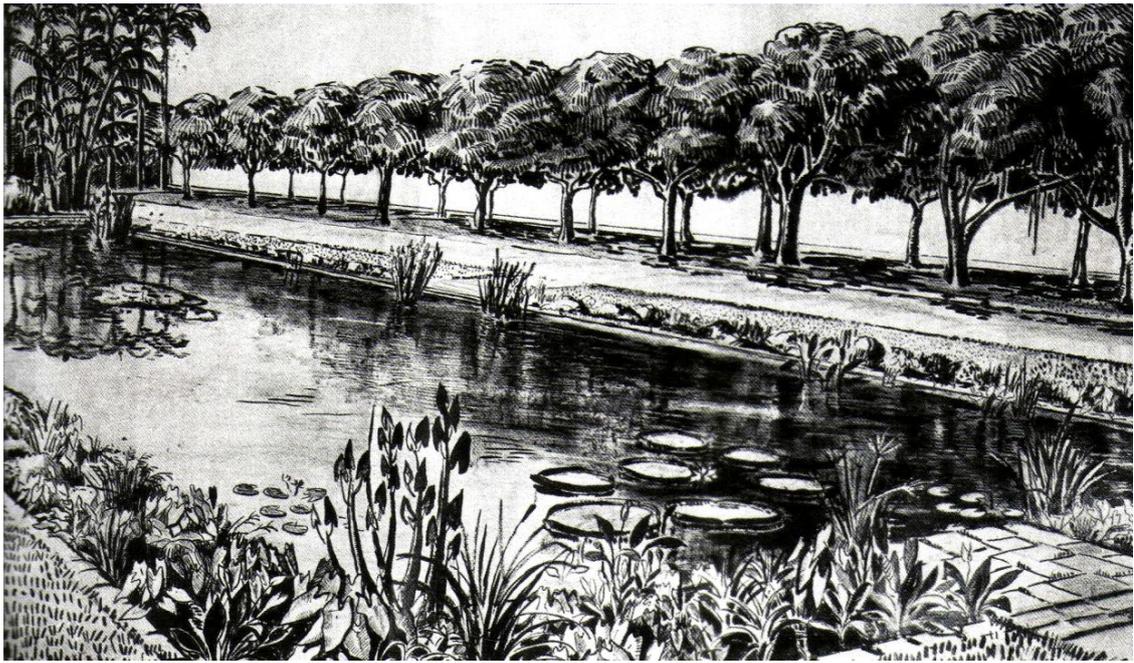


Fig. 23: Desenho de Burle Marx da Praça de Casa Forte, 1935; representação do lago retangular. Fonte: Revista Projeto, 1991.

É interessante percebermos que Burle Marx indica o plantio de dois indivíduos de guapuruvú (1) [*S. parahyba*], espécie nativa -, típica da Amazônia e Mata Atlântica-, na entrada do jardim de plantas exóticas como podemos ver na Figura 24 de 1940, supõe-se que o paisagista intencionou preparar o observador antes de se deparar com a flora de outros continentes e conseqüentemente completa a ideia de conjunto.

Outro ponto a se observar é o porte com que os indivíduos foram transplantados e plantados para o jardim [Fig. 24], fato que ocorreu também com outras espécies como, por exemplo, o pau-mulato (2) [*C. spruceanum*], com essa atitude Burle Marx possibilita que a Praça de Casa Forte não espere tanto tempo para mostrar seu esplendor. Fato semelhante também ocorreu na Praça Euclides da Cunha.

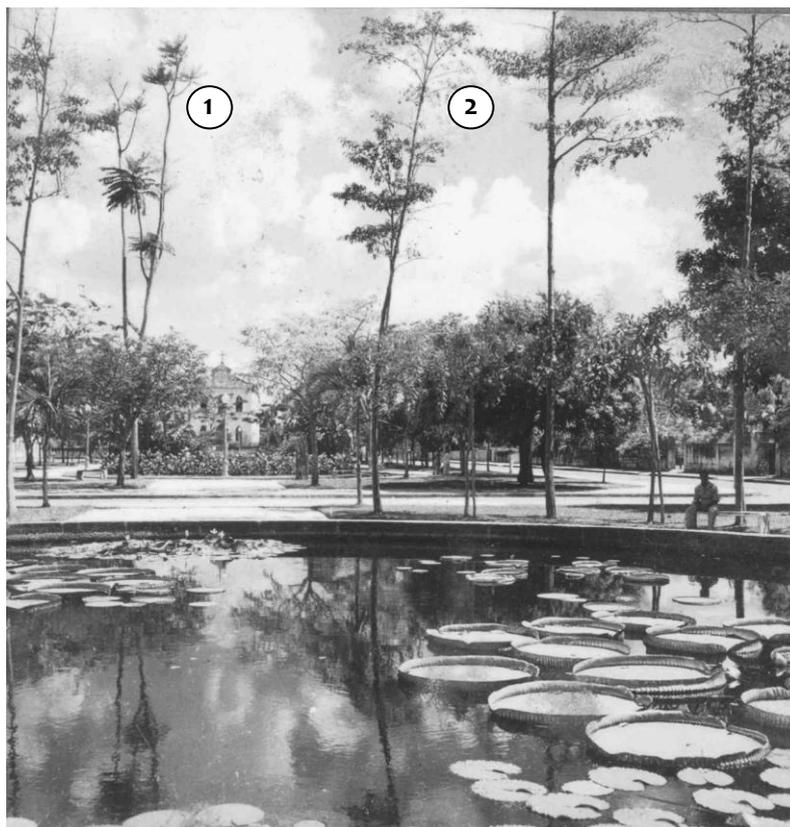


Fig. 24: Praça de Casa Forte, cerca de 1940. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco. Acervo do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.

O arquiteto Guilherme Mazza Dourado no seu livro *‘Modernidade Verde: jardins de Burle Marx’* [2009] e a arquiteta e urbanista e também artista plástica Fátima Mafra em sua dissertação *‘Natureza organizada é obra de arte: Roberto Burle Marx em Recife’* [2007], nos trazem uma discussão sobre a disposição da vegetação à luz de teorias da arte. Guilherme Dourado afirma que as intenções de Burle Marx tratava de “configurar espaços centrípetos, ou seja, que progressivamente conduzissem a atenção dos observadores da periferia ao centro dos ambientes. Manipulando contrastes acentuados de luz e sombra e de escalas das massas vegetais” [2000:202]. E nas palavras de Mafra:

“[...] essa distribuição de árvores na periferia cria um contraste de luz e sombra, claro e escuro, entre centro e bordas em que, á maneira de uma clareira, a luz incide sob o interior, iluminando o centro. O recurso de iluminação zenital, comumente usado em construções como igrejas, permite que os altares, locais de destaque dos templos religiosos, recebam iluminação natural, permanecendo iluminados em contraste com as demais áreas” [2007:71].

A incidência de luminosidade diretamente nos lagos, além da questão artística como colocada por Dourado e Mafra, também tinha a função de garantir as condições ambientais favoráveis para o estabelecimento da vegetação herbácea, seja ela aquática ou terrestre, que exigia um ambiente de pleno sol a meia sombra. Desta forma Burle Marx respeita a exigência ecológica de cada espécie em prol da condição artística que um jardim exige.

Apesar da questão ecológica estar fortemente presente na Praça de Casa Forte, pelo que já foi tratado, foi a Praça Euclides da Cunha considerada por Burle Marx como o primeiro jardim de caráter ecológico, onde expôs exclusivamente a vegetação da caatinga, não apenas por uma questão do uso de espécies desse bioma, mas principalmente por ter levado em consideração as exigências ambientais de cada espécie.

A Praça Euclides da Cunha

A área onde foi executada a Praça Euclides da Cunha fazia parte do Engenho da Madalena que na época era uma depressão alagada e que anos depois foi aterrada [Sá Carneiro e Mesquita, 2003]. No local já existia a estação elevatória construída em 1915 pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, que fazia parte do sistema de esgoto do Recife, e que permanece até hoje [Fig. 25].

Conforme Silva [2010] a Praça Euclides da Cunha, antes de receber este nome por Burle Marx, era denominada de Jardim do Benfica. Mais tarde ficou conhecida como Cactário da Madalena e Jardim das Cactáceas.

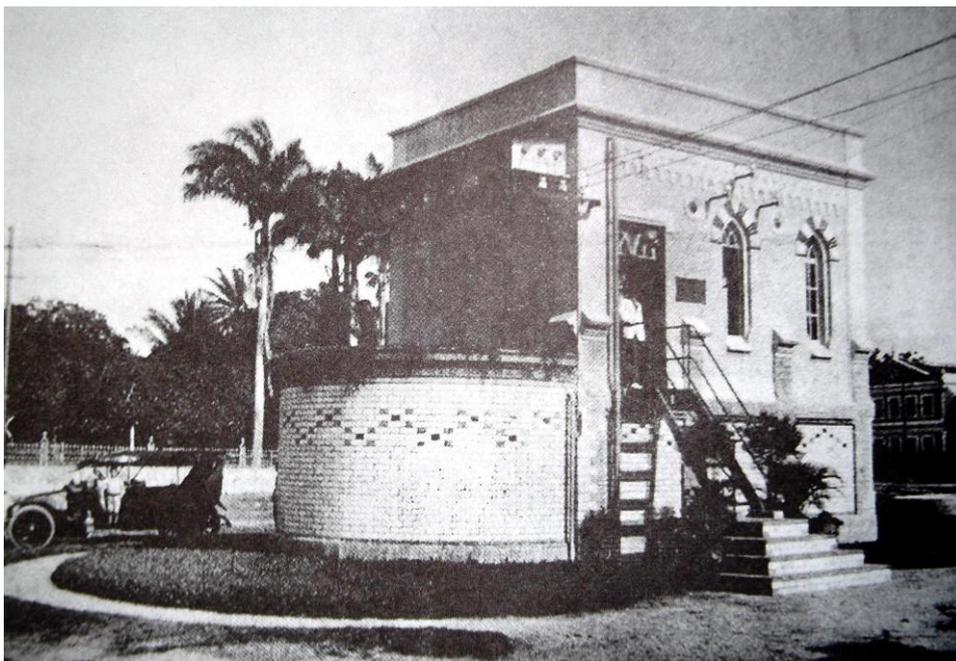


Fig. 25: Estação elevatória. Fonte: Relatório Saneamento de Recife de Saturnino de Brito, 1917, v. 2. In: Silva, 2010.

Nas palavras de Burle Marx a “obra Os Sertões de Euclides da Cunha influenciou fortemente em minha decisão de construir o cactário da Madalena” [Marx, 1987: 73]. Com o projeto da Praça Euclides da Cunha, o paisagista buscou semear a alma brasileira, no entanto, evocar a brasilidade naquele momento significava uma oposição estrutural entre o campo e a cidade.

Em sua obra literária, *Os Sertões*, Euclides da Cunha, ao tratar da brasilidade, se refere à pureza atrelada ao sertão, uma vez que as cidades do litoral configuravam-se como sombrias e promiscuas o que inviabilizava a construção da almejada brasilidade. Fazendo-se uso das palavras de Euclides da Cunha “O sertão é o lugar do esquecimento” [Cunha, 1909: 111]. Foi esse esquecimento que o País impôs ao sertão que propiciou condições da “criação” de um povo original que passou a expressar a alma nacional.

No projeto paisagístico da praça, Burle Marx emprega uma particularidade climática e botânica até então totalmente ignorada – a vegetação da caatinga [Figs. 26, 27 e 28]. Nas palavras de Joaquim Cardozo “no jardim do Largo do Benfica, além das árvores sempre bem escolhidas, fez plantações de cactus e arbustos das caatingas pernambucanas [...] fornecendo ao morador do Recife uma visão do sertão seco do seu estado” [2009:171]. As plantas da caatinga assumiam, na época, uma posição ambígua – de ser nativa e exótica ao mesmo tempo. Nativa, por fazer parte de uma das mais belas formações florestais que temos no Brasil e

em nenhum outro país; e exótica, por ser tão desconhecida e porque não dizer tão rejeitada pela sociedade. Diante disto, a Praça Euclides da Cunha configura-se até hoje como o único espaço público brasileiro com tais características.



Fig. 26: Aspecto da vegetação da caatinga, Estação Ecológica Aiuaba, Ceará em época da chuva. Fonte: Ab'Sáber e Marigo, 2006.



Fig. 27: Aspecto da vegetação da caatinga, Estação Ecológica Aiuaba, Ceará em época da estiagem. Fonte: Ab'Sáber e Marigo, 2006.



Fig. 28: Paisagem da caatinga espinhenta, na região de Irauçuba, Ceará, destacando a forração de xique-xique [*Pilosocereus gounellei*]. Fonte: Ab'Sáber e Marigo, 2006.

Além da questão social e geográfica, *Os Sertões*, em sua subseção intitulada ‘*As caatingas*’ nos traz precisas informações sobre a vegetação típica da região abarcando aspectos florísticos, fitossociológicos, morfológicos, ecofisiológicos, da biologia floral e da interação planta-solo configurando-se como um compêndio botânico. Um exemplo disto podemos ver na seguinte passagem:

“Os mulungus rotundos, à borda das cacimbas cheias, estadeiam a púrpura das largas flores vermelhas, sem esperar pelas folhas, as caraíbas e baraúnas altas refrondescem à margem dos ribeirões refertos; ramalham, ressoantes, os marizeiros esgalhados, à passagem das virações suaves; assomam, vivazes, amortecendo as truncaduras das quebradas, as quixabeiras de folhas pequeninas e frutos que lembram contas de ônix; mais virentes, adensam-se os icozeiros pelas várzeas, sob o ondular festivo das copas dos ouricuris: ondeiam, móveis, avivando a paisagem, acamando-se nos plainos, arredondando as encostas, as moitas floridas do alecrim-os-tabuleiros, de caules finos e flexíveis; as umburanas perfumam os ares, filtrando-os nas frondes enfolhadas, e — dominando a revivescência geral — não já pela altura senão pelo gracioso do porte, os umbuzeiros alevantam dous metros sobre o chão, irradiantes em círculo, os galhos numerosos” [Euclides da Cunha, 1909: 30].

Reunindo o conteúdo do livro *Os Sertões* com o conhecimento da ecologia, principalmente no que se refere aos grupos ecológicos, adquirido no Jardim Botânico de Dahlem diante da classificação do botânico Adolf Engler, Burle Marx cria um jardim, como ele mesmo determinou, de caráter ecológico. Com a criação da Praça Euclides da Cunha, Burle Marx objetiva “doar a Pernambuco um jardim em que se achem aliadas a hygiene e a arte, ao par da educação e cultura” [Marx, 1935b].

No artigo ‘*Jardins e Parques do Recife: Roberto Burle Marx para o Diario da Tarde*’ de 14 de março de 1935, o paisagista expõe suas intenções para a praça. E, de igual modo a Praça de Casa Forte, também enfatizou o componente vegetal justificando o uso de cada espécie.

“[...] tencionamos crear um cactario e reunir nelle o maior numero possivel de gêneros brasileiros da familia das cactáceas, como sejam: *Cereus*, *Melocactus*, *Opuntia*, *Pilocereus*, etc. blocos de pedra e plantas das famílias das *Bromeliaceas* e *Euforbiaceas* completarão o ambiente nordestino. Duas alamedas de arvores autochtonas do sertão, tais como: *Unbuzeiros*, *Joazeiros*, *Páos d’arco*, etc., envolverão a praça pela parte mais externa encontrando-se numa das extremida-

des onde formarão um pequeno bosque. Ter-se-á acesso ao passeio interno, por meio de tres pequenas escadas que acompanharão uma rampa grammada. Ao lado dessas escadas vistos alguns exemplares de cactos de grande porte”.

As Figuras 29 e 30 mostram uma comparação entre uma área da caatinga no Ceará com populações de macambira [*Encholirium spectabile*] e xiquexique [*Pilosocereus gounellei*] em dorso de grande lajedo aflorante no entremeio de extensa caatinga com o desenho de perspectiva da Praça Euclides da Cunha feito por Burle Marx, onde se pode ver, claramente, que o paisagista respeitou as condições ambientais das espécies associadas às questões artísticas do jardim.

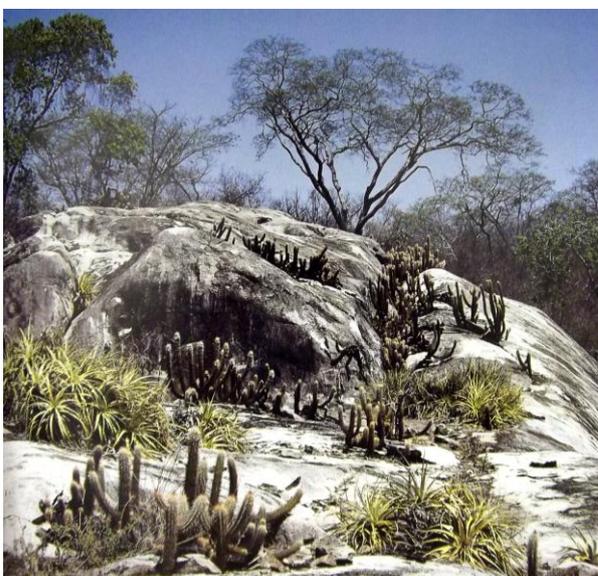
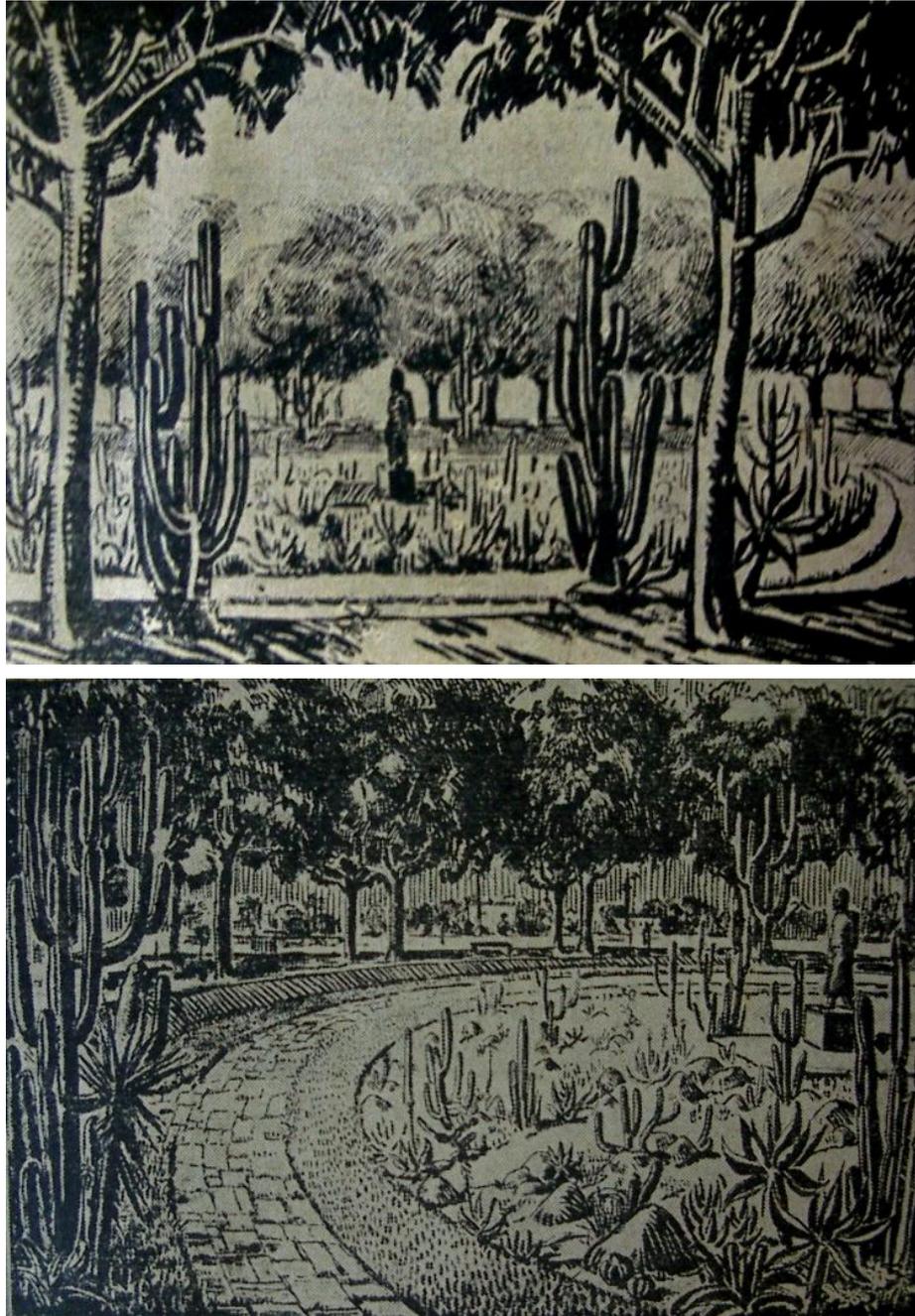


Fig. 29: Aspecto da caatinga. Fonte: Ab’Sáber e Marigo, 2006.



Fig. 30: Desenho de Burle Marx para a Praça Euclides da Cunha, 1935. Fonte: Burle Marx, 1987.

Relacionados às palavras de Burle Marx no *Diario da Tarde* estavam alguns desenhos feitos pelo paisagista a bico de pena [Figs. 31 e 32]. Com os desenhos, podemos perceber além da questão artística, o caráter ecológico do jardim mediante a associação entre os indivíduos de mesma espécie e de espécies diferentes, bem como sua interação com o elemento mineral, as rochas, representando, desta forma, a paisagem da caatinga.



Figs. 31 e 32: Desenhos de Burle Marx para a Praça Euclides da Cunha, Nanquim sobre papel. Fonte: Marx, 1935.

Alguns autores como Euler Sandeville Jr. [2003] e Fabiano Oliveira [2008] reforçam que, além da leitura de *Os Sertões* e da experiência vivida no jardim botânico de Dahlem, outro momento importante foi o contato que Burle Marx teve com Mina Klabin Warchavchik que realizou a partir de 1928 jardins adequados às condições brasileiras [Fig. 33].



Fig. 33: Jardim de Mina Klabin Warchavchik. Fonte: Acervo Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Em sintonia com as discussões modernistas, a paisagista interessou-se na aplicação das plantas tropicais em que o cacto aparece carregado de simbolismo e os jardins foram considerados, recorrentemente, pela historiografia da arquitetura moderna brasileira como uma das principais tentativas de abasileiramento.

No entanto, os ideais de Burle Marx transcendiam claramente aos de Mina Warchavchik ao somar o caráter cultural de construção de novos valores e percepção perante os elementos da paisagem nordestina. A questão científica de atentar para as questões botânicas e ambientais era algo ausente nos trabalhos de Mina Warchavchik [Dourado, 2000].

A Praça Euclides da Cunha foi, e ainda é, um dos projetos mais polêmicos que Burle Marx projetou. Conforme Siqueira [2004] muitos recifenses liderados por Mario Melo do Instituto Arqueológico do Recife, reagiram ao entender que um jardim com tais características seria uma tentativa de devolver a cidade para a selva.

A defesa que Burle Marx fez da utilização da vegetação da caatinga no Recife não se baseia apenas em suas qualidades paisagísticas intrínsecas, mas, sobretudo na adequação por ser nativa da região [Guerra, 2002] e conforme Jacques Leenhardt:

As plantas utilizadas provêm da região, mas elas jamais tiveram direito de cidadania na prática paisagística da época. A maneira de as apresentar é decisiva para a significação que elas terão no jardim. Burle Marx vai espalhar as cactáceas recolhidas por ele na caatinga, individualmente, no meio dos rochedos. Elas aparecerão como se cada uma delas levasse, na sua solidão e na sua forma, a memória do combate pela vida que teve no meio ambiente hostil onde cresceu [2008:42; Grifo nosso]

Na Figura 34, temos uma vista parcial da praça no início de 1936 e, é interessante notar o porte do mandacaru (1) [*Cereus jamacaru*], que já possuía o cladódio¹³ lenhoso, o que nos leva a afirmar que os mesmos foram plantados na praça em sua fase adulta, assim como ocorreu com algumas espécies arbóreas na Praça de Casa Forte.

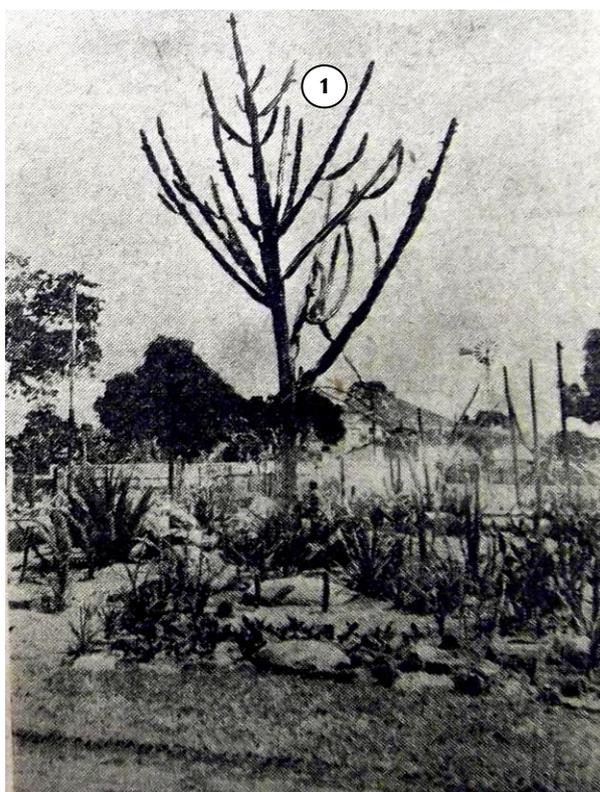


Fig. 34: Vista parcial do cactário da Praça Euclides da Cunha, em detalhe exemplares de Cactaceae e Bromeliaceae. Fonte: *Diário da Manhã*, 16 de fevereiro de 1936.

Com a criação de um jardim em área litorânea, onde a condição edafoclimática é totalmente diferente da região a que pertence a vegetação da caatinga, principalmente as cactáceas, consegue Burle Marx, não apenas introduzir a vegetação, mas também estabelecer uma correspondência entre as condições do nicho que ela ocupa e suas exigências ecofisioló-

¹³ *Cladódio*: Caules regulares de algumas espécies de cactáceas.

gicas. Isto só foi possível porque o paisagista buscou entender a planta em seu habitat, compreender suas associações, sua importância fitossociológica, enfim, sua inserção no espaço cênico natural [aspectos edafoclimáticos] que para o jardim é fundamental, até mesmo porque, para Burle Marx fazer jardim é também criar microclimas.

Em suas descrições sobre a Praça Euclides da Cunha e até mesmo nos relatos sobre a caatinga, o paisagista consegue tão bem descrever essa região. O que mais chama atenção é que, ao analisar a forma com que agrupa as espécies da praça, levando em consideração as especificidades de cada uma, lembra-nos a divisão claramente usada pelo povo sertanejo, ou seja, a caatinga concebida em duas faixas de vegetação, dois tipos distintos de paisagem.

A classificação está baseada no grau de umidade, o agreste, possuidor de maior umidade por estar mais próximo ao mar e solo mais profundo, com vegetação mais alta e densa; e sertão, mais seco, com solo raso e/ou pedregoso e vegetação mais baixa e pobre. Sertão é a caatinga no sentido habitual da palavra; é a caatinga propriamente dita, seca e agressiva [Maia, 2004; Matos e Paganucci, 2009].

Não é de admirar que a concepção desse jardim essencialmente brasileiro que é a Praça Euclides da Cunha, não se prenda só no caráter da vegetação, mas também em saber valorizar uma cultura e um saber popular, ou seja, o olhar para o autóctone.

O perfil da Praça Euclides da Cunha [Fig. 35] pode claramente exemplificar o descrito acima. Obviamente que Burle Marx, além dos conhecimentos obtidos nas estufas do Jardim Botânico de Dahlem, tinha também o conhecimento de uma das mais bem elaboradas classificações sobre a caatinga realizada por Philipp von Luetzelburg¹⁴. No entanto, é também essa classificação do povo sertanejo que aparece nos escritos de Euclides da Cunha, principalmente em *Os Sertões*.

¹⁴ Engenheiro, botânico, fitogeógrafo e explorador alemão, que realizou extensas expedições botânicas no Nordeste do Brasil quando contratado pela então Inspetoria de Obras Contra as Secas, hoje denominada de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, onde permaneceu de 1911 a 1937.

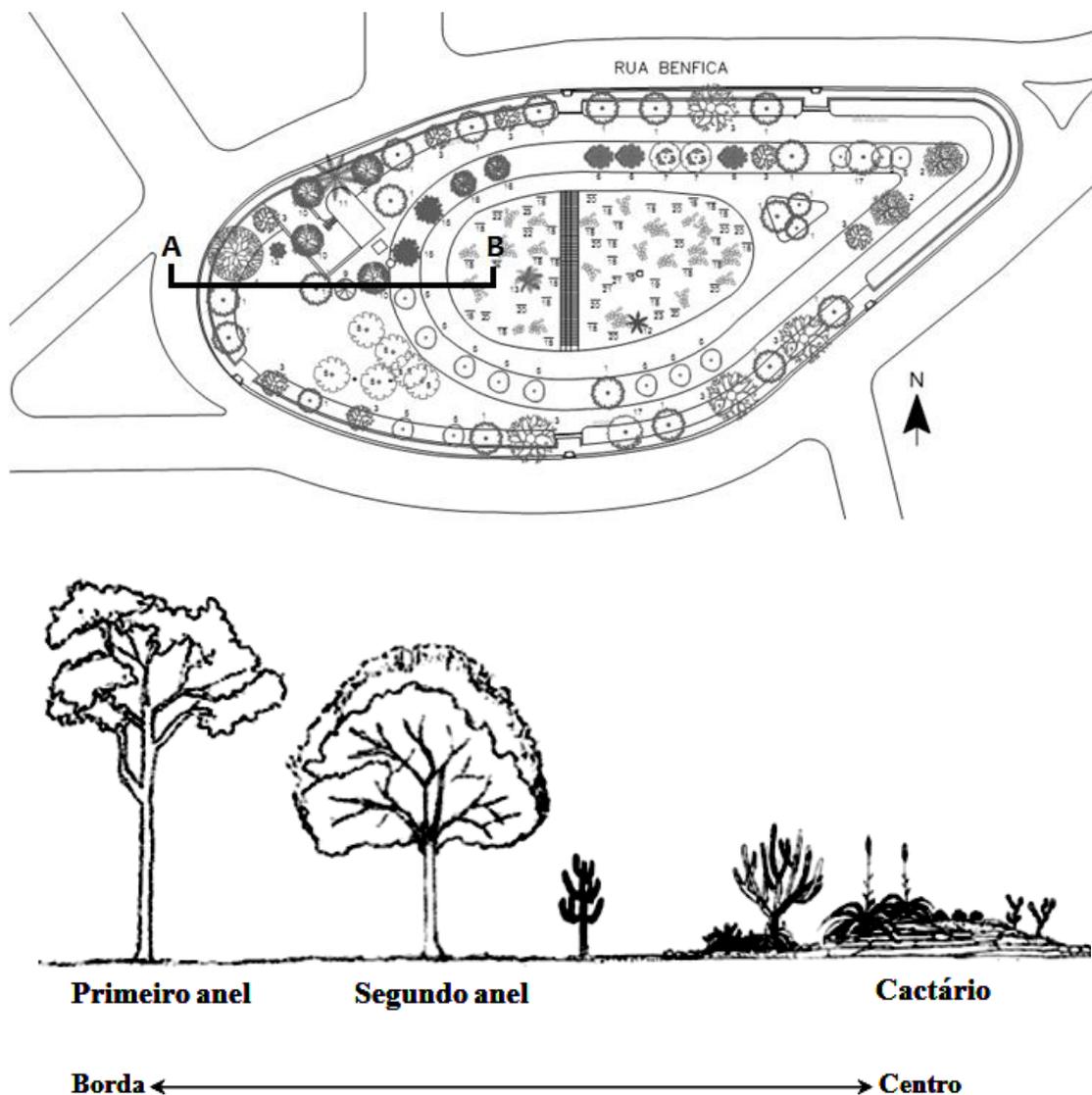


Fig. 35: Praça Euclides da Cunha. Na parte superior, Planta baixa e na parte inferior, Corte AB mostrando o perfil da vegetação. Adaptado dos desenhos da arquiteta Liana Mesquita para estudo da vegetação da caatinga. Fonte: Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

No projeto, Burle Marx dispõe a vegetação arbórea com a função de proteger o canteiro central, representado em sua maioria por cactáceas, dos ventos advindos do litoral, visto que, tal vegetação não suporta alta umidade. No sentido borda-centro do jardim [Fig. 35], foram dispostas espécies arbóreas no primeiro anel caracterizadas por espécies hipoxerófilas que são adaptadas a umidade; logo depois, outro anel composto por espécies arbóreas e arbustivas, vegetação de transição, que tem a função de absorver a umidade que conseguiu ultrapassar a vegetação do primeiro anel, permitindo assim que as espécies do cactário estivessem livres da umidade, além de receber incidência solar direta, uma vez que, são caracterizadas como heliófilas [Paula *et al.*, 2011]. Com a disposição, de duas fileiras de árvo-

res, a igual modo da Praça de Casa Forte, Burle Marx valoriza conforme Dourado [2000] e Mafra [2007] o centro do jardim pela iluminação zenital e cria um espaço centrípeto¹⁵.

Com a criação da Praça Euclides da Cunha, Burle Marx concretiza seu objetivo ora expostos no *Diario da Tarde* de 14 de março 1935b, que era dar a Pernambuco, em matéria de jardim, algo sólido e definitivo para se apresentar a prosperidade, dentro de uma expressão artística, cultural e de bom senso.

¹⁵ A questão do espaço centrípeto e da iluminação zenital foi discutida no capítulo 2; página 54 e 55.

3

Arqueologia Botânica da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha

O paisagista, no Brasil, goza da liberdade de construir jardins baseados numa realidade florística de riqueza transbordante. Respeitando as exigências da compatibilidade ecológica e estética, ele pode criar associações artificiais de uma expressividade enorme. Fazer paisagem artificial não é negar nem imitar servilmente a natureza. É saber transpor e saber associar, com base num critério seletivo, pessoal, os resultados de uma observação morosa, intensa e prolongada. Toda essa policromia fica assentada sobre um pano de fundo, onde forma, ritmo e cor se coadunam, realçando, em cada estação, o caráter de uma determinada floração¹⁶.

A arqueologia configura-se como a disciplina das ciências sociais que estuda os vestígios materiais culturais. Data do final do século 20 a consolidação do ramo da arqueologia, denominada de arqueologia histórica, que se detém na investigação dos vestígios do período histórico.

O conceito de arqueologia histórica apresenta poucas variações, sendo usualmente percebido como um campo de pesquisa de caráter multidisciplinar que abrange um amplo

¹⁶ Roberto Burle Marx, 1967: 39

leque de fontes de informação de arquivos, dados oficiais, diários, cartas, mapas, plantas, fotografias, entrevistas, história oral e de métodos arqueológicos tradicionais. Assim, configura-se como o estudo do passado recente por meio dos vestígios materiais, nos quais contribuem para a descoberta da vida cotidiana e para a busca da compreensão do desenvolvimento histórico [Andrade, 2010].

Nesta perspectiva, o conhecimento da arqueologia botânica, ou botânica histórica, constitui a base para um correto entendimento de um jardim. No mais afortunado dos casos, a investigação documental pode definir a lista de plantas usadas em um determinado sítio. É importante conhecer as espécies botânicas cultivadas nos diferentes períodos históricos mesmo que não seja possível um estudo mais aprofundado do aspecto histórico-botânico do jardim [Onofre, 2002; De Angelis e De Angelis Neto, 2004].

O arquiteto Saúl Alcántara Onofre, estudioso dos jardins históricos do México, ressalta a importância do estudo detalhado da vegetação por permitir considerações diversas sobre o passado, sobre o presente e, definitivamente, sobre o futuro do jardim e ressalta que a vegetação deve ser analisada segundo um método histórico e ressalta “Por otra parte, es igualmente importante definir como la vegetación eran dispuestas en el pasado y como se alternaron en el transcurrir del tiempo”[Onofre, 2002:28].

Em casos complexos só a competência de um botânico ou um biólogo especializado poderá resolver o problema da identificação. O inventário florístico é o instrumento mais útil para aprofundar o conhecimento botânico de um determinado jardim, é a ferramenta indispensável para o início de um projeto de recuperação e para estabelecer um programa correto de manutenção e conservação [Onofre, 2002].

Em pesquisa sobre a conservação de jardins históricos o engenheiro agrônomo Bruno Luiz Domingos De Angelis e o engenheiro civil Generoso De Angelis Neto enfatizam a importância da técnica da fotointerpretação como instrumento imprescindível para se conhecer as transformações, principalmente do componente vegetal, ocorridas no jardim ao longo dos anos. Esse procedimento permite ao profissional, no momento em que, existirem dificuldades para o resgate e implantação da vegetação original, tomar decisões *ex novo*. [De Angelis e De Angelis Neto, 2004].

Tendo ciência que a fitofisionomia do jardim é resultante de um contínuo equilíbrio entre o ciclo de vida do vegetal e o movimento cíclico das estações, o desenvolvimento e o depauperamento do componente florístico é condição natural. De acordo com o paisagista Roberto Burle Marx, a planta:

“É um ser vivo que obedece a um determinismo condicionado pelas leis do crescimento, da fisiologia, da biofísica e da bioquímica. Por outro lado, qualquer planta é o resultado de um longo processo histórico, no qual ela incorpora, em seu estado atual todas as experiências de uma longa linha de ascendentes, que se vai perder na indefinição dos primeiros seres. A planta por sua vez, goza no mais alto grau, da propriedade de ser instável. Ela é viva enquanto se altera. Ela sofre uma mutação constante, um desequilíbrio permanente, cuja finalidade é a própria busca de equilíbrio” [1967: 37].

As intervenções realizadas no jardim devem ser duplamente criteriosas. Uma vez implantado, no que diz respeito ao controle da germinação e crescimento das plantas, a influência da intervenção humana é mínima nas causas de origem intrínseca, resumindo-se a serviços de manutenção. Embora o envelhecimento de um jardim seja desejável, isto não exime de responsabilidade a omissão humana.

Por assim ser, estudar e pretender a conservação de um jardim pressupõe, antes de tudo, conhecer a dinamicidade própria que envolve as transformações da vegetação ao longo do tempo. Conservar corretamente um jardim histórico significa, também, manter e valorizar as mensagens compositivas e históricas que o tornam um documento cultural, e não simplesmente uma coleção de plantas.

A arquiteta Maria José de A. Marcondes considera que as operações em jardins “só devem ser empreendidas após estudos aprofundados, que contemplem desde as escavações até coleta de todos os documentos referente ao respectivo jardim, suscetíveis de assegurar o caráter científico em um projeto” [Marcondes, 2009:280].

A compreensão da evolução do componente vegetal do jardim possibilitará a escolha correta de espécies garantindo à autenticidade do bem, que conforme a Carta de Florença “a autenticidade de um jardim histórico diz respeito tanto ao desenho e proporção de suas partes como de sua composição, ou da escolha das espécies vegetais e outros materiais” [1981: Art. 9º]. Na referida carta, mas precisamente em seu Art. 12, algumas considerações são feitas

com relação ao plantio da vegetação, para garantir a autenticidade, onde exige que: “a escolha das espécies de árvores, arbustos, plantas e flores que devem ser replantadas periodicamente deve ser conduzidas considerando-se os usos estabelecidos e aceitos em cada zona botânica e hortícola, com o objetivo de identificar as espécies originais e, assim, preservá-las”.

Tais ações concorrem para a conservação do jardim em seu estado habitual que requer tanto reposições concretas, que sejam necessárias, como um programa de longo prazo de renovações periódicas, erradicação completa seguida de replantio com exemplares já formados [Carta de Florença, 1981: Art. 11º].

Diante do exposto acima, apresenta-se, nas próximas páginas, a arqueologia botânica da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha, tal procedimento só foi possível diante inúmeras iconografias que sejam: desenhos a nanquim de Burle Marx e fotos de várias épocas. Outras fontes analisadas foram os escritos e discursos do e sobre o paisagista referente às praças supracitadas, bem como, o levantamento florístico atual. Mesmo algumas fotos não tendo suas datas identificadas, tornaram-se fundamentais para o entendimento da evolução dos jardins e propiciaram o conhecimento de sua substância vegetal.

O verde histórico da Praça de Casa Forte

No capítulo dois deste trabalho encontra-se a especificação da vegetação da Praça de Casa Forte, em planta baixa¹⁷ feita por Burle Marx, bem como espécies citadas pelo paisagista no artigo ‘*A vida na cidade: a reforma dos jardins públicos do Recife*’ de 1935¹⁸, no qual discorre suas intenções para a praça. Fazendo uma compilação dessas espécies com as especificadas por Joaquim Cardozo¹⁹ e com a identificação da vegetação obtida pela fotointerpretação [Figs. 36 a 44] temos como resultado a composição florística histórica da Praça de Casa Forte

¹⁷ Ver página: 48.

¹⁸ Ver páginas: 45 a 47.

¹⁹ Ver páginas: 50.

que corresponde a 51 espécies distribuídas em 46 gêneros e 26 famílias botânicas. Destas, 42 foram identificadas em nível específico, 8 em nível genérico e 1 a nível de família [Tabela 2].

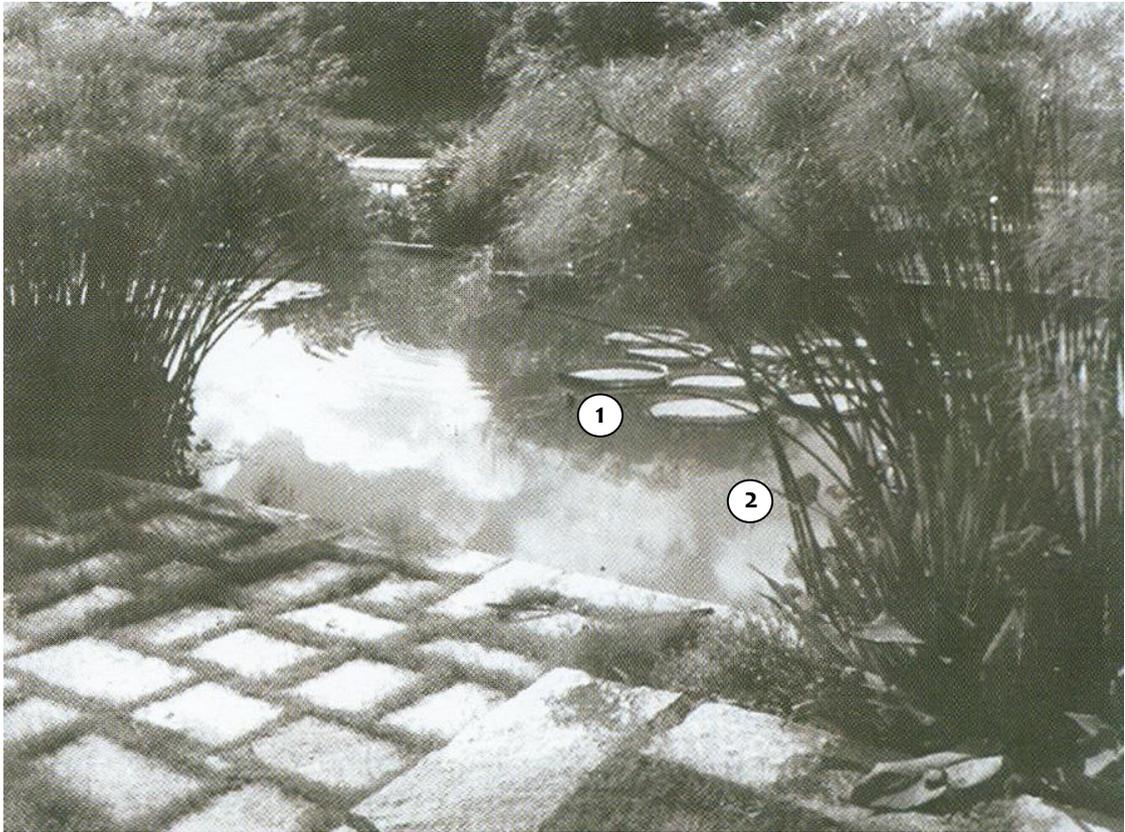


Fig. 36: Vista parcial de um dos lagos retangulares da Praça de Casa, 1937. Fonte: Fonte: Acervo de Gilda Pina in Dourado, 2000.



◀
1. Vitória-régia
Victoria amazonica



◀
2. Papiro
Cyperus papyrus

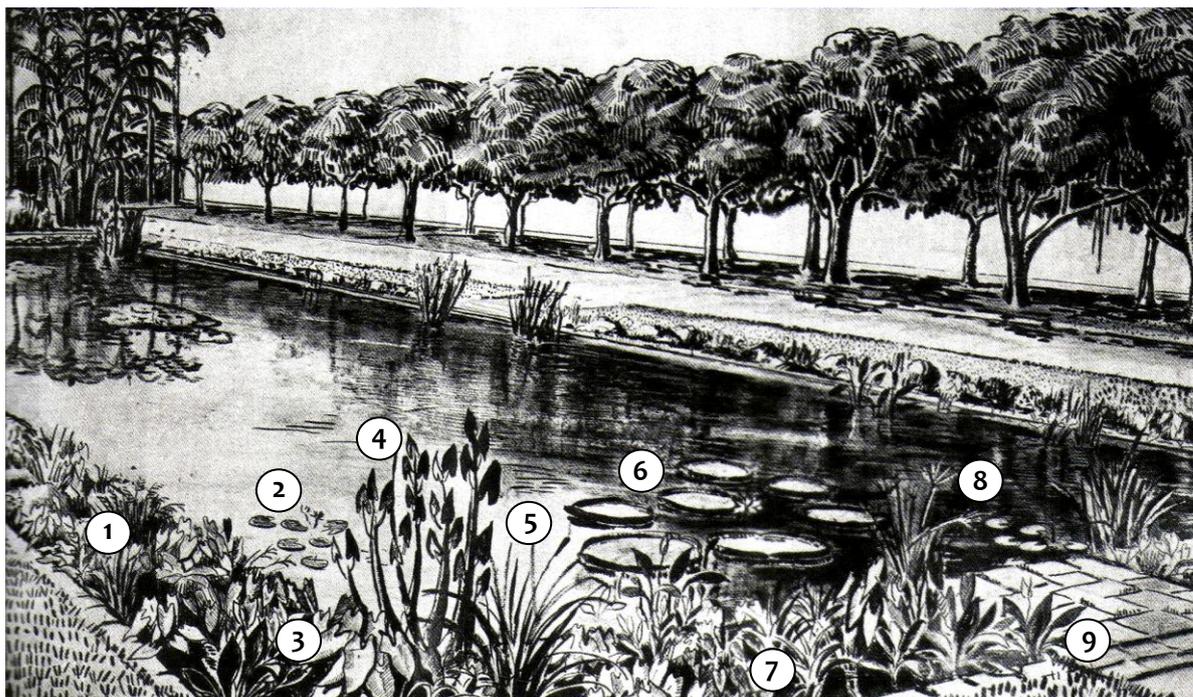


Fig. 37: Desenho de Burle Marx da Praça de Casa Forte, 1935; representação do lago retangular. Fonte: Revista Projeto, 1991.



1. Copo-de-leite
Zantedeschia aethiopica



2. Ninféias
Nymphaea sp.



3. Caládio
Caladium bicolor



4. Aninga
Montrichardia linifera



5. Junco
Juncus effusus



6. Vitória-régia
Victoria amazonica



7. Crinum
Crinum x powellii



8. Papiro
Cyperus papyrus



9. Antúrio
Anthurium amnicola

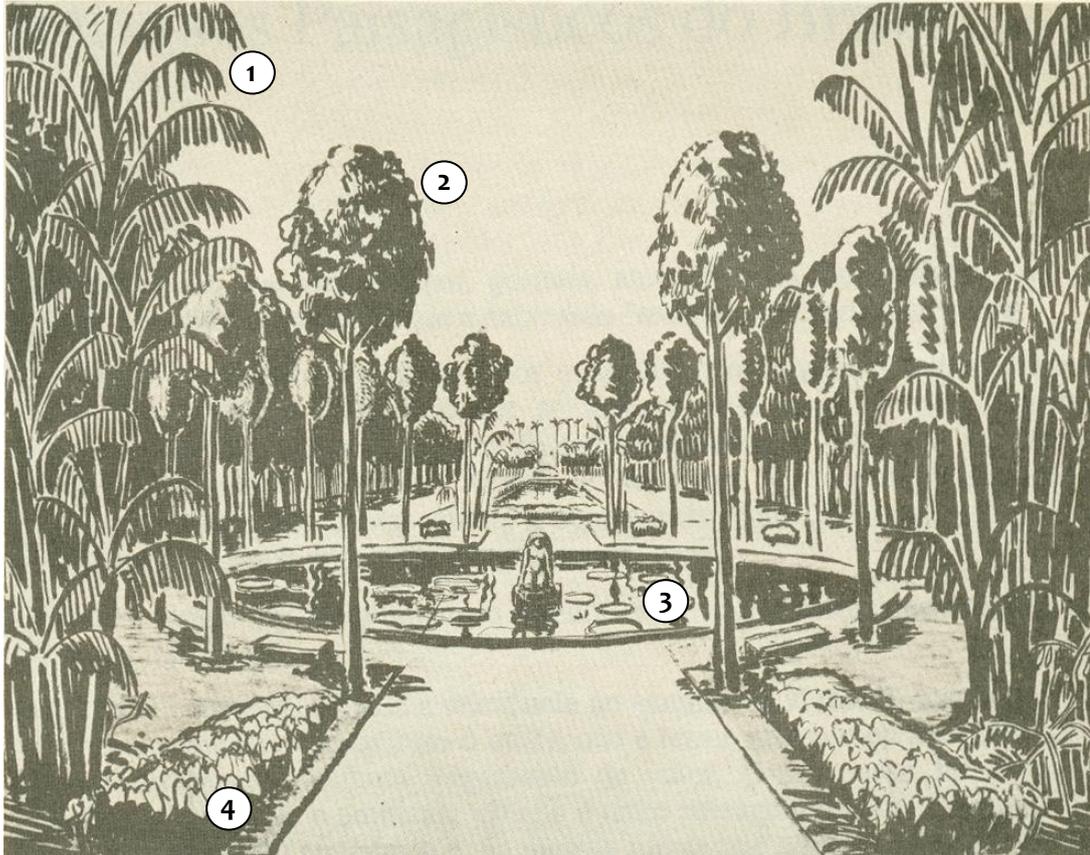


Fig. 38: Desenho de Burle Marx da Praça de Casa Forte, 1935; representação do lago central dedicado à flora amazônica. Fonte: Marx, 1987.



1. Açai
Euterpe edulis



2. Pau-mulato
Calicophyllum spruceanum



3. Vitória-régia
Victoria amazonica



4. Caládio
Caladium bicolor

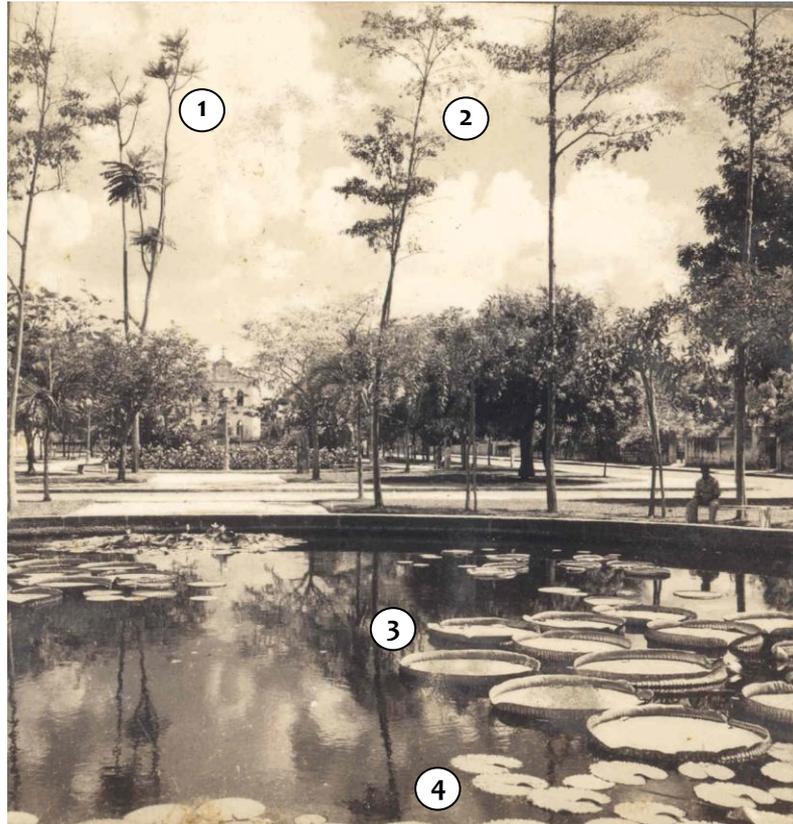


Fig. 39: Vista parcial do jardim central da Praça de Casa Forte, s/d.
 Fonte: FUNDAJ, Acervo do Laboratório da Paisagem - UFPE.



1. Guapuruvú
Schizolobium parahyba



2. Pau-mulato
Calycophyllum spruceanum



3. Vitória-régia
Victoria amazonica



4. Ninféias
Nymphaea sp.

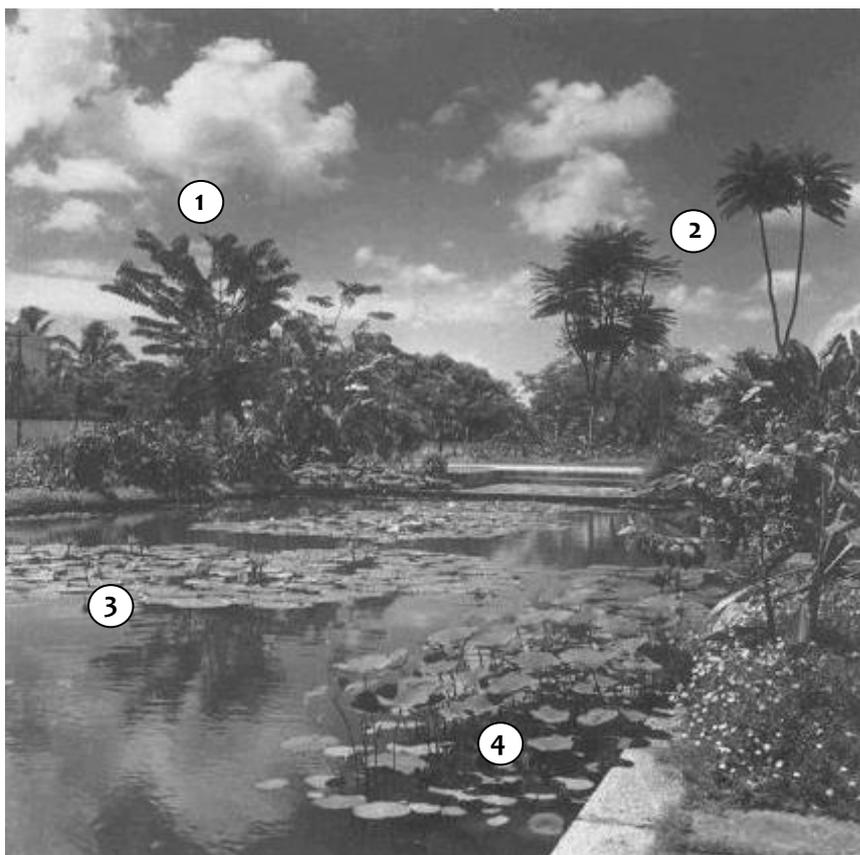


Fig. 40: Vista parcial do jardim de plantas exóticas da Praça de Casa Forte, sentido da Igreja/Avenida 17 de agosto, provavelmente final da década de 1930. Fonte: FUNDAJ. Acervo do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.



1. Rosedá
Lagerstroemia indica



2. Guapuruvú
Schizolobium parahyba



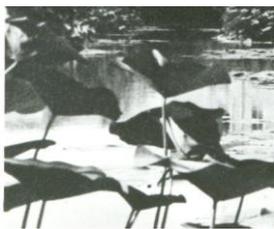
3. Ninféias
Nymphaea sp.



4. Lótus
Nelumbo nucifera



Fig. 41: Vista parcial do jardim de plantas exóticas da Praça de Casa Forte, 1938. Fonte: Santiago, 2002.



1. Lótus
Nelumbo nucifera



2. Ninféias
Nymphaea sp.

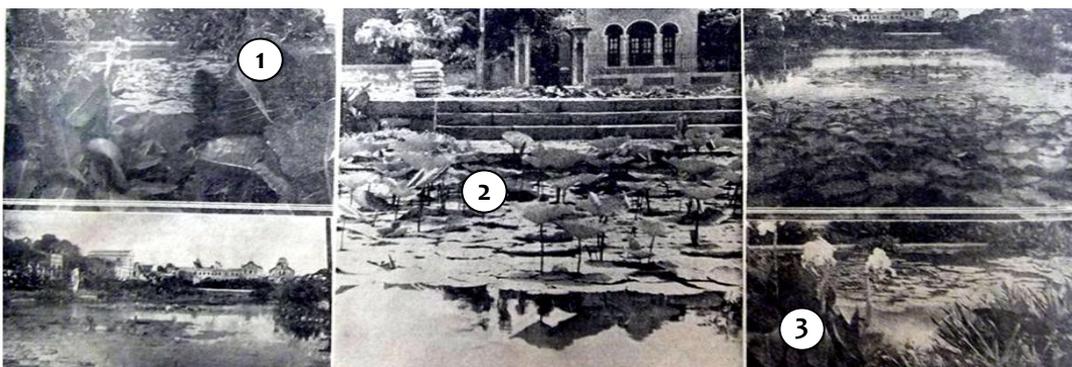


Fig. 42: Praça de Casa Forte, detalhes dos lagos. Fonte: *Diário da Manhã*, 26 de janeiro de 1936.



1. Taioba
Alocasia sp.



2. Ninféias
Nymphaea sp.



3. Cana-da-índia
Canna indica

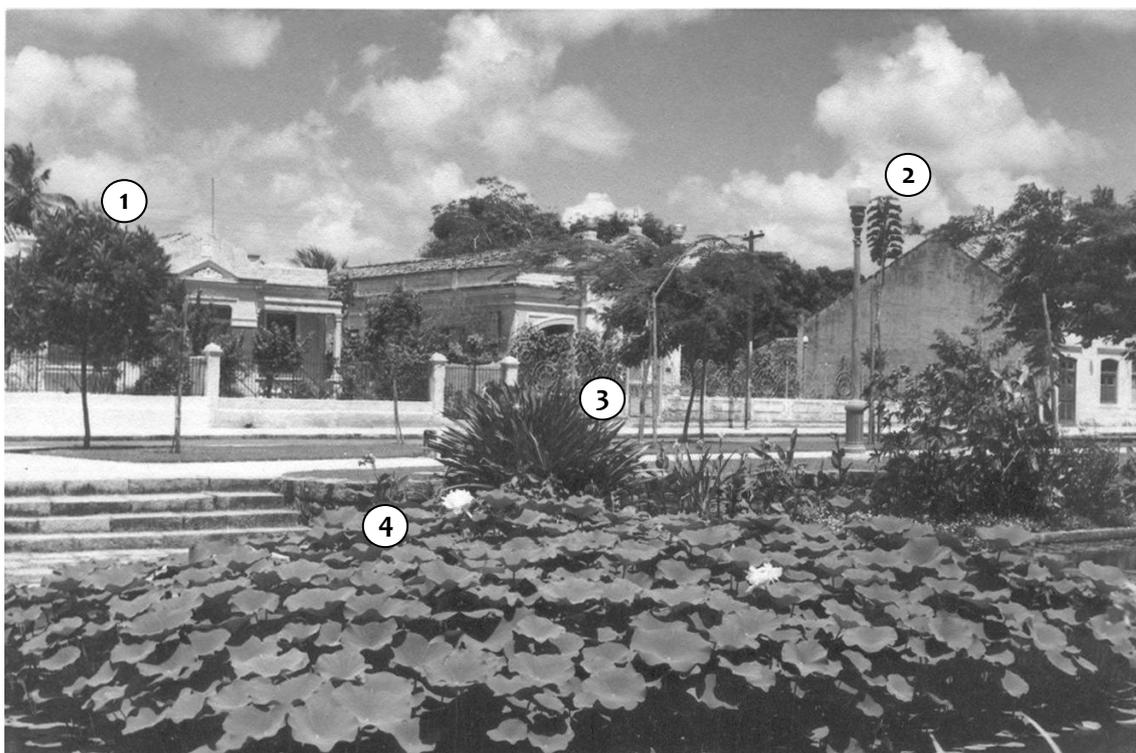


Fig. 43: Vista parcial do jardim de plantas exóticas da Praça de Casa Forte, s/d. Fonte: FUNDAJ. Arquivo do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.



1. Felício
Felicio decipiens



2. Rosedá
Lagerstroemia indica



3. Colônia
Alpinia sp.



4. Lótus
Nelumbo nucifera

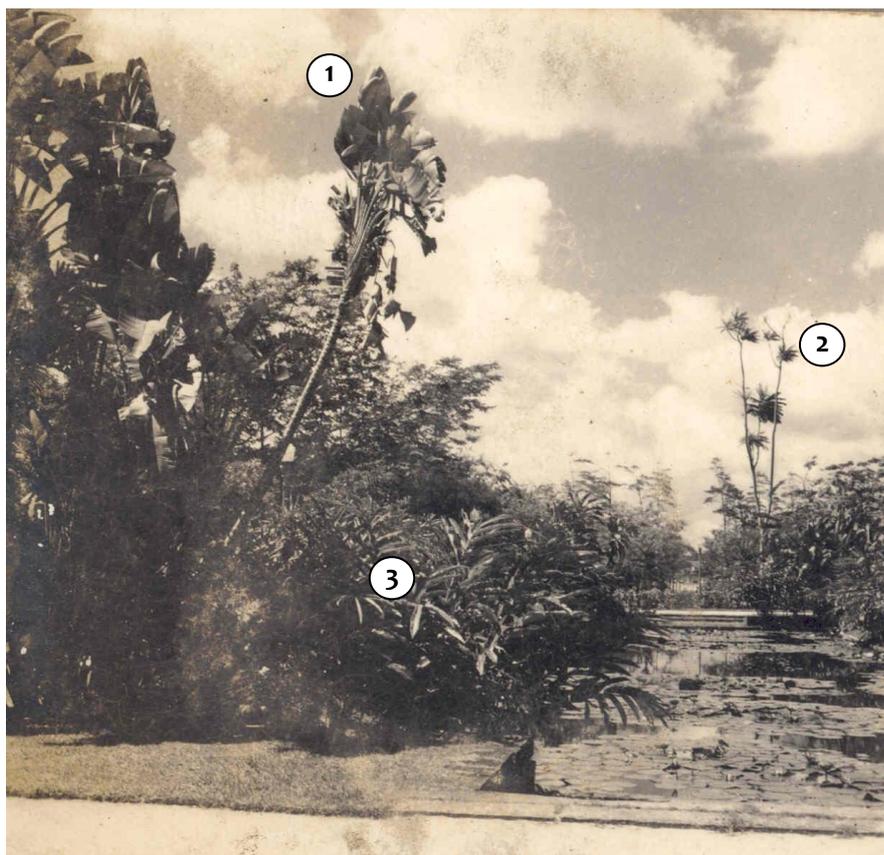


Fig. 44: Vista parcial do jardim de plantas exóticas da Praça de Casa Forte, s/d. sentido Igreja/Av. Dezesete de agosto. Fonte: FUNDAJ. Acervo do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.



1. Ravenala
Ravenala madagascariensis



2. Guapuruvú
Schizolobium parahyba



3. Colônia
Alpinia sp.

Tabela 2: Composição florística histórica da Praça de Casa Forte.

Nome Vernáculo	Nome científico	Família	Domínio Fitogeográfico [#]
Acacias	<i>Acacia</i> sp.	Mimosaceae	-
Macaibeira	<i>Acrocomia intumescens</i>	Arecaceae	Mata Atlântica
Taioba	<i>Alocasia</i> sp.	Araceae	-
Alpinia	<i>Alpinia</i> sp.	Zingiberaceae	-
Antúrio	<i>Anthurium amnicola</i>	Araceae	Exótica
Mumbacas	<i>Astrocaryum gynacanthum</i>	Arecaceae	Amazônia
Jaurari	<i>Astrocaryum jauari</i>	Arecaceae	Amazônia
Pau-rei	<i>Basiloxylon brasiliensis</i>	Sterculiaceae	Mata Atlântica
Caladio	<i>Caladium bicolor</i>	Araceae	Amazônia; Cerrado; Mata Atlântica; Caatinga,
Pau-mulato	<i>Calycophyllum spruceanum</i>	Rubiaceae	Amazônia
Canna-da-índia	<i>Canna indica</i>	Cannaceae	Amazônia; Cerrado, Mata Atlântica
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Meliaceae	Amazônia
Chuva-de-ouro	<i>Cassia ferruginea</i>	Caesalpinaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica
Cássia-grande	<i>Cassia grandis</i>	Caesalpinaceae	Amazônia; Cerrado, Mata Atlântica; Pantanal
Paineira	<i>Ceiba speciosa</i>	Bombacaceae	Amazônia; Caatinga, Cerrado; Mata Atlântica
Sombreiro	<i>Clitoria fairchildiana</i>	Fabaceae	Mata Atlântica; Caatinga
Clusias	<i>Clusia</i> sp.	Clusiaceae	-
Crinum	<i>Crinum × powellii</i>	Amaryllidaceae	Exótica
Papiro	<i>Cyperus papyrus</i>	Cyperaceae	Mata Atlântica; Pantanal
Flamboyant	<i>Delonix regia</i>	Fabaceae	Exótica
Baronesas	<i>Eichhornia crassipes</i>	Pontederiaceae	Mata Atlântica
Mulungu	<i>Erythrina velutina</i>	Fabaceae	Amazônia; Mata Atlântica; Caatinga; Cerrado,
Bastão-do-imperador	<i>Etilingera elatior</i>	Zingiberaceae	Exótica
Açaí	<i>Euterpe edulis</i>	Arecaceae	Mata Atlântica; Cerrado
Felício	<i>Filicium decipiens</i>	Sapindaceae	Exótica
Paquevira	<i>Heliconia psittacorum</i>	Heliconiaceae	Amazônia; Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica, Pantanal
Ventosa	<i>Hernandia sonora</i>	Hernandiaceae	Amazônia
Jatobá	<i>Hymenaea</i> sp.	Caesalpinaceae	-
Junco	<i>Juncus effusus</i>	Juncaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica; Pampa

[#] Base de dados da Lista de Espécies da Flora do Brasil/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Continua...

Tabela 2. Continuação

Nome Vernáculo	Nome científico	Família	Domínio Fitogeográfico [#]
Rosedá	<i>Lagerstroemia indica</i>	Lythraceae	Exótica
Lanterneira	<i>Lophanthera lactescens</i>	Malpighiaceae	Amazônia
Aninga	<i>Montrichardia linifera</i>	Araceae	Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica
Musaceas	Musaceae	Musaceae	-
Lótus	<i>Nelumbo nucifera</i>	Nelumbonaceae	Exótica
Ninféia	<i>Nymphaea</i> sp.	Nymphaeaceae	-
Munguba	<i>Pachira aquatica</i>	Bombacaceae	Amazônia
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Arecaceae	Amazônia
Visgueiro	<i>Parkia pendula</i>	Caesalpiniaceae	Amazônia, Mata Atlântica
Cana-fistula	<i>Peltophorum dubium</i>	Caesalpinaceae	Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal
Farinha-seca	<i>Peltophorum vogelianum</i>	Caesalpinaceae	Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal
Ravenala	<i>Ravenala madagascariensis</i>	Strelitziaceae	Exótica
Guapuruvú	<i>Schizolobium parahyba</i>	Fabaceae	Mata Atlântica
Cássia-amarela	<i>Senna siamea</i>	Caesalpiniaceae	Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica
Espatódea	<i>Spathodea campanulata</i>	Bignoniaceae	Exótica
Shelitizia	<i>Strelitzia</i> sp.	Strelitziaceae	-
Uricuri	<i>Syagrus coronata</i>	Arecaceae	Caatinga, Cerrado
Ipê-roxo	<i>Tabebuia heterophylla</i>	Bignoniaceae	Cerrado, Mata Atlântica
Pau-teca	<i>Tectona grandis</i>	Lamiaceae	Exótica
Vitória-régia	<i>Victoria amazonica</i>	Nymphaeaceae	Amazônia
Copo-de-leite	<i>Zantedeschia aethiopica</i>	Araceae	Exótica
Ipê-branco	<i>Zeyheria</i> sp.	Bignoniaceae	-

[#] Base de dados da Lista de Espécies da Flora do Brasil/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

De modo a elucidar as possíveis modificações que ocorreram na composição florística da Praça de Casa Forte, ao longo dos anos, realizou-se o inventário florístico no ano de 2011 e, como resultado obteve-se um total de 129 indivíduos distribuídos em 34 espécies, 29 gêneros e 23 famílias botânicas. Destas, 32 foram identificadas em nível específico e 2 em nível genérico [Tabela 3]. A distribuição espacial dos indivíduos de cada espécie pode ser vista na Figura 45.

Tabela 3: Composição florística da Praça de Casa Forte no ano de 2011.

Nome Vernáculo	Nome Científico	Família	Domínio Fitogeográfico [#]
Macaibeira	<i>Acrocomia intumescens</i>	Arecaceae	Mata Atlântica
Alpinia	<i>Alpinia purpurata</i>	Zingiberaceae	Exótica
Colônia	<i>Alpinia zerumbet</i>	Zingiberaceae	Exótica
Pau-rei	<i>Basiloxylon brasiliensis</i>	Sterculiaceae	Mata Atlântica
Pau-Brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>	Caesalpinaceae	Mata Atlântica
Pau-ferro	<i>Caesalpinia ferrea</i> var. <i>Leiostachya</i>	Caesalpinaceae	Mata Atlântica; Caatinga
Sibipiruna	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>	Caesalpinaceae	Amazônia; Cerrado; Mata Atlântica
Pau-mulato	<i>Calycophyllum spruceanum</i>	Rubiaceae	Amazônia
Cana-da-índia	<i>Canna × generalis</i>	Cannaceae	Exótica
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Meliaceae	Amazônia
Palmeira-mulambo	<i>Caryota mitis</i>	Arecaceae	Exótica
Cássia-grande	<i>Cassia grandis</i>	Caesalpinaceae	Amazônia; Cerrado; Mata Atlântica; Pantanal
Sombreiro	<i>Clitoria fairchildiana</i>	Fabaceae	Exótica
Abricó-de-macaco	<i>Couropita guianensis</i>	Lecythidaceae	Amazônia
Flamboyant	<i>Delonix regia</i>	Caesalpinaceae	Exótica
Baronesa	<i>Eichhornia crassipes</i>	Pontederiaceae	Mata Atlântica
Fícus	<i>Ficus dendrocida</i>	Moraceae	Exótica
Felício	<i>Filicium decipiens</i>	Sapindaceae	Exótica
Paquevira	<i>Heliconia psittacorum</i>	Heliconiaceae	Amazônia; Caatinga; Mata Atlântica; Cerrado; Pantanal
Rosedá	<i>Lagerstroemia speciosa</i>	Lythraceae	Exótica
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Exótica
Aninga	<i>Montrichardia linifera</i>	Araceae	Amazônia; Caatinga; Mata Atlântica
Ninféia	<i>Nymphaea caerulea</i>	Nymphaeaceae	Exótica
Abil	<i>Pouteria caimito</i>	Sapotaceae	Amazônia; Cerrado; Mata Atlântica
Carne-de-vaca	<i>Roupala brasiliensis</i>	Proteaceae	Cerrado; Mata Atlântica
Palmeira-sabal	<i>Sabal palmetto</i>	Arecaceae	Exótica
Salvília	<i>Salvinia auriculata</i>	Salviniaceae	Exótica
Sucupira	<i>Swartzia</i> sp.	Caesalpinaceae	-
Jambeiro	<i>Syzygium malaccense</i>	Myrtaceae	Exótica
Ipê-amarelo	<i>Tabebuia aurea</i>	Bignoniaceae	Amazônia; Caatinga; Mata Atlântica; Cerrado; Pantanal
Ipê-rosa	<i>Tabebuia impetiginosa</i>	Bignoniaceae	Amazônia; Caatinga; Cerra- do; Pantanal; Mata Atlântica
Ipê	<i>Tabebuia</i> sp.	Bignoniaceae	-
Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>	Caesalpinaceae	Exótica
Taboa	<i>Typha domingensis</i>	Typhaceae	Amazônia; Caatinga; Cerra- do; Pampa; Mata Atlântica; Pantanal

[#] Base de dados da Lista de Espécies da Flora do Brasil/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

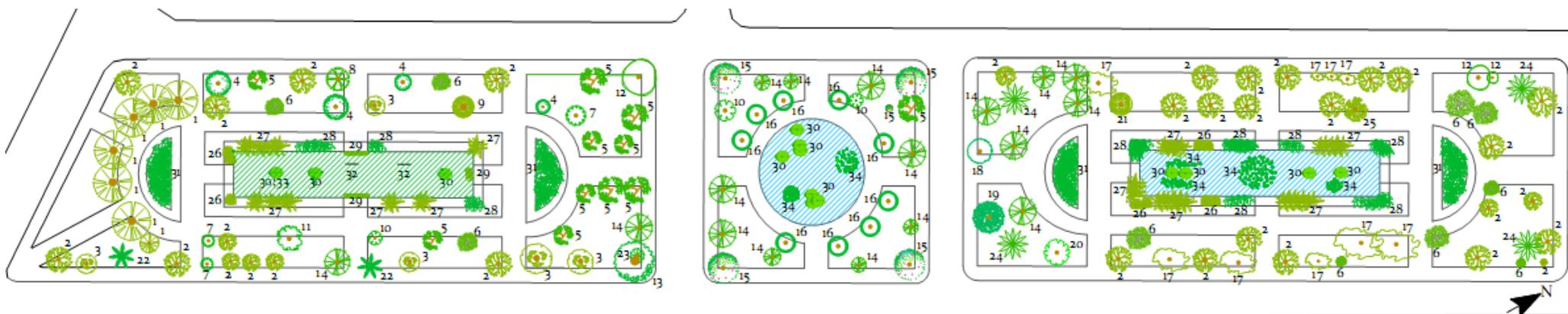


Fig. 45: Planta baixa da Praça de Casa Forte onde pode-se ver a distribuição espacial dos indivíduos de cada espécie.

Especificação

- | | | | | | | |
|----------------------|----------------------|--------------------|-------------------|-----------------|---------------|----------------|
| 1. Pau-rei | 2. Felício | 3. Sombreiro | 4. Pau-brasil | 5. Cássia-grade | 6. Sibipiruna | 7. Ipê-amarelo |
| 8. Ipê | 9. Sucupira | 10. Ipê-rosa | 11. Abil | 12. Andiroba | 13. Ficus | 14. Flamboyant |
| 15. Abriçó-de-macaco | 16. Pau-mulato | 17. Rosedá | 18. Pau-ferro | 19. Mangueira | 20. Tamarindo | 21. Jambeiro |
| 22. Macaibeira | 23. Palmeira-mulambo | 24. Palmeira-sabal | 25. Carne-de-vaca | 26. Paquevira | 27. Colônia | 28. Alpinia |
| 29. Baronesa | 30. Aninga | 31. Cana-da-índia | 32. Salvínia | 33. Taboa | 34. Ninféia | |

Ao confrontar a composição florística apresentada na Tabela 2 com a atual constatou-se que das 51 espécies listadas 38 não estão presentes na Praça de Casa Forte correspondendo a uma perda de 74,51% do total [Tabela 4]. Dentre estas espécies 14 são herbáceas, 19 são arbóreas e 5 são palmeiras.

Tabela 4: Vegetação histórica da Praça de Casa Forte que não faz parte da composição florística atual.

Nome Vernáculo	Nome científico
Acacias	<i>Acacia</i> sp.
Taioba	<i>Alocasia</i> sp.
Antúrio	<i>Anthurium amnicola</i>
Mumbacas	<i>Astrocaryum gynacanthum</i>
Jaurari	<i>Astrocaryum jauari</i>
Caladio	<i>Caladium bicolor</i>
Canna-da-índia	<i>Canna indica</i>
Chuva-de-ouro	<i>Cassia ferruginea</i>
Paineira	<i>Ceiba speciosa</i>
Clusias	<i>Clusia</i> sp.
Crinum	<i>Crinum × powellii</i>
Papiro	<i>Cyperus papyrus</i>
Mulungu	<i>Erythrina velutina</i>
Bastão-do-imperador	<i>Etilingera elatior</i>
Açaí	<i>Euterpe edulis</i>
Ventosa	<i>Hernandia sonora</i>
Jatobá	<i>Hymenaea</i> sp.
Junco	<i>Juncus effusus</i>
Rosedá	<i>Lagerstroemia indica</i>
Lanterneira	<i>Lophanthera lactescens</i>
Musaceas	Musaceae
Lótus	<i>Nelumbo nucifera</i>
Munguba	<i>Pachira aquatica</i>
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>
Visgueiro	<i>Parkia pendula</i>
Cana-fistula	<i>Peltophorum dubium</i>
Farinha-seca	<i>Peltophorum vogelianum</i>
Ravenala	<i>Ravenala madagascariensis</i>
Guapuruvú	<i>Schizolobium parahyba</i>
Cássia-amarela	<i>Senna siamea</i>
Espatódea	<i>Spathodea campanulata</i>
Shelítzia	<i>Strelitzia</i> sp.
Uricuri	<i>Syagrus coronata</i>
Ipê-rosa	<i>Tabebuia heterophylla</i>
Pau-teca	<i>Tectona grandis</i>
Vitória-régia	<i>Victoria amazonica</i>
Copo-de-leite	<i>Zantedeschia aethiopica</i>
Ipê-branco	<i>Zeyheria</i> sp.

Analisando as espécies presentes na Tabela 3, florística atual, e fazendo um contraponto com as listadas na Tabela 2, florística inicial, pode-se afirmar que 22 espécies que hoje estão presentes na Praça de Casa Forte não foram indicadas por Burle Marx [Tabela 5]. É interessante ressaltar que, ao verificar a lista de vegetação de outros projetos paisagísticos de Burle Marx, principalmente entre os anos 1935-1937, análogos ao da Praça de Casa Forte, e que foi possível mediante informações contidas no ‘Inventário dos Jardins de Burle Marx’, elaborado pelo Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco, constatou-se que tais espécies não fazem parte do repertório florístico do paisagista.

Tabela 5: Relação de espécies presentes na Praça de Casa Forte e que não foram mencionadas por Burle Marx ou que não foram identificadas no momento da fotointerpretação.

Nome Vernáculo	Nome Científico
Alpinia	<i>Alpinia purpurata</i>
Colônia	<i>Alpinia zerumbet</i>
Pau-Brasil	<i>Caesalpinia echinata</i>
Pau-ferro	<i>Caesalpinia ferrea</i> var. <i>leiostachya</i>
Sibipiruna	<i>Caesalpinia peltophoroides</i>
Cana-da-índia	<i>Canna</i> × <i>generalis</i>
Palmeira-mulambo	<i>Caryota mitis</i>
Abriçó-de-macaco	<i>Couroupita guianensis</i>
Fícus	<i>Ficus dendrocida</i>
Rosedá	<i>Lagerstroemia speciosa</i>
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>
Abil	<i>Pouteria caimito</i>
Carne-de-vaca	<i>Roupala brasiliensis</i>
Palmeira-sabal	<i>Sabal palmetto</i>
Salvinia	<i>Salvinia auriculata</i>
Sucupira	<i>Swartzia</i> sp.
Jambeiro	<i>Syzygium malaccense</i>
Ipê-amarelo	<i>Tabebuia caraíba</i>
Ipê-rosa	<i>Tabebuia impetiginosa</i>
Ipê	<i>Tabebuia</i> sp.
Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>
Taboa	<i>Typha domingensis</i>

Das espécies encontradas hoje na praça, apenas 12 foram indicadas por Burle Marx [Tabela 6], mesmo assim, alguns indivíduos dessas espécies não seguem as indicações de plantio sugeridas pelo paisagista, como por exemplo, é o caso da andiroba [*C. guianensis*] e da aninga [*M. linifera*] presentes no jardim dedicado às plantas exóticas; da cássia-grande [*C.*

grandis] do flamboyant [*D. regia*] no jardim central dedicado à flora específica da Amazônia; do felício [*F. decipiens*] e do flamboyant no jardim de espécies nativas.

Tabela 6: Espécies presentes na Praça de Casa Forte e que foram indicadas por Burle Marx.

Nome Vernáculo	Nome Científico
Macaibeira	<i>Acrocomia intumescens</i>
Pau-rei	<i>Basiloxylon brasiliensis</i>
Pau-mulato	<i>Calycophyllum spruceanum</i>
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>
Cássia-grande	<i>Cassia grandis</i>
Sombreiro	<i>Clitoria fairchildiana</i>
Flamboyant	<i>Delonix regia</i>
Baronesa	<i>Eichhornia crassipes</i>
Felício	<i>Filicium decipiens</i>
Paquevira	<i>Heliconia psittacorum</i>
Aninga	<i>Montrichardia linifera</i>
Ninféia	<i>Nymphaea caerulea</i>

A mudança da composição florística se deu de forma mais acentuada nas espécies herbáceas devido o seu ciclo de vida ser mais curto e conseqüentemente passar por periódicas substituições e/ou acréscimo o que descaracterizou e vem descaracterizando de forma mais acentuada a vegetação que compõe os três lagos da praça. Nesse momento a aninga [*M. linifera*] foi a espécie amplamente utilizada nos lagos, devido à sua adaptabilidade e disponibilidade, na substituição da vitória-régia [*V. amazonica*].

O novo arranjo paisagístico estabelecido na praça pelo desconhecimento, por parte do poder público, do projeto paisagístico original pode ser visto nas Figuras 46 a 51 [comparação entre o momento inicial e o atual no mesmo ângulo de visada]. Na concepção de Burle Marx, a vegetação que comporia e que compôs até um determinado tempo os lagos possibilitaria mostrar a riqueza vegetal de determinada região, seja do Brasil ou de outros países, além da transparência da paisagem bem como o reflexo do céu.

No lago de plantas nativas, primeira parte do jardim [Figs. 46 e 47], a aninga [*M. linifera*]²⁰ foi empregada na substituição da vitória-régia. O uso dessa espécie em local errado pro-

²⁰ Na página 71 pode-se ver o local do plantio da aninga especificado por Burle Marx.

piciou a criação de uma barreira acarretando, dependendo do ângulo de visada, a perda da totalidade do jardim.

Na jardineira, o conjunto de papyrus [*C. papyrus*] foi substituído por indivíduos de colônia [*A. zerumbet*], que é uma espécie exótica. A salvinia [*S. auriculata*], introduzida com motivo de alimentação dos peixes cultivados no lago reveste toda lâmina d'água impedindo que a água seja vista e, conseqüentemente, o reflexo do céu.

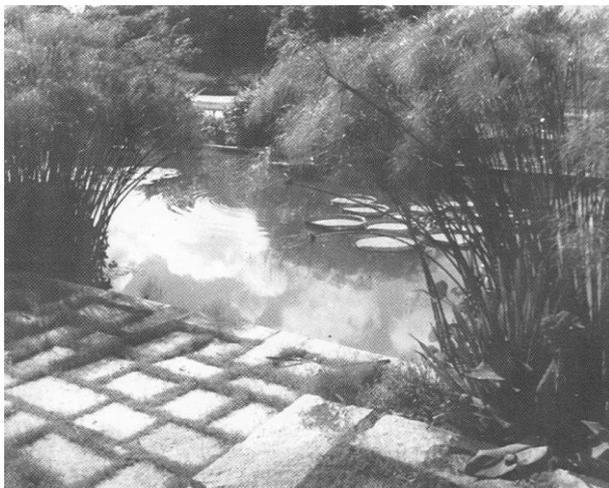


Fig. 46: Vista parcial do lago de plantas nativas, primeira parte da praça, 1937. Fonte: Acervo de Gilda Pina in Dourado, 2000.



Fig. 47: Vista parcial do lago de plantas nativas, primeira parte da praça, 2011. Fonte: arquivo do autor.

As Figuras 48 e 49 referem-se ao lago de plantas amazônicas, segunda parte do jardim, nele, e igualmente, a primeira parte, teve as vitórias-régias [*V. amazonica*] substituídas pelas aningas [*M. linifera*], permanecendo, das espécies indicadas por Burle Marx, apenas as ninféias [*N. caerulea*]. A introdução dessa espécie juntamente com o flamboyant [*D. regia*], o ipê-rosa [*T. impetiginosa*] e a cássia-grande [*C. grandis*], ao invés das palmeiras sugeridas por Burle Marx como a mumbaca [*A. gynacanthum*], o jaurari [*A. jauari*], o açaí [*E. edulis*], a bacaba [*O. bacaba*] e o uricuri [*S. coronata*], vem acarretando cada vez mais a descaracterização da paisagem, no caso, a paisagem amazônica.



Fig. 48: Vista parcial do lago dedicado às espécies da Amazônia, segunda parte da praça, 1940. Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco in Silva, 2010.



Fig. 49: Vista parcial do lago dedicado às espécies da Amazônia, segunda parte da praça, 2011. Fonte: arquivo do autor.

Para o lago de plantas exóticas, terceira parte do jardim [Figs. 50 e 51], a intenção de Burle Marx foi valorizar o espelho d'água com a introdução de ninféias [*N. caerulea*] e nas jardineiras espécies como o lótus [*N. nucifera*], a alpinia [*Alpinia* sp.] e o copo-de-leite [*Z. aethiopica*]. Hoje, pode-se ver um aningal estabelecido nas caixas de fixação das ninféias criando uma barreira visual e que, além de tudo, é uma espécie nativa. Associada a estas espécies foi introduzido a salvínia [*S. auriculata*] que reveste a maior parte do espelho d'água. No que se refere a espécies arbóreas indivíduos de carne-de-vaca [*R. brasiliensis*], pau-brasil [*C. echinata*], pau-ferro [*C. ferrea*] e sibipiruna [*C. peltophoroides*], que são espécies nativas, contribuem para a descaracterização de uma jardim concebido como exótico.



Fig. 50: Vista parcial do lago de plantas exóticas, terceira parte da praça, 1938. Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco in Silva, 2010.



Fig. 51: Vista parcial do lago de plantas exóticas, terceira parte da praça, 2011. Fonte: arquivo do autor.

A descaracterização relatada acima já vinha sendo alertada há muito tempo e, um exemplo marcante disto é o depoimento do jardineiro Francisco Lins Cavalcanti no ano de 1998 ao *Jornal do Commercio*. Por ter trabalhado 36 anos na praça [1948-1984] o jardineiro conhecia bem a vegetação e na entrevista rela que:

“[...] Toda vez que Burle Marx visitava a Praça de Casa Forte mandava retirar elementos estranhos ao projeto original. Ele já mandou retirar muita árvore como os pés de flamboyant [...] em volta dos espelhos d’água o paisagista colocou pés de bastão-do-imperador espécie substituída por bastão-do-panamá e liconia”
[*Jornal do Commercio*, 22/09/1998].

Até hoje se percebe a introdução de espécies que não condizem com as especificadas por Burle Marx. Diante de tal constatação, o Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 2010, elaborou um plano de revitalização para a Praça de Casa Forte que abrangeu desde a erradicação de hemiparasitas, como é o caso da erva-de-passarinho representada pelas espécies *Phthirusa pyrifolia* e *Struthanthus syringifolius*, que já estavam acarretando a descaracterização da arquitetura das copas [Figs. 52 e 53], manejo de árvores com problemas fitossanitários, bem como a limpeza dos espelhos d’água e das jardineiras [Figs. 54 e 55].



Fig. 52: Indivíduo de felício [*F. decipiens*] com a copa totalmente coberta por erva-de-passarinho [*S. syringifolius*] na terceira parte da Praça de Casa Forte, 2010. Fonte: Acervo do autor.



Fig. 53: Manejo das ervas-de-passarinho dos indivíduos arbóreos na terceira parte da Praça de Casa Forte, 2010. Fonte: Acervo do autor.



Fig. 54: Indivíduo de flamboyant [*D. regia*] com tronco 'oco', 2011. Fonte: Acervo do autor.



Fig. 55: Limpeza do espelho d'água e das jardineiras da primeira parte da praça, 2011. Fonte: Acervo do autor.

A escolha das espécies que foram plantadas na praça baseou-se nas indicações de Burle Marx, tanto em planta baixa quanto as que foram mencionadas pelo paisagista em seus discursos publicados nos jornais locais e conferências. As espécies indicadas foram o jatobá

[*Hymenaea* sp.], a cássia-grande [*Cassia grandis*], o ipê-rosa [*Tabebuia heterophylla*], o ipê-branco [*Zeyheria* sp.], a espatódea [*Spathodea campanulata*], o pau-mulato [*Calycophyllum spruceanum*] e o mulungu [*Erythrina velutina*].

Com as ações de reparação²¹ busca-se resgatar a ideia do paisagista, não só correlata à questão artística, mas além de tudo da função educativa, onde a população possa, assim como tantas vezes foi tornado público por Burle Marx, distinguir nossa flora da flora exótica e com isso despertar nela o amor pela planta.

O verde histórico da Praça Euclides da Cunha

A Praça Euclides da Cunha é um caso especial, de sua formação original restam alguns registros fotográficos e relatos de Burle Marx em jornais e em discursos bem como depoimentos de Joaquim Cardozo. A planta baixa da praça não foi encontrada nos arquivos da Prefeitura da Cidade do Recife nem no escritório de Burle Marx & Cia no Rio de Janeiro e consequentemente a lista da vegetação do projeto paisagístico também não.

No entanto, associando os achados florísticos mediante a fotointerpretação [Figs. 56 a 63] com as especificações feitas pelo paisagista²² foi possível chegar a um total de 13 espécies distribuídas em 10 gêneros e 6 famílias botânicas. Destas, 10 foram identificadas em nível específico, 2 em nível genérico e 1 a nível de família [Tabela 7], o que possibilitou o entendimento da distribuição espacial da vegetação feita por Burle Marx.

²¹ A reparação é entendida aqui como uma ação que unida a manutenção, a consolidação e com o reforço constituem, como é denominado pelo Manual de Intervenções em Jardins Históricos, um conjunto de ações que abarcam a conservação.

²² Ver página 58 e 59.



Fig. 56: Desenho de Burle Marx da Praça de Euclides da Cunha, 1935; Fonte: Jornal da Tarde, 1935.



1. Mandacaru
Cereus jamacaru



4. Xique-xique
Pilosocereus gounellei



2. Palmatória
Opuntia dillenii



3. Facheiro
Pilosocereus piauhyensis



5. Coroa-de-frade
Melocactus sp.

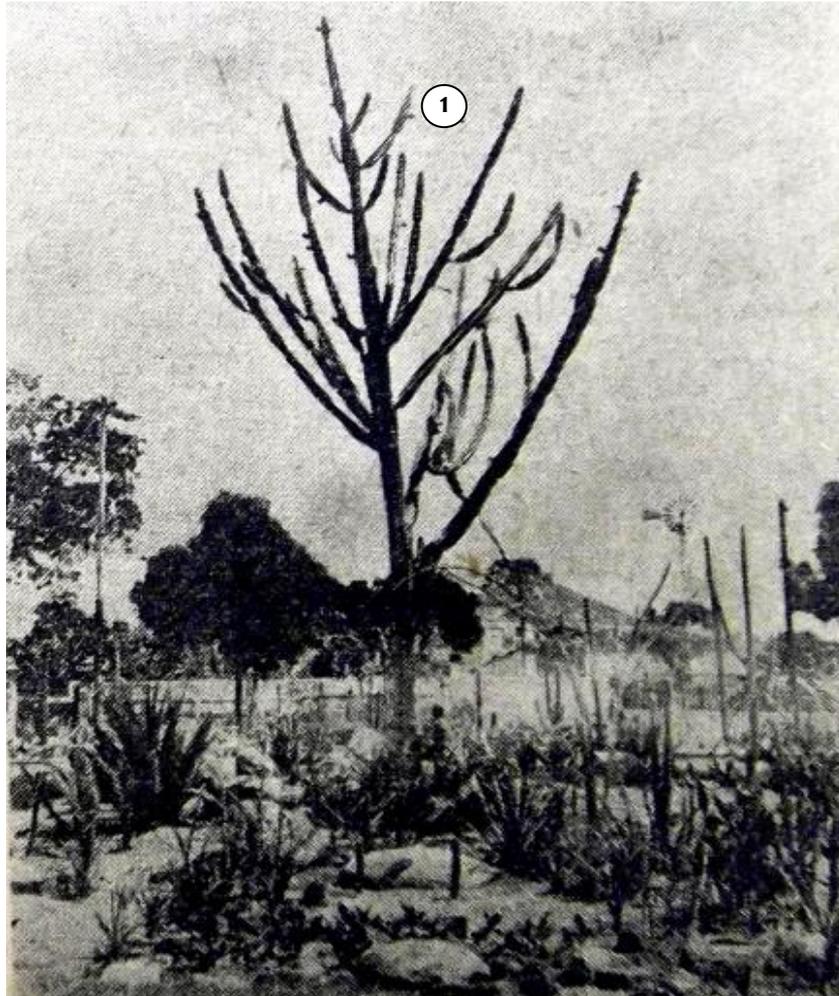
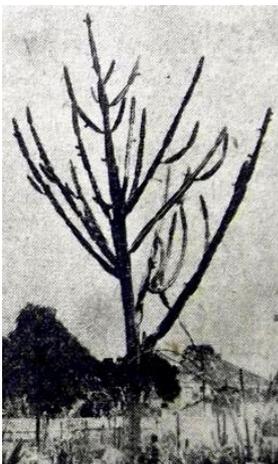


Fig. 57: Vista parcial do cactário da Praça Euclides da Cunha. Fonte: *Diário da Manhã*, 16 de fevereiro de 1936.



1. Mandacaru
Cereus jamacaru



Fig. 58: Vista parcial do cactário da Praça Euclides da Cunha. Fonte: *Revista Cidade Maravilhosa*, n.1, junho de 1936 in Silva, 2010.



1. Xique-xique
Pilosocereus gounellei



2. Quipá
Tacinga funalis



Fig. 59: Vista parcial do cactário da Praça Euclides da Cunha, s/d. Fonte: Fundação Joaquim Nabuco. Acervo do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.



◀
1. Mandacaru
Cereus jamacaru



◀
2. Macambira-de-flecha
Encholirium spectabile



◀
3. Xique-xique
Pilosocereus gounellei

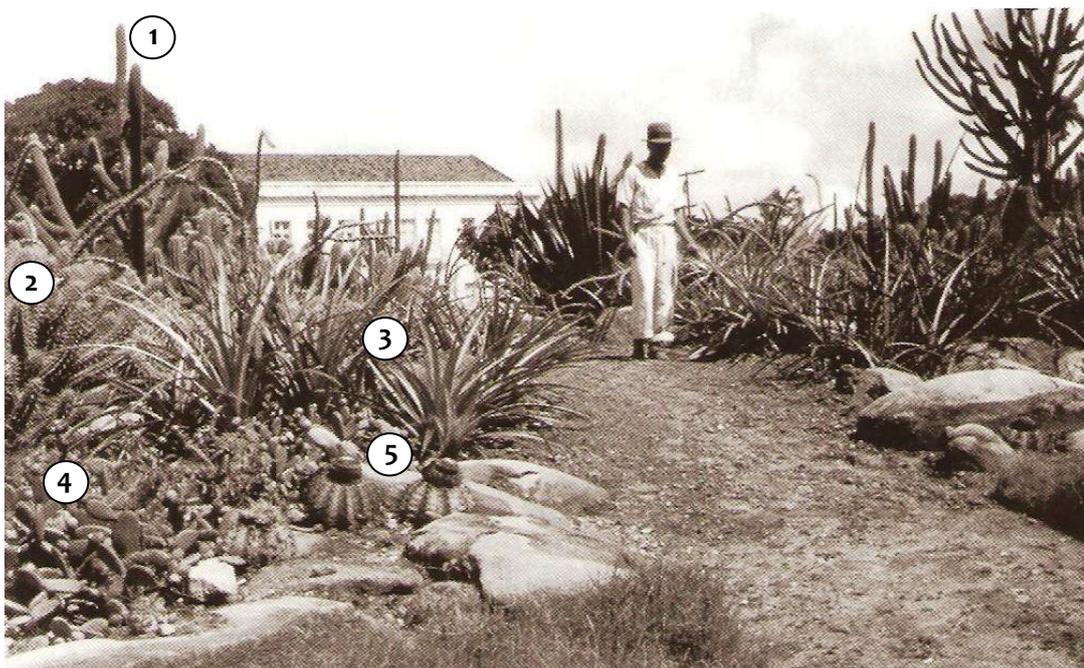


Fig. 60: Vista parcial do cactário da Praça Euclides da Cunha, s/d. Fonte: Acervo de Gilda Pina in Dourado, 2009.



1. Faceiro
Pilosocereus piauhyensis



2. Xique-xique
Pilosocereus gounellei



3. Macambira-de-cachorro
Bromelia laciniosa



4. Palmatória
Opuntia palmadora



5. Coroa-de-frade
Melocactus sp.

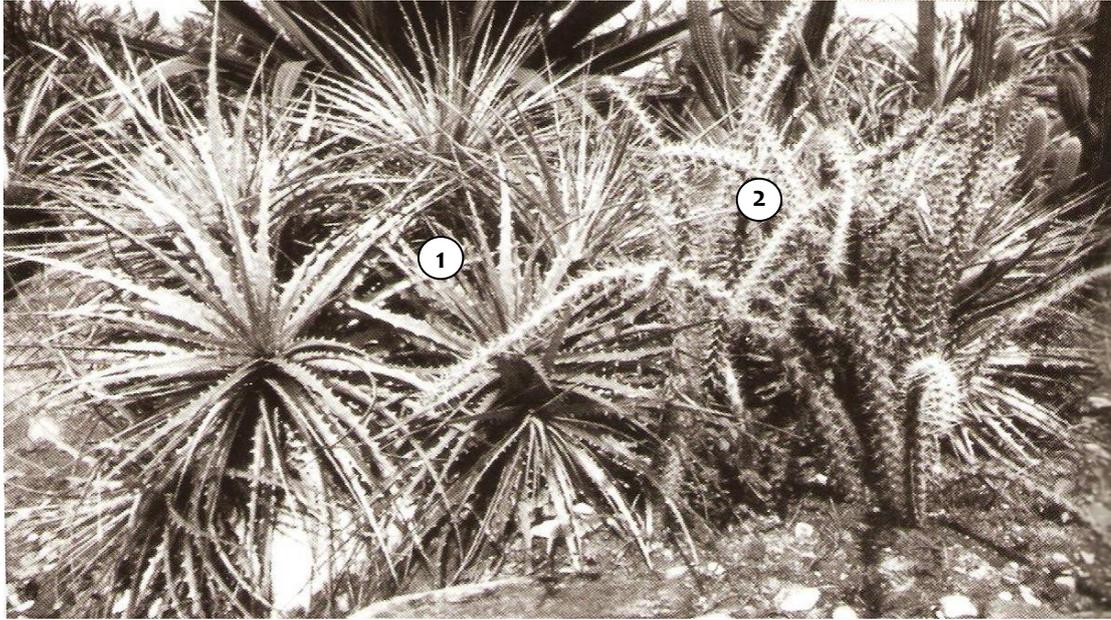
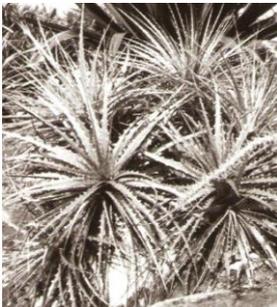


Fig. 61: Vista parcial do cactário da Praça Euclides da Cunha, 1957. Fonte: Acervo de Gilda Pina in Dourado, 2009.



1. Macambira-de-flecha
Encholirium spectabile



2. Quipá
Tacinga funalis

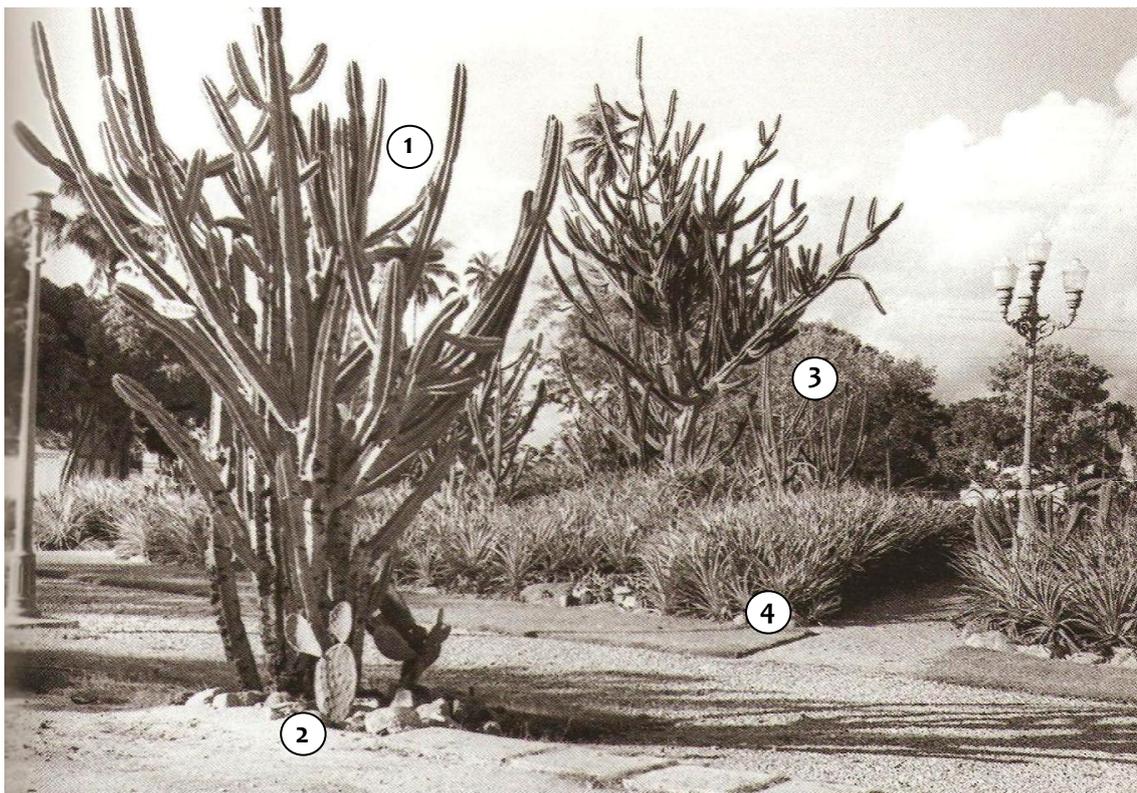


Fig. 62: Vista parcial do cactário da Praça Euclides da Cunha, 1957. Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Recife In Mafra, 2007.



1. Mandacaru
Cereus jamacaru



2. Palma
Opuntia dillenii



3. Faceiro
Pilosocereus piauhyensis



4. Macambira-de-cachorro
Bromelia laciniosa



Fig. 63: Vista parcial do cactário da Praça Euclides da Cunha, 1957. Fonte: Acervo de Gilda Pina in Dourado, 2009.



1. Quipá
Tacinga funalis

Tabela 7: Composição florística histórica da Praça Euclides da Cunha.

Nome Vernáculo	Nome Científico	Família	Domínio Fitogeográfico [#]
Macambira-de-cachorro	<i>Bromelia laciniosa</i>	Bromeliaceae	Caatinga
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Cactaceae	Caatinga; Cerrado
Macambira-de-flecha	<i>Encholirium spectabile</i>	Bromeliaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica
Euforbiáceas	Euphorbiaceae	Euphorbiaceae	-
Coroa-de-frade	<i>Melocactus</i> sp.	Cactaceae	-
Palma	<i>Opuntia dillenii</i>	Cactaceae	Caatinga; Mata Atlântica

[#] Base de dados da Lista de Espécies da Flora do Brasil/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Centro Nordeste de Informações sobre Plantas.

Continua...

Tabela 7. Continuação.

Nome Vernáculo	Nome Científico	Família	Domínio Fitogeográfico [#]
Palma	<i>Opuntia palmadora</i>	Cactaceae	Caatinga
Xique-xique	<i>Pilosocereus gounellei</i>	Cactaceae	Caatinga; Cerrado
Facheiro	<i>Pilosocereus piauhyensis</i>	Cactaceae	Caatinga
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	Anacardiaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica
Ipê	<i>Tabebuia</i> sp.	Bignoniaceae	-
Quipá	<i>Tacinga funalis</i>	Cactaceae	Caatinga
Joazeiro	<i>Ziziphus joazeiro</i>	Rhamnaceae	Caatinga

[#] Base de dados da Lista de Espécies da Flora do Brasil/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Centro Nordestino de Informações sobre Plantas.

Podemos observar ainda, na Tabela 7, que o quantitativo maior de espécies identificadas se refere, especificamente, ao canteiro central, fato esta consequência da valorização, por parte do observador, das espécies presentes no cactário, obviamente, por serem mais “diferentes”. As únicas espécies arbóreas como o joazeiro [*Z. joazeiro*], o umbuzeiro [*S. tuberosa*] e o ipê [*Tabebuia* sp.] foram mencionadas por Burle Marx, em entrevista.

Com o descaso do poder público, a Praça Euclides da Cunha entrou em processo de descaracterização. Conforme a arquiteta e urbanista Ana Rita Sá Carneiro, a vegetação arbórea que não fazia parte do projeto original²³ foi propagada por mendigos que comiam frutas e que usavam o local como abrigo e se estabilizaram no canteiro central, o que ocasionou sombreamento permanente resistindo até a década de 1980 [Sá Carneiro, 2009].

Face ao processo de descaracterização, uma parte da memória paisagística do Recife estava se perdendo. Frente a isso, a Prefeitura da Cidade do Recife junto ao Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco iniciaram em 2001 as discussões sobre o processo de restauração do jardim.

Na Tabela 8, podemos observar a composição florística da Praça Euclides da Cunha no ano de 2002, antes da restauração, onde das 18 espécies presentes na praça, 8 são exóticas e/ou não pertencentes ao domínio fitogeográfico da caatinga, correspondendo a 44,44% do total.

²³ Levando em consideração os desenhos de Burle Marx, seus discursos e fotografias de época.

Tabela 8: Composição florística da Praça Euclides da Cunha antes da restauração.

Nome Vernáculo	Nome Científico	Família	Domínio Fitogeográfico [#]
Macaíbeira	<i>Acrocomia intumescens</i> **	Arecaceae	Mata Atlântica
Pereiro	<i>Aspidosperma pyrifolium</i>	Apocynaceae	Caatinga; Cerrado
Caramboleira	<i>Averrhoa carambola</i> *	Oxalidaceae	Exótica
Jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i> var. <i>ferrea</i> *	Caesalpiniaceae	Caatinga
Catingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis</i> **	Caesalpiniaceae	Caatinga
Imbaúba	<i>Cecropia laetiviren</i> *	Cecropiaceae	Amazônia
Paineira	<i>Chorisia glaziovii</i> *	Bombacaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica
Imburana	<i>Commiphora leptophloeos</i> *	Burseraceae	Caatinga; Cerrado
Tamboril	<i>Enterolobium contortisiliquum</i> *	Mimosaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica
Palmeira-Filipina	<i>Livistona rotundifolia</i> **	Arecaceae	Exótica
Mangueira	<i>Mangifera indica</i> ***	Anacardiaceae	Exótica
Jurema-branca	<i>Mimosa artemisiana</i> *	Mimosaceae	Caatinga; Mata Atlântica
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i> *	Anacardiaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica
Acácia-mimosa	<i>Pithecellobium dulce</i> **	Mimosaceae	Caatinga; Amazônia; Mata Atlântica
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i> **	Myrtaceae	Caatinga; Amazônia; Mata Atlântica; Cerrado
Palmeira-imperial	<i>Roystonea oleracea</i> *	Arecaceae	Exótica
Azeitoneira	<i>Syzygium jambolanum</i> **	Myrtaceae	Exótica
Ipê-roxo	<i>Tabebuia impetiginosa</i> ***	Bignoniaceae	Caatinga; Amazônia; Cerrado; Pantanal; Mata Atlântica
Juazeiro	<i>Ziziphus joazeiro</i> ***	Rhamnaceae	Caatinga

*Espécie presente fora do cactário; **Espécie presente dentro do cactário; ***Espécie presente dentro e fora do cactário. Fonte: Laboratório da Paisagem - Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife, 2011.

O projeto de restauração da Praça Euclides da Cunha fundamentou-se na Carta de Florença [1981], em pesquisas detalhadas da historiografia da praça, iconografias e entrevistas com pessoas envolvidas com o assunto, bem como uma pesquisa minuciosa da vegetação da caatinga, tendo em vista seu futuro reconhecimento como jardim histórico [Sá Carneiro, 2009]. A restauração teve início em julho de 2003 e foi concluída em maio de 2004.

A vegetação da caatinga introduzida na execução do projeto de restauração foi proveniente da sementeira da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, localizada no sertão do estado de Alagoas [Sá Carneiro e Mesquita, 2003]. O estudo da vegetação foi o aspecto principal no qual se debruçou a arquiteta Liana Mesquita, em estudo minucioso das espécies da caatinga [Sá Carneiro, 2009]. Na Tabela 9 pode-se ver a composição florística da Praça Eucli-

des da Cunha ao final da restauração, representada por 28 espécies, 24 gêneros e 15 famílias botânicas. Destas espécies 4 são exóticas.

Tabela 9: Composição florística da Praça Euclides ao final da restauração.

Nome Vernáculo	Nome Científico	Família	Domínio Fitogeográfico [#]
Macaibeira	<i>Acrocomia intumescens</i>	Arecaceae	Mata Atlântica
Pereiro	<i>Aspidosperma pyriforme</i>	Apocynaceae	Caatinga; Cerrado
Caramboleira	<i>Averrhoa carambola</i>	Oxalidaceae	Exótica
Mororó	<i>Bauhinia forficata</i>	Caesalpinaceae	Caatinga; Mata Atlântica
Macambira-de-cachorro	<i>Bromelia laciniosa</i>	Bromeliaceae	Caatinga
Jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i> var. <i>ferrea</i>	Caesalpinaceae	Caatinga
Catingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis</i>	Caesalpinaceae	Caatinga
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Cactaceae	Caatinga; Cerrado
Jurema	<i>Chloroleucon tortum</i>	Mimosaceae	Mata Atlântica
Paineira	<i>Chorisia glaziovii</i>	Bombacaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica
Macambira-de-fleche	<i>Encholirium spectabile</i>	Bromeliaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica
Tamboril	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Mimosaceae	Caatinga; Mata Atlântica; Cerrado
Mulungu	<i>Erythrina velutina</i>	Fabaceae	Caatinga; Amazônia, Cerrado; Mata Atlântica
Palmeira-filipina	<i>Livistona rotundifolia</i>	Arecaceae	Exótica
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae	Exótica
Bom-nome	<i>Maytenus rigida</i>	Celastraceae	Caatinga; Cerrado
Coroa-de-frade	<i>Melocactus bahiensis</i>	Cactaceae	Caatinga; Cerrado
Jurema-branca	<i>Mimosa artemisiana</i>	Mimosaceae	Caatinga; Mata Atlântica
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Anacardiaceae	Caatinga; Cerrado; Mata Atlântica
Palma	<i>Opuntia palmadora</i>	Cactaceae	Caatinga
Xique-xique	<i>Pilosocereus gounellei</i>	Cactaceae	Caatinga; Cerrado
Facheiro	<i>Pilosocereus piauhyensis</i>	Cactaceae	Caatinga
Palmeira-imperial	<i>Roystonea oleracea</i>	Arecaceae	Exótica
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	Anacardiaceae	Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica
Craibeira	<i>Tabebuia aurea</i>	Bignoniaceae	Caatinga; Amazônia; Cerrado; Mata Atlântica; Pantanal

[#] Base de dados da Lista de Espécies da Flora do Brasil/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Centro Nordestino de Informações sobre Plantas.

Continua...

Tabela 9. Continuação.

Nome Vernáculo	Nome Científico	Família	Domínio Fitogeográfico [#]
Ipê-rosa	<i>Tabebuia impetiginosa</i>	Bignoniaceae	Amazônia; Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica; Pantanal
Quipá	<i>Tacinga funalis</i>	Cactaceae	Caatinga
Joazeiro	<i>Zizyphus joazeiro</i>	Rhamnaceae	Caatinga

Base de dados da Lista de Espécies da Flora do Brasil/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Centro Nordeste de Informações sobre Plantas.

Com o passar do tempo e por falta de uma manutenção contínua algumas espécies não conseguiram se estabelecer, por ser uma praça diferenciada já que a vegetação predominante – espécies da caatinga-, não condiz com as condições edafoclimáticas da região. Na Tabela 10 apresenta-se a composição florística da Praça Euclides da Cunha no ano de 2011 representada por 24 espécies, 20 gêneros e 13 famílias botânicas. A distribuição espacial dos indivíduos de cada espécie pode ser vista na Figura 64.

Tabela 10: Composição florística da Praça Euclides da Cunha em 2011.

Nome Vernáculo	Nome Científico	Família
Macaibeira	<i>Acrocomia intumescens</i>	Arecaceae
Pereiro	<i>Aspidosperma pyriforme</i>	Apocynaceae
Caramboleira	<i>Averrhoa carambola</i>	Oxalidaceae
Macambira-de-cachorro	<i>Bromelia laciniosa</i>	Bromeliaceae
Jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i> var. <i>ferrea</i>	Caesalpiniaceae
Catingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis</i>	Caesalpiniaceae
Mandacaru	<i>Cereus jamacaru</i>	Cactaceae
Jurema	<i>Chloroleucon tortum</i>	Mimosaceae
Paineira	<i>Chorisia glaziovii</i>	Bombacaceae
Macambira-de-fleche	<i>Encholirium spectabile</i>	Bromeliaceae
Tamboril	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	Mimosaceae
Mulungu	<i>Erythrina velutina</i>	Fabaceae
Candelabro	<i>Euphorbia lactea</i>	Euphorbiaceae
Palmeira-filipina	<i>Livistona rotundifolia</i>	Arecaceae
Mangueira	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae
Jurema-branca	<i>Mimosa artemisiana</i>	Mimosaceae
Palma	<i>Opuntia palmadora</i>	Cactaceae
Xique-xique	<i>Pilosocereus gounellei</i>	Cactaceae
Facheiro	<i>Pilosocereus piauhyensis</i>	Cactaceae
Palmeira-imperial	<i>Roystonea oleracea</i>	Arecaceae
Umbuzeiro	<i>Spondias tuberosa</i>	Anacardiaceae
Craibeira	<i>Tabebuia aurea</i>	Bignoniaceae
Ipê-rosa	<i>Tabebuia impetiginosa</i>	Bignoniaceae
Joazeiro	<i>Zizyphus joazeiro</i>	Rhamnaceae

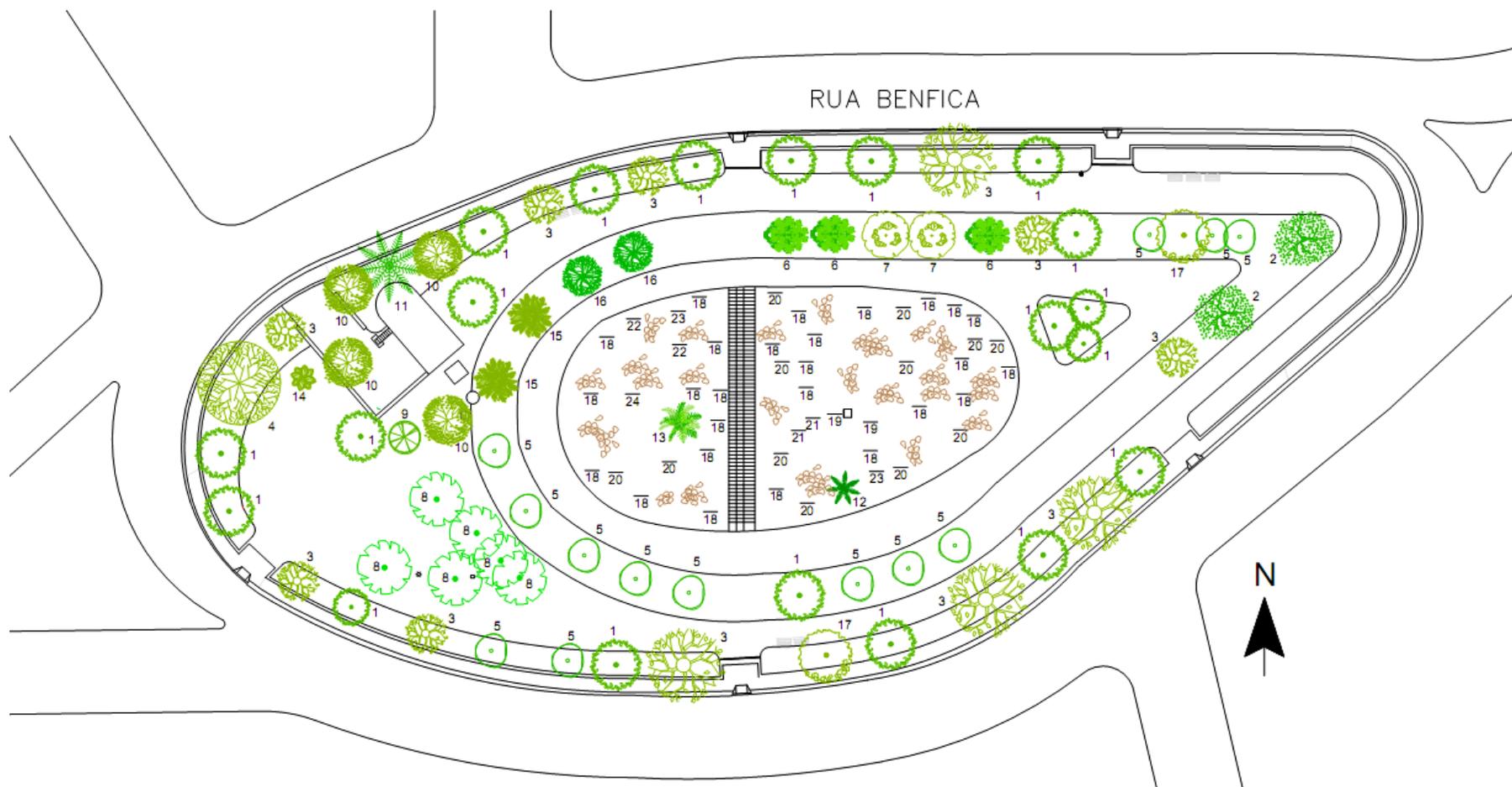


Fig. 64: Planta baixa da Praça Euclides da Cunha onde pode-se ver a distribuição espacial dos indivíduos de cada espécie.

Especificação

- | | | | | | | |
|--------------|-------------------|---------------|-------------------------|----------------|---------------------------|----------------|
| 1. Ipê-rosa | 2. Mulungu | 3. Jucá | 4. Tamboril | 5. Catingueira | 6. Joazeiro | 7. Umbuzeiro |
| 8. Craibeira | 9. Caramboleira | 10. Mangueira | 11. Palmeira-imperial | 12. Macaibeira | 13. Palmeira-filipina | 14. Pereiro |
| 15. Jurema | 16. Jurema-branca | 17. Paineira | 18. Macambira-de-fleche | 19. Mandacaru | 20. Macambira-de-cachorro | 21. Candelabro |
| 22. Palma | 23. Xique-xique | 24. Facheiro | | | | |

Confrontando a composição florística da Praça Euclides da Cunha, conforme as especificações de Burle Marx e da identificação da vegetação a partir da fotointerpretação [Tabela 7] com o inventário atual pôde-se constatar que espécies da Família Euphorbiaceae bem como, a coroa-de-frade [*M. bahiensis*] e o quipá [*T. funalis*] não estão presentes na praça, no entanto, com exceção das espécies de Euphorbiaceae, a coroa-de-frade e o quipá foram introduzidos no momento da restauração, mas que por problemas de manutenção, principalmente correlata a drenagem da água do cactário, não resistiram. A única espécie de Euphorbiaceae presente na praça hoje é o candelabro [*E. lactea*] proveniente da Índia.

Espécies como o ipê-rosa [*T. impetiginosa*], o pereiro [*A. pyrifolium*], a paineira [*C. glaziovii*], o jucá [*C. ferrea* var. *ferrea*], a jurema-branca [*M. artemisiana*] e o tamboril [*E. contortisiliquum*] já se encontravam na praça, antes da restauração, e possuíam porte adulto. Outras como a catingueira [*C. pyramidalis*], a jurema [*C. tortum*], o mulungu [*E. velutina*] e a craibeira [*T. aurea*] foram introduzidas, no momento da restauração e mesmo não tendo sido especificados por Burle Marx, são espécies típicas da região da caatinga e que fazem parte da paisagem sertaneja.

Hoje, ao contemplar a Praça Euclides da Cunha em sua totalidade percebe-se claramente a mensagem que Burle Marx deixou, em 1935, para Pernambuco que foi doar um jardim em que se achem aliadas a higiene e a arte, ao par da educação e cultura.

4

A Conservação do jardim histórico

El Jardín [...] Nunca es estático, su incesante metamorfosis nos acompaña en los infinitos ciclos de la vida. La misma esencia del material vegetal radica en su versatilidad y cambio. Arte temporal por antonomasia, crea situaciones en continuo cambio. Se modifica a la naturaleza dándole el sentido y el orden necesarios para una sociedad y una circunstancia, pero esa modificación siempre será parcial porque en el arte del jardín lo que se impone es la naturaleza con su orden inmanente. Los jardines son irrepetibles en exactas situaciones por depender de los ciclos naturales. Crecen, maduran y mueren a la par del hombre²⁴.

Jardim, uma criação dinâmica e complexa

Diante das palavras supracitadas da historiadora Sonia Berjman, especialista em jardins históricos, fica claro que um jardim é dinâmico e complexo. De todas as suas características a que se evidencia é a delicadeza inerente ao seu material, o vegetal, desta forma podemos dizer que um jardim se trata de um patrimônio frágil.

Construídos por materiais vivos, os jardins são criados para o futuro. De acordo com a paisagista Carmen Añón Feliú “o artista criou o jardim em determinada época, que foi depois mudado e transformado. Uma ação que converte o tempo em elemento criativo” [Añón-

²⁴ Sonia Berjman 2001: 5.

Feliú, 1994: 221]²⁵, o que significa dizer que “hoy son de un modo a la mañana y de otro a la tarde, de un modo en verano y de otro en invierno... y ¿mañana o dentro de 5 meses?... no lo sabemos” [Berjman, 2001:5]. Tais características tornam o jardim uma arte complexa e entendê-las é de fundamental importância para ações de conservação. Por tudo isso, considera-se que o jardim é “obra de arte + ciencia + técnica. Pero lo natural no se agota en lo verde. Incluye también relaciones y significados que hacen a la esencia de lo humano” [Berjman, 2001:5].

São pelas características acima citadas que o jardim histórico é considerado pela Carta de Florença como sendo “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado um monumento. O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é essencialmente vegetal e, por isso, vivo, perecível e renovável” [1981:Arts. 1 e 2]. O passar do tempo não é, para o jardim, uma degradação, mas um processo normal e, sua ocorrência se revela na dinâmica própria de sua evolução [Leenhardt, 2008], uma vez que, o jardim difere da arquitetura, pois, não é uma obra acabada. Mesmo os elementos físicos, como o seu solo/subsolo e hidrografia, também passam por mudanças graduais relacionadas ao ciclo de evolução.

Arte temporal por excelência, o jardim como vimos nunca é estático e está em constantes modificações porque a natureza se impõe com sua ordem. Por se tratar de seres vivos, os jardins, foram projetados e construídos como propostas para o futuro e desta forma, essa obra de arte só se materializa por meio das ciências que tratam da vegetação e de seu desenvolvimento seja a botânica, a ciência do solo e do meio ambiente, contudo, para que isso se concretize os profissionais habilitados nas técnicas de conservação precisam possuir um conhecimento multidisciplinar.

Conquistado o reconhecimento de ser uma arte autônoma, é na sua vinculação com a edificação e com a cidade que o jardim como obra de arte consolida suas qualidades estéticas e seu valor de existência. Este vínculo cultura/natureza, cidade/jardim, subtrai da compreensão de jardim a ideia de mimese da natureza, porque o situa no espaço das relações com a arte de cada época [Sá Carneiro et al., 2011].

²⁵ Tradução feita pelo autor de: “*Nous avons vu comment l’artiste créateur du jardin a fournit au temps la matière que celui-ci a ensuite modifié et transformé. Une action qui convertit le temps en élément créateur*”.

Entendido como objeto cultural, o jardim também constitui um arquivo vivo que garante a permanência de construções materiais e vegetais [Garcia, 2002]. Segundo esse entendimento e uma vez identificadas as características artísticas, históricas e culturais, o jardim adquire a conotação de bem cultural, e posteriormente, identificados os valores patrimoniais passa a ser jardim histórico, um monumento, como especificado na Carta de Florença de 1981 e na Carta de Juiz de Fora de 2010.

O sentido de monumento conferido ao jardim foi sugerido inicialmente durante a reunião de trabalho em Brujas, em 1971, por Jacques Reybroeck, então diretor da Administração do Patrimônio da Comunidade Francesa na Bélgica, de modo a garantir que o jardim histórico se beneficiasse das mesmas leis de proteção dos monumentos [Lummem, 2001].

O monumento é considerado por Françoise Choay como “tudo aquilo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” [Choay, 2006: 18]. Para Alois Riegl, o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada à priori, de forma imediata enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é construído a posteriori, pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte [Riegl, 2006].

Diante do que foi elucidado e discutido sobre a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha desde a sua criação até os dias atuais, ou seja, a dinâmica desses jardins, podemos afirmar que dentre as definições para jardim histórico, a elaborada pelo arquiteto mexicano Géza Hajos em ‘Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites’ onde tece críticas sobre a Carta de Florença parece apropriada, para o referido autor “jardín histórico es un monumento, una obra creada con construcción y material vegetal, es una concentración artificial y artística de un paisaje cultural” [2001:4].

A categoria de jardim histórico se fortalece-se ainda mais com a introdução do conceito de paisagem cultural no âmbito do patrimônio histórico-cultural na reunião do Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO em 1992. No referido documento, o jardim está na categoria de paisagens culturais criadas, intencionalmente, pelo homem. Com essa categoria de patrimônio cultural, os jardins históricos parecem ter encontrado maior respaldo para sua preservação diante do crescimento e adensamento acelerado das cidades [Sá Carneiro et al., 2011].

O termo preservação engloba todas as ações que visam a salvaguardar bens culturais identificados, classificados ou protegidos. Segundo a Carta de Nairobi [1976], a preservação deve significar a identificação, proteção, conservação, restauração, renovação, manutenção e revitalização, ou seja, todas as operações necessárias à defesa e salvaguarda de um bem.

A conservação da vegetação do jardim histórico, garantia da permanência do valor botânico e da autenticidade

Entendendo que um jardim histórico é um monumento, ou melhor dizendo, um monumento vivo, a questão da conservação torna-se algo prioritário. As Cartas Patrimoniais que trazem a luz essa questão são a Carta de Veneza [1964], a Carta de Burra [1980] e a Carta de Florença [1981].

A Carta de Florença, relativa à proteção dos jardins históricos é uma complementação da Carta de Veneza, porém, em ambas, a questão da conservação é tratada de maneira pontual que se resume a ações sem uma definição clara para o verbete. No entanto, é com a Carta de Burra que temos um maior entendimento da conservação de bens patrimoniais bem como suas ações.

“O termo conservação designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e existências práticas. [...] O objetivo da conservação é preservar a significação cultural de um bem; ela deve implicar medidas de segurança e manutenção, assim como disposições que prevejam sua futura destinação. [...] A conservação se baseia no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente” [Carta de Burra, 1980: Art. 1; 2 e 3; Grifo nosso].

Para se manter a significação cultural, no caso do jardim, deve-se observar as características que identificam suas transformações e modificações que, inevitavelmente, o jardim sofre ao longo de sua história, ou seja, a dinâmica do jardim, isso refletirá na fisionomia, no espírito de uma época, na cultura, no gosto e na sensibilidade de quem o criou.

No ano de 2010 foi publicada a Carta dos Jardins Históricos Brasileiros, dita Carta de Juiz de Fora que estabelece definições, diretrizes e critérios de defesa e salvaguarda de nossos jardins. Na referida carta, a conservação é considerada uma operação que junto com a restauração, renovação, manutenção e revitalização caracterizam a preservação. De igual modo às Cartas de Veneza e Florença e a de Juiz de Fora também não se detém a um entendimento da teoria da conservação.

Para que se garanta a conservação de um jardim é necessário o empenho constante, de tal forma que esforços sejam direcionados no sentido de acompanhar sua natural transformação. Esse empenho há de ser tanto maior quanto mais o jardim em questão seja artificial. Essa artificialidade diz respeito às diferenças existentes entre as características locais naturais, determinadas pelo clima, solo, relevo e vegetação potencial [De Angelis e De Angelis Neto, 2004], como é o caso da Praça de Casa Forte, pelas espécies exóticas e amazônicas e da Praça Euclides da Cunha diante da vegetação da caatinga introduzida em uma área de domínio atlântico.

O arquiteto mexicano e estudioso de jardins históricos Raúl Raya García considera a conservação como uma operação prática que visa prolongar a vida do jardim com o mínimo de intervenção, inclui a aplicação de conhecimentos científicos e que requer sensibilidade e critérios necessários para avaliar o significado histórico, bem como entender os valores estéticos e a projeção do significado social do jardim e é necessário compreender a intenção da obra [García, 2002].

“Así pues, la conservación debe significar la investigación in situ, para la selección de acciones tomadas para conocer la naturaleza y propiedades de la materia vegetal así como las causas de su deterioro y alteración. [García, 2002: 53; Grifo nosso]. “En el caso de las arquitecturas vegetales históricas, son elementos en continua transformación programada en el tiempo, que debe resolver los problemas de atribución y nuevas funciones en la vegetación que permita la evocación más cercana a la obra original” [Scazzosi, 1999 apud García, 2002: 55; Grifo nosso].

Desta forma, a conservação de um jardim histórico depende da combinação de vários itens, um deles é o verde histórico, que caracterizam sua complexidade, envolvendo aspectos materiais e imateriais. Para que esta conservação seja exercida faz-se necessário conhecer detalhadamente os componentes do jardim através da identificação dos atributos seguida do reconhecimento dos valores patrimoniais [Sá Carneiro *et al.*, 2011].

Os valores patrimoniais surgem de consensos, acordos entre os homens, sendo uma categoria histórica, porque estão atrelados a fatos em que pesam o tempo e o espaço, encerrando em si, certa vivência [Cannor, 1994 *apud* Sá Carneiro *et al.*, 2011]. Ao relacionar o conteúdo do valor à evolução histórica, Aloïs Riegl afirma que o pensamento evolutivo constitui o núcleo da concepção moderna o que denota que os valores não são estáticos nem imutáveis até mesmo porque a vida produz constantemente novos estímulos e conseqüentemente os valores mudam [Riegl, 2006].

No que se refere ao jardim histórico como bem patrimonial os valores são gerados a partir da relação intrínseca com o contexto histórico no qual ele foi produzido. O conjunto dos valores atribuídos confere a significância cultural, ou seja, a relevância completa do jardim [Sá Carneiro *et al.*, 2011]. De acordo com Aloïs Riegl [2006] os valores culturais dos monumentos edificados são inicialmente o histórico e o artístico. Contudo, quando se fala em jardim, a esses valores juntam-se o ecológico e o botânico. No âmbito do patrimônio histórico e cultural valores como educativo, social, ecológico e espiritual, que envolve a população, são referenciados em trabalhos científicos [Sá Carneiro *et al.*, 2011].

A partir do ‘Inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife’, concluído em 2008 pelo Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco, surge a discussão e a preocupação entre os pesquisadores do laboratório de registrar a valoração de um jardim monumento – no caso, os seis jardins de Burle Marx que estão em processo de tombamento. Os valores de tais jardins reconhecidos até o momento são: o histórico, o arquitetônico, o artístico, o ecológico, o social e o espiritual e que foram discutidos no artigo “*The complexity of historic garden life conservation*”²⁶.

²⁶ Publicado no 6º Seminário Internacional sobre Conservação Urbana: medindo o Desempenho da Conservação Patrimonial, em 2011 de autoria de Ana Rita Sá Carneiro; Joelmir Marques da Silva, Lúcia Maria de Siqueira Veras e Aline de Figueirôa Silva.

Considerando a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha, que estão em processo de tombamento, para se tornarem bens patrimoniais na categoria de jardim histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, podemos identificar suas características, quer seja da sua origem ou de períodos posteriores advindos de suas transformações, e obter de sua fisionomia seus atributos, sejam naturais ou construídos.

Estes atributos só podem ser identificados mediante os sentidos, aparência de sua forma, da cor e da textura e podem ser reunidos em três categorias, a saber: física, onde se encontram as características do solo, do relevo, dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; biológica, composta pela cobertura vegetal e pela fauna e onde o homem também está inserido, e a antrópica, elementos resultantes da ação humana, portanto, relacionados com os aspectos econômicos, sociais, culturais, históricos e políticos [Sá Carneiro e Silva, 2009]. Desta maneira, para identificar os atributos da vegetação da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha a categoria aqui adotada foi a biológica, mas especificamente a vegetação.

Tomando por base o verde histórico da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha, bem como os princípios projetuais de Burle Marx para tais praças – higiene, educação e arte -, pôde-se identificar um conjunto de dez atributos da vegetação que caracterizam o valor botânico [Tabela 11].

Tabela 11: Atributos da vegetação presente na Praça de Casa Forte e na Praça Euclides da Cunha.

Atributos	Praça de Casa Forte	Praça Euclides da Cunha
Espécies com copas e troncos simétricos	X	-
Espécies com folhagem exuberante	X	X
Espécies com floração intensa	X	X
Grupos de espécies que denotam contraste de cores	X	X
Agrupamentos de indivíduos de mesma espécie	X	X
Representação de ecossistemas	X	X
Diversidade de espécies nativas	X	X
Diversidade de espécies exóticas	X	-
Relação ecológica entre as espécies	X	X
Espécies remotas da criação do jardim	X	X

Os atributos referentes a ‘espécies com copas e troncos simétricos; ‘espécies com folhagem exuberante’; ‘espécies com floração intensa’; ‘grupos de espécies que denotam contrastes de cores’ e ‘agrupamentos de indivíduos de mesma espécie’ foram verificados nas intenções projetuais de Burle Marx, destacando espécies como pau-rei [*B. brasiliensis*], paululato [*C. spruceanum*], pau-teca [*T. grandis*], flamboyant [*D. regia*], felício [*F. decipiens*], rosedá [*L. indica*], aninga [*M. linifera*], caládio [*C. bicolor*], ninféias [*Nymphaea* sp.], vitória-régia [*V. amazonica*] e espatódea [*S. campanulata*] para a Praça de Casa Forte e do ipê [*Tabebuia* sp.], jucá [*C. ferrea* var. *ferrea*], mandacaru [*C. jamacaru*], xique-xique [*P. gounellei*] e facheiro [*P. piauhyensis*] para a Praça Euclides da Cunha, para conferir o caráter arquitetônico, estético e tropical do jardim. Com exceção do pau-teca, do caládio, da vitória-régia e da espatódea as demais espécies estão presentes nas referidas praças.

Para o atributo ‘representação de ecossistemas’ levou-se em consideração a reprodução do ecossistema amazônico na segunda parte da Praça de Casa Forte e do ecossistema da caatinga na Praça Euclides da Cunha. Já o atributo ‘diversidade de espécies nativas’ foi obtido a partir da vegetação da primeira e segunda parte da Praça de Casa Forte e da Praça Euclides da Cunha em sua totalidade; o atributo ‘diversidade de espécies exóticas’ atrela-se à terceira parte da Praça de Casa Forte.

A intenção de Burle Marx em respeitar as exigências ecológicas de cada espécie em prol da condição artística que um jardim exige foi a base para determinar o atributo ‘relação ecológica entre as espécies’.

No que se refere ao atributo ‘espécies remotas da criação do jardim’ deve-se as espécies como pau-rei [*B. brasiliensis*], felício [*F. decipiens*] andiroba [*C. guianensis*] para a Praça de Casa Forte e do jucá [*C. ferrea*], paineira [*C. glaziovii*], tamboril [*E. contortisiliquum*] para a Praça Euclides da Cunha.

Em momentos anteriores, o acréscimo de espécies vegetais que não faziam parte do projeto original ou que estavam plantadas em locais que não foram indicados por Burle Marx, desvalorizou a Praça de Casa Forte e a Praça Euclides da Cunha implicando na perda de alguns atributos como, por exemplo, a ‘relação ecológica entre as espécies’; ‘grupos de espécies que denotam contrastes de cores’; ‘agrupamentos de indivíduos de mesma espécie’ e ‘representação de ecossistemas’. Essa situação foi revertida com as constantes ações de manutenção na Praça de Casa Forte e com a restauração da Praça Euclides da Cunha.

Na Praça de Casa Forte houve o manejo de alguns indivíduos arbóreos com problemas fitossanitários e que, por coincidência, representavam espécies que não faziam parte do projeto original e/ou mesmo tendo sido especificada por Burle Marx estavam plantadas em local errado. Esses indivíduos foram substituídos por espécies indicadas pelo paisagista²⁷ [Figs. 65 e 66].



Fig. 65: Corte de indivíduo de sombreiro [*C. fairchildiana*] na primeira parte da Praça de Casa Forte, 2011. Fonte: Acervo do autor.



Fig. 66: Plantio de espécies na primeira parte da Praça de Casa Forte, 2011; neste caso dois indivíduos de cássia – grade [*C. grandis*]. Fonte: Acervo do autor.

Outro momento importante foi a limpeza do espelho d'água da primeira parte da praça, onde houve o manejo de espécies herbáceas, aquáticas e terrestres. As espécies que não faziam parte do projeto original foram erradicadas do local seguindo as indicações dos estudos da equipe do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco [Figs. 67 e 68].

²⁷ Ver página 79 e 80.



Fig. 67: Uma das caixas de fixação das vitória-régias [*V. amazonica*] no espelho d'água da primeira parte da Praça de Casa Forte com presença de salvinia [*S. auriculata*], 2011. Fonte: Acervo do autor.



Fig. 68: Limpeza e manejo da vegetação do espelho d'água da primeira parte da Praça de Casa Forte, 2011. Fonte: Acervo do autor.

Na Praça Euclides da Cunha a restauração seguiu os postulados da Carta de Florença. O estudo da vegetação consubstanciou os fundamentos científicos para justificar a restauração do projeto original da praça. A base do projeto partiu da observação *in loco* comparando-se com os desenhos de Burle Marx de 1935. Assim, foi possível constatar vestígios dos canteiros gramados com exemplares de espécies da caatinga, da escultura do vaqueiro e das rochas que compunham o canteiro central onde ficavam indivíduos de espécies pertencentes às Famílias Cactaceae, Bromeliaceae e Euphorbiaceae bem como, os bancos em concreto, os menores e um maior de forma ondulada. Em seguida houve a interpretação mais detalhada dos desenhos que o paisagista realizou naquele momento, encontrados em arquivos e jornais [Sá Carneiro, 2009].

Para que as características do projeto original, ou seja, a paisagem da caatinga representada principalmente pela vegetação, voltassem à praça fez-se necessário o manejo de 25 árvores invasoras, algumas presentes no canteiro central e em sua maioria espécies frutíferas com problemas fitossanitários. Em seguida, ocorreu o plantio das espécies no canteiro central bem como a introdução de 48 indivíduos arbóreos da caatinga nos anéis gramados periféricos. Com as Figuras 69 e 70, pode-se fazer uma comparação do que Burle Marx idealizou para a Praça Euclides da Cunha com a situação após a restauração.

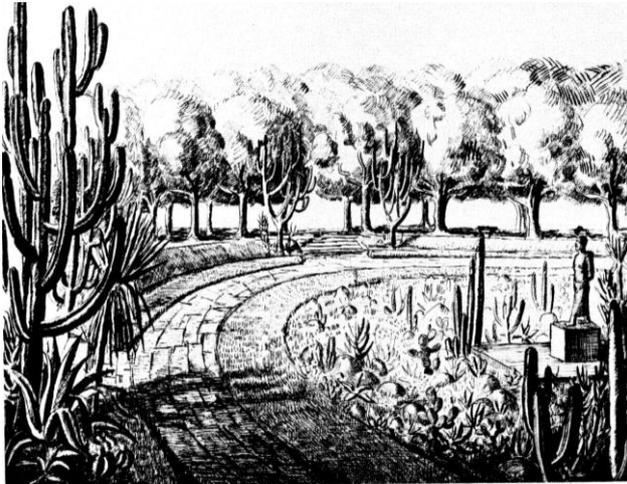


Fig. 69: Desenho de Burle Marx da Praça Euclides da Cunha, 1935. Fonte: Tabacow, 1987.



Fig. 70: Vista parcial da Praça Euclides da Cunha, após a restauração em 2004. Fonte: Acervo do Laboratório da Paisagem da Universidade Federal de Pernambuco.

As operações que foram empreendidas só foram possíveis mediante estudos aprofundados que contemplaram a coleta de vários documentos referente ao jardim e aos análogos, suscetível a assegurar o caráter científico do projeto.

Com a manutenção, mesmo que pontual, da vegetação na Praça de Casa Forte e, com a restauração da Praça Euclides da Cunha, que se configuram como ações de conservação, pôde-se resgatar a autenticidade da substância vegetal. Por autenticidade, objeto da Carta de Nara, entende-se a confirmação da permanência das características originais que sejam materiais de construção, traçado, mobiliário, vegetação e artefatos. Para a Carta de Florença, autenticidade diz respeito “tanto ao desenho e ao volume de partes quando ao seu decór ou a escolha de vegetais ou de minerais que os constituem” [Art. 9].

A especialista em jardins históricos, Carmen Añón Feliú, ao tratar da questão da autenticidade considera que, por ser o jardim um monumento vivo e por compreender que o tempo é um elemento estruturador do jardim, a autenticidade também diz respeito ao envelhecimento natural das espécies vegetais, de modo que o tempo também proporciona um valor à imagem presente no jardim [Añón-Feliú, 1994].

A imagem presente do jardim é o parâmetro, a referência da avaliação contínua relacionada às características originais e que exige conhecimento aprofundado de várias dimensões que o jardim envolve.

A partir das questões abordadas acima, pode-se entender que, enquanto a conscientização para a conservação e o respeito aos jardins for apenas uma abordagem conceitual e não uma prática cotidiana ainda teremos que vivenciar a descaracterização de obras importantes. Conforme Mário Quintana, “O que mata um jardim não é mesmo alguma ausência nem o abandono [...] o que mata um jardim é esse olhar vazio de quem por eles passa indiferente” [2007: 15]. Contudo, este estudo mostra que há uma necessidade emergente de viabilizar uma relação mais estreita com o campo da conservação, mas precisamente do componente vegetal diante da sua efemeridade.

A intenção é firmar a ideia de uma cultura paisagística que venha aperfeiçoar um esforço teórico e uma prática que rompam as resistências de um cotidiano urbano, sem memória e sem respeito aos jardins, entendidos aqui como um bem, que se constituem em elementos fundamentais para contarmos a história da paisagem onde vivemos.

AB'SÁBER, Aziz; MARIGO, Luiz Claudio. *Ecosistemas do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2006.

ANDRADE, Inês El-Jaick. Ruínas do Antigo Engenho Novo no Núcleo Histórico

Rodrigues Caldas da Colônia Juliano Moreira: pesquisa histórica e iconográfica. *Revista de história da arte e arqueologia*, São Pulo, v. s/n, n. 13, 2010.

ALMEIDA, Erika Audete; Sá carneiro, Ana Rita e Alves, Marccus Vunícus. Aspectos da história dos jardins botânicos no mundo e no Brasil: uma abordagem sobre o jardim botânico do Recife. *Revista Paisagem e Ambiente*, v. [s/v], n.12, p. 9-28, 1999.

AÑÓN-FELIÚ, Carmen. *Authenticité: Jardin et paysage*. Japon: UNESCO; ICCRON; ICOMOS, 1995.

ARAGÃO, Solange Moura Lima. *Ensaio sobre jardim*. São Paulo: Global, 2008.

BERJMAN, Sonia. El paisaje y el patrimonio. *Revista ICOMOS/UNESCO*, v. [s/v], n. [s/n], p. 1-11, 2001.

BERTRUY, Ramona Isabel Pérez. Preâmbulo. In: SÁ CARNEIRO, Ana Rita e BERTRUY, Ramona Isabel Pérez. *Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos*. Recife: Universitária UFPe, 2009. p. 323-339.

BEST, John W. *Como investigar em educación*. 2. ed. Madri: Morara S.a, 1972.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues. *Saneamento de Recife: descrição e relatórios*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional. 1943.

BURGER, Juliana Bandeira de Arruda. *A paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito: entre Santos e Recife*. 2008. 130f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

BYE, Robert. *Historia de los jardines botanicos: evolución de estilos, ideas y funciones*. Chapingo (Série Horticultura) 2:43-53. 1994.

CARDOZO, Joaquim. Jardins bonitos que o Recife possui. *Diario da Tarde*, Recife, 14 junho 1937.

_____. A Diretoria de Arquitetura e Urbanismo (DAU): Olhada de um ponto de vista atual. In: MACEDO, Danilo Matoso; SOBREIRA, Fabiano José Arcadio. *Forma e estética: Ensaio de Joaquim Cardozo sobre arquitetura e engenharia*. Brasília: Edições Câmara, 2009. p. 171-176. (Arte e cultura, n. 6).

CARTA DE VENEZA (1964). In: CURY, I. (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 91-96. Edições do Patrimônio.

CARTA DE BURRA (1980). In: CURY, I. (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 247-252. Edições do Patrimônio.

CARTA DE FLORENÇA (1981). In: CURY, I. (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 253-258. Edições do Patrimônio.

CARTA DE JUIZ DE FORA (2010). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. Edições do Patrimônio.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

COSTA, Luciana Santiago. *Lugares em Casa Forte: Onde residem as fortalezas dos lugares?* 2001. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

CRONQUIST, Arthur John. *The evolution and classification of flowering plants*. 2 ed., New York: The New York Botanical Garden, 1988.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Três, 1909.

CUNNINGHAM, Andrew. *The culture of gardens*. JARDINE, Nicholas; SECORD, Anne; SPARY, Emma. *Cultures of natural history*. Cambridge University Press, 1996, p. 38-56.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos históricos*, v.4, n. 8, p. 216-228, 1991.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos e DE ANGELIS NETO, Generoso. *Jardins Históricos: introduzindo a questão*. *Paisagem e Ambiente: Ensaio*, São Paulo, n. 19, p. 31-4, 2004.

DIARIO DA MANHÃ. O jardim da Casa Forte. Recife, 22 de maio de 1935c.

_____. O mais bello jardim de Recife. Recife, 26 de janeiro de 1936.

_____. Os novos jardins do Recife. Recife, 16 de fevereiro de 1936.

_____. O magnifico jardim de Casa Forte. Recife, 10 de maio de 1936.

DIARIO DE PERNAMBUCO. A vida da cidade: praças e jardins. Recife, 12 de maio de 1936.

DIARIO DA TARDE. *Jardins e Parques do Recife*: Roberto Burle Marx para o Diario da Tarde. Recife, 14 de março de 1935a.

_____. *A vida na cidade: a reforma dos jardins publicos do Recife*. Recife, 22 abril 1935b.

DOURADO, Guilherme Onofre Mazza. *Modernidade Verde: Jardins de Burle Marx*. 254 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São paulo, São Paulo, 2000.

_____. *Modernidade Verde: Jardins de Burle Marx*. São Paulo: Edusp:senac, 2009.

DUARTE, Fernando Dias Duarte. Roberto Burle Marx e sua conversão alemã à estética paisagista tropical. *Revista Seropédica*. v. 31, n. 1, p. 00-00, 2009.

GARCÍA-CORZO, Rebeca Vanesa. Jardines botánicos de Guadalajara durante el siglo XIX: un aspecto olvidado de la ciudad. In: SÁ CARNEIRO, Ana Rita; BERTRUY, Ramona Isabel Pérez. *Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos*. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 463-503.

GARCÍA, Raúl Raya. Conceptos de conservación de paisajes y jardines. In: ONOFRE, Saúl Alcántara. *Diseño, planificación y conservación de paisajes y jardines*. Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco. Azcapotzalco. 2002.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. O Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654). *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 6-21, 2004.

GUERRA, Abílio. Lucio Costa, Gregori Warchavchik e Roberto Burle Marx: síntese entre arquitetura e natureza tropical. *Arquitextos*, São Paulo, n. 3, p.17-23, 06 out. 2002. Mensal.

_____. Lucio Costa, Gregori Warchavchik e Roberto Burle Marx: síntese entre arquitetura e natureza tropical. *Arquitextos*, São Paulo, n. 3, p.17-23, 06 out. 2002.

HAJÓS, Géza. Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites. Teorías y experiencias en Austria. *Revista ICOMOS/UNESCO*, v. [s/v], n. [s/n], p. 1-9, 2001.

HAMERMAN, Conrad. Burle Marx vive. *The Journal of Decorative And Propaganda Arts*, USA, n. 21, p.156-179, 01 mar. 1995.

JORNAL DO COMMERCIO. Obra descaracteriza Praça de Casa Forte. 22 de setembro de 1998.

LEENHARDT, Jacques. O jardim: jogos de artifícios. In: LEENHARDT, Jacques. *Nos jardins de Burle Marx*. São Paulo: Perspectiva S.A., 2006. p. 7-46.

_____. A exigência social de paisagem: reflexões a partir de Burle Marx. In: TERRA, Carlos; ANDRADE, Rubens. *Paisagens Culturais: Contrastes Sul-Americanos*. Rio de Janeiro: EBA, 2008. p. 37-45.

LIMA, Rita de Cássia Pereira. *Relatório técnico da cobertura vegetal de um trecho do antigo Jardim Botânico de Olinda (Atual Sítio dos Manguinhos)*. Recife, p. 12, 2003.

LUMMEN, Annie van Marcke. La memoria de la historia. *Revista ICOMOS/UNESCO*, v. [s/v], n. [s/n], p. 1-7, 2001.

- MAFRA, Fátima. *Natureza organizada é obra de arte: Roberto Burle Marx em Recife*. 107f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de arquitetura e urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- MAIA, Gerda Nickel. *Caatinga: árvores, arbustos e suas utilidades*. São Paulo: D&Z Computação gráfica e editora, 2004.
- MARCGRAVE, Georgi. *Historia Natvralis Brasiliae*. 1648. p. 103.
- MARCHIORI, José Newton Cardoso. *Elementos de dendrologia*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.
- MARCONDES, Maria José de A. Modernismo e preservação: jardins históricos e valor documental. In: SÁ CARNEIRO, Ana Rita e BERTRUY, Ramona Isabel Pérez. *Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos*. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 271-292.
- MATOS, Eloina e PAGANUCCI, Luciano. *Árvores para cidades*. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia: Solisluna, 2009.
- MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- MARX, Murillo. *Cidades brasileiras*. São Paulo: EDUSP: Melhoramentos, 1980.
- MARX, Roberto Burle. O jardim da Casa Forte. *Diario da Manhã*, Recife, 22 maio 1935a.
- _____. Jardins e Parques do Recife: Roberto Burle Marx para o Diario da Tarde. *Diario da Tarde*. Recife, 14 março 1935b.
- _____. Projetos de paisagismo de grandes áreas (1962). In: TABACOW, José. *Roberto Burle Marx: Conferências escolhidas*. São Paulo: Nobel, 1987. p. 37-46.
- _____. 1987. Considerações sobre a arte brasileira (1966). In: *Arte e Paisagem: conferências escolhidas*. Nobel, São Paulo.
- _____. *Depoimento*. In: Damián, Bayón. *Panorámica de la arquitectura latinoamericana*. Barcelona, Editorial Blume, pp. 40-63, 1977. *Apud*. Xavier, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira [edição revisada e ampliada]*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp. 297-304.
- _____. *Minha experiência em Pernambuco (Conferência)*. In: MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. *Anais...Seminário de Tropicologia: Homem, terra e trópico*. Recife: FUNDAJ, Editora: Massangana, 1992.
- MAURIÈRES, Arnaud. Burle Marx na história da paisagem moderna. In: LEENHARDT, Jacques. *Nos jardins de Burle Marx*. São Paulo: Perspectiva S.A., 2006. p. 85-96.
- MELLO-FILHO, Luiz Emygdio de. Burle Marx: uma relação profissional e humana. *Revista Municipal de Engenharia*, Rio de Janeiro, n. [s/n], p.28-31, 1998.
- MENEZES, Nanuza Luiza. O lado botânico de Roberto Burle Marx. *Folha*, n. 19, anos XV, p. 105-116, 2009.

MESQUITA, Liana. Nassau nas origens do paisagismo brasileiro. In: BANCO REAL. *O Brasil e os holandeses*. Recife: [s/Ed.], 2000. p.39-41 (Catálogo).

_____. Memórias dos verdes urbanos do Recife. *Cadernos do meio ambiente do Recife*, v.1, n.1, p. 11-58, 1998.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares. *Seminário de tropicologia: Homem, terra e trópico*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1992.

OLIVEIRA, Ana Rosa. A construção formal do jardim de Roberto Burle Marx. *Arquitextos*, São Paulo, n. 1, p.17-23, 07 jul. 2000.

_____. *Tantas vezes paisagem*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

OLIVEIRA, Fabiano. O lugar do jardim: debates sobre a criação de uma paisagem moderna e brasileira. In: SÁ CARNEIRO, Ana Rita e BERTRUY, Ramona Isabel Pérez. *Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos*. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 175-210.

ONOFRE, Saúl Alcántara. *Diseño, planificación y conservación de paisajes y jardines*. Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco: México, 2002.

_____. Restauración de jardines históricos en Máxico: los jardines flotantes (Chinampas) y los jardines formales (Chapultepec). *Revista ICOMOS/UNESCO*, v. [s/v], n. [s/n], p. 1-9, 2001.

PAULA, Eline Silva; SILVA, Joelmir Marques; MENEZES, Patrícia Carneiro; SÁ CARNEIRO, Ana Rita e MELO, Vera Lúcia Mayrinck Oliveira. A paisagem da caatinga: um gesto de Burle Marx na Praça Euclides da Cunha. *Revista Paisagem e Ambiente*, São Paulo (no prelo).

PEDROSA, Mario. *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. Coleção debates,

Editora Perspectiva S.A.: São Paulo; 1981, pp. 285-287.

PREST, John. *The garden of Eden: the botanic garden and the re-creation of paradise*. New Haven: Yale University Press, 1981.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. *A investigação da natureza no Brasil colônia*. São Paulo: Anna-blume: Fapesp, 2000.

PYENSON, Lewis e SHEETS-PYENSON, Silvan. *Servants of nature: a history of scientific institutions, enterprises and sensibilities*. London: Haper Collins Publishers, 1999.

QUINTANA, Mário. *A cor do invisível*. São Paulo: Globo, 1997.

RECOMENDAÇÃO DE NAIROBI (1976). In: CURY, I. (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 217-234. Edições do Patrimônio.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiás: Editora da UCG, 2006.

RODRIGUES, Jefferson ; DUTRA, Milena ; ALBUQUERQUE, Priscilla; DIAS, Silvana e ALMEIDA, Argus Vasconcelos. Aspectos histórico-ecológicos do Horto d'El Rey de Olinda, Pernambuco. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 7. n. 19, p. 388-413 dez. 2005/jan. 2006.

ROCHA, Yuri Tavares. *Dos antigos ao atual Jardim Botânico de São Paulo*. 95 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

ROCHA, Yuri Tavares e CAVALHEIRO, Felisberto. Aspectos históricos do Jardim Botânico de São Paulo. *Revista Brasileira de Botânica*, v. 24, n.4, p. 577-586, 2001.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. Restaurando o Recife de Burle Marx: a Praça Faria Neves, a Praça do Derby e a Praça Euclides da Cunha. Recife, 2003.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. A paisagem cultural e os jardins de Burle Marx. In: PONTUAL, Virgínia; SÁ CARNEIRO, Ana Rita. História e paisagem: ensaios urbanísticos do Recife e São Luiz. Recife: Bagaço, 2005.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita. Restauração dos jardins das Cactáceas de Burle Marx. In: SÁ CARNEIRO, Ana Rita e BERTRUY, Ramona Isabel Pérez. *Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos*. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 211-240.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita e SILVA, Aline de Figueirôa. *Caracterização dos atributos dos bens patrimoniais*. Recife: CECI, 2009.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Joelmir Marques e MENEZES, Patrícia Carneiro. As Unidades de Paisagem Cultural Além dos Jardins de Burle Marx no Recife. In: Colóquio Ibero-Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto (Desafios e Perspectivas), 1., 2010, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: IEDS, 2010. p. 1 - 28. CD-ROM.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; SILVA, Joelmir Marques; VERAS, Lúcia Maria de Siqueira e SILVA, Aline de Figueirôa. The complexity of historic garden life conservation. CECI/ICCRON, 2011.

SANDAJ, Nelson Rodrigues. *Nos jardins de São José: uma história do jardim botânico do Grão Pará, 1796-1873*. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. Paisagem completa: Breve viagem pela obra de Burle Marx. *Projeto Design*, São Paulo, n. 179, p.89-90, 1994.

_____. Entre Rosas e Cactos: Mina Warchavchik. *Paisagens em Debate*, São Paulo, v. 1, n [s/n], 2003.

SEGAWA, H. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. Studio Nobel/FAPESP, São Paulo. 1996.

SILVA, Aline de Figueirôa. *O Projeto paisagístico dos Jardins Públicos do Recife de 1872 a 1937*. 2007. 95 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

_____. *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)*. Recife: CEPE Editora, 2010. 244p.

SILVA, Maria Angélica. Acolhendo a diversidade: O jardim seiscentista de Maurício de Nassau e a Paisagem americana. In: SÁ CARNEIRO, Ana Rita; BERTRUY, Ramona Isabel Pérez. *Jardins Históricos Brasileiros e Mexicanos*. Recife: Universitária UFPE, 2009. p. 211-240.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. *Burle Marx*. São Paulo: COSAC & NAIFY, 2004.

SOUSA, H.M. Os jardins botânicos. *Suplemento Agrícola*, 1084:7. 1976.

TERRA, Carlos Gonçalves. *O jardim no Brasil no século XIX: Glaziou revisado*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.

TOMASI, Lucia Tongiorgi. Botanical gardens of the sixteenth and seventeenth centuries. In: MONIQUE, Mosser; GEORGES, Teyssot (eds.). *The history of garden design: the western tradition from the Renaissance to the present day*. Thams and Hudson, London, p.81-82. 1991.

TRIPODI, Tony; FELLIN, Phillip e MEYER, Henry J. *Análises da pesquisa social: diretrizes para o uso de pesquisa em serviço social e em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

TRUJILLO, Afonso Ferrari. *Metodologia da ciência*. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VON MARTIUS, Carl Friederich Philipp (1794-1868). *A viagem de Von Martius*. Rio de Janeiro: INDEX, 1996.

VIEIRA, Maria Elena Merege. *O jardim e a paisagem*. São Paulo: ANNABLUME, 2008.

XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira* [edição revisada e ampliada]. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp. 366-373.